

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

MARTA SOARES FERREIRA

***KUÑANGUE ÑANDESY: OS KAIOWÁ DE ARAL MOREIRA ENTRE CONFLITOS E
RESISTÊNCIA PARA MANTER SEUS MODOS DE SER***

**TOLEDO
2018**

MARTA SOARES FERREIRA

***KUÑANGUE ÑANDESY: OS KAIOWÁ DE ARAL MOREIRA ENTRE CONFLITOS E
RESISTÊNCIAS PARA MANTER SEUS MODOS DE SER***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger.

**TOLEDO
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Ferreira, Marta Soares

Kuñangue Ñandesy : os Kaiowá de Aral Moreira entre conflitos e resistências para manter seus modos de ser / Marta Soares Ferreira; orientador(a), Erneldo Schallenberger, 2018.

111 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

1. Ciências Sociais. 2. Etnografia. 3. Etnologia. 4. Mulheres Indígenas Kaiowá. I. Schallenberger, Erneldo. II. Título.

MARTA SOARES FERREIRA

**KUÑANGUE ÑANDESY: OS KAIOWÁ DE ARAL MOREIRA ENTRE CONFLITOS E
RESISTÊNCIAS PARA MANTER SEUS MODOS DE SER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Toledo, 27 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.^a. Dr.^a. Aline Castilho Crespe
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Silvio Colognese
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.^a. Dr.^a. Célia M. Foster Silvestre
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Dedico esse trabalho a meu pai, Albano Soares Ferreira, que decidiu partir depois que ingressei no mestrado. Grande homem, que mostrou que a limitação da loucura, é o melhor jeito de ser livre e gozar das tristes realidades.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente expresso minha enorme gratidão aos meus pais (in memória) Albano Soares Ferreira e a Genir Ferreira, sou imensamente grata aos meus irmãos e minhas irmãs, por terem me dado apoio nessa decisão de sair de casa para estudar diante das dificuldades financeiras e a necessidade de cuidado que nosso pai exigia pois se encontrava doente. Da mesma forma agradeço aos meus cunhados e minhas cunhadas, e ainda aos sobrinhos e sobrinhas, pelo companheirismo.

Em especial estendo meu carinho a minha irmã caçula Sandra Soares Ferreira e seu esposo Ângelo Souza Nascimento, por me receberem em 2017 depois do falecimento de meu pai, serei eternamente grata pela acolhida, por me incentivarem a continuar a pesquisa mediante as dificuldades. Agradeço ao André Soares Ferreira um irmão e amigo, agradeço pelos conselhos, ligações durante todo o mestrado, pelas dicas de roteiros para o melhoramento na disciplina do exercício da escrita. Serei eternamente grata a esses meus dois irmãos pela ajuda financeira, pelo apoio, estímulo e exemplo, que mediante as adversidades os dois obtiveram conquistas na vida acadêmica e profissional e me inspiraram e ainda inspiram.

Agradeço em especial ao Anderson Hilgert, pela compreensão e parceria, pelo suporte durante no último ano do mestrado, até aos últimos segundos da produção desta dissertação com trabalhos de revisão dos escritos e sugestões. Da mesma forma agradeço seus Silvio e Ilone por terem me dado pouso durante os últimos meses que eu ia a Toledo.

Serei eternamente grata a todas as famílias da Vila Satélite que me receberam em suas casas, em especial as ñandesy, por ter permitido que essa pesquisa acontecesse, entre rezas e tereré.

Agradeço a Professora e amiga Lúcia Pereira, pela parceria em campo, assim como ao Professor e amigo Algacir Amarília, e ao meu ex-aluno Darci Duarte, por terem se disponibilizados a ajudar me com as traduções. Ainda estimo minha gratidão a Mestra Gianete Paola Butarelli por termos dividido o campo de pesquisa, assim como informações, dados, referências bibliográficas, lhe desejo sucesso em sua carreira acadêmica.

Não poderia deixar de expressar de forma muito especial três jovens grandes mulheres “as gatas”, que durante o tempo em que morei em Toledo, fui presenteada pelo universo com essas amigas em que pude compartilhar uma comuna vivência que perdura até os dias atuais com Caroline Momente, Daniele Borges e Maria Teresa. Com a Carol dividi apartamento, e sou eternamente grata por ter me dado pouso quando eu estava na rua sem ter para onde ir, e

depois voltei e fique pra valer. Daniele que me fazia ver a importância de ingressar em um mestrado, e por me convidar muitas vezes para comer em sua casa, e a última que foi a primeira que conheci, Maria Teresa foi solicitada desde o primeiro dia de aula no mestrado, foi quem me apresentou as outras duas. Que me situou em relação à universidade, me apresentou pessoas que hoje são grandes amigos, como quando me levou na copiadora e me apresentou a Michele Igreja que se tornou uma amizade sincera, pessoa que tenho grande admiração, grata pelas cópias “fiado”. Vou, na mesma linha, agradecendo ao Rodriguinho, meu irmão de cor que fazia o alimento “lanche” durante o ano de 2016.

Sou feliz e grata pelas pessoas que me acompanharam durante minha graduação e me incentivou, como à etnóloga, em breve doutora “Seraguza” Lauriene O. E Sousa, grata pois me mostrou que o meio acadêmico também é lugar de mulheres negras ainda que sejamos poucas, e impulsionou a ingressar na pós-graduação, sou grata por ter me convidado a participar das aulas de etnologia indígena, me ajudou muito durante a pesquisa. Gratidão a Professora Katia Karine, por ter-me despertado para o compromisso com a educação, e por ter me feito ler a obra de Max Weber no primeiro ano de graduação.

Sou grata ao Ademir de Souza Sará grande amigo, comparsa nas lutas políticas, me deu apoio durante o ano de 2017, pois colocou diversas vezes seu carro à disposição, o que facilitou as viagens a Aral Moreira. Sou grata ao Jorge Pereira por ter me recebido diversas vezes que fui em busca de informações sobre os indígenas, e acabou por ajudar em minha proximidade à Vila Satélite.

Agradeço a minhas Colegas de mestrado que no segundo ano se manterão firmes com apoio mútuo e através do grupo “Mestrandas...” no WhatsApp, foi o meio que nos aproximou, foi o lugar de desabafo, trocas de experiências e informação, desejo à todas sucesso. Entre todos os colegas do mestrado expressei meu carinho, admiração e desejo um brilhante caminho a Marilena e Thaísa, amizade que floriu entre encontros, almoços, os cafés, drinks, choros e risos.

Meus sinceros agradecimentos ao Professor Dr. Ernelo Schallenberger, meu orientador, por me receber em sua casa, por ter me mostrado minhas dificuldades, pela paciência e por ter acreditado em mim e nesta pesquisa.

Estendo meus agradecimentos a banca de qualificação as Professoras Doutoras Aline Crespe, e a Andréia Vicente da Silva., por me mostrarem o que seria relevante trabalhar na dissertação, as correções e observações que foram efetivas para o desenrolar da produção escrita.

Assim agradeço aos membros da banca de defesa da dissertação; ao Professor Dr. Silvio Antônio Colognese, um brilhante educador, que durante o mestrado na disciplina de projeto de pesquisa, foi muito solícito nos momentos de dúvidas e angústias diante aos problemas que apareciam na revisão da proposta de pesquisa. E depois por ter aceitado fazer parte da banca sua presença foi muito importante, assim como seus colóquios. Agradeço a Professora Dra. Célia M. Foster Silvestre, que foi minha orientadora na graduação, me apoiou durante todo o mestrado, com ajuda financeira, nas produções acadêmicas, sugestões de leitura, as idas a campo, assim como pelas “jantinhas” e “bebidinhas” e me ouvir e lembrar me que deveria viver este tempo com leveza. Sou gratíssima a Professora Dra. Aline Crespe por ter se deslocado pela segunda vez a Toledo/PR, foi muito importante tê-la presente nesses dois momentos. Que aceitou ir não somente como membro, mas como amiga, você foi inspiradora desde a graduação, com seu jeito libertário de ser, foi quem me apresentou a importância das ciências sociais, e me aproximou das teorias antropológicas. E através de seus trabalhos acadêmicos de certa maneira me aproximaram de uma parte das vivências da população indígena do MS, ao ponto de me sentir orientada por seus escritos, grata por sua generosidade, em me apontar possibilidades e o que tinha de bom em minha dissertação.

Também agradeço a Professora Dra. Sandra Cristina Kleinschmitt, que tive a oportunidade de ter pequeno contato, mas o suficiente para perceber, o quanto é comprometida e competente em seu trabalho acadêmico. Agradeço a Professora Dra. Cláudia Delboni historiadora que trata a educação como mecanismo transformador, sou grata pelas dicas de como fazer fichamento de textos, por me mostrar que mesmo que traga dificuldades em minha formação de estudante (deficiências que percebi somente na pós-graduação), apontou-me que a vida acadêmica é superação, que me responsabilizou em minha profissão pois sempre me dizia que “acreditava que eu seria uma professora que não iria desapontá-la”. Grata por ambas terem aceitado compor a banca como suplentes.

Agradeço a todo o corpo docente do mestrado, em especial aos professores que ministraram as disciplinas que cursei, mais uma vez a Professora Dra. Andréia Vicente da Silva e ao Professor Dr. Ernelo Schallenberger. Aos Professores Doutores Osmir Dombrowski, Silvio Antônio Colognese, Paulo Henrique B. Dias, Miguel A. Lazzaretti e Paulo R. Azevedo. Agradeço pelas aulas entre o inverno e verão, no Mestrado em Ciências Sociais. Sou grata a este corpo docente, pois com as limitações que qualquer curso em uma universidade pública enfrenta foi neste curso que me tornou possível acessar referências bibliográficas, ampliar minha visão de mundo e me possibilitar o título de mestre.

Por último e não menos importante, de forma muito especial sou grata uma das pessoas principais em fazer a diferença nesse curso; Marilucy Gregório, por sua disponibilidade e coerência, sem ela e sem os e-mails, informativos não seria possível ter finalizado este trabalho dissertativo.

A todos e todas sou imensamente grata.

FERREIRA, Marta Soares. *Kuñangue Ñandesy*: os Kaiowás de Aral Moreira entre conflitos e resistências para manter seus modos de ser. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Nível de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Toledo.

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa etnográfica entre as kuñangue ñandesy (mulheres rezadoras) que vivem em Vila Satélite, município Aral Moreira, sul do estado de Mato Grosso do Sul (MS) - uma região historicamente habitada por povos indígenas. A pesquisa tem como tema as lutas e a resistência das ñandesy do povo Kaiowá e Guarani em manter o ñande reko (nosso modo de ser) e, neste esforço, o exercício descritivo evidenciou, a partir das narrativas das kuñangue ñandesy, que o modelo econômico do cultivo agrícola local está imbricado diretamente nos conflitos e nos novos rumos de vida dos indígenas em foco - sobretudo, a luta pela retomada de seu território tradicional e a nova configuração espacial em que se encontram, como a de viver na "periferia da periferia". Além disso, traz uma breve discussão sobre os impactos históricos causados aos Kaiowá e Guarani pela expropriação de territórios tradicionais, o confinamento em reservas e o sarambi (dispersão), que os afetaram e ainda os afetam. A dissertação conclui que, em um contexto de conflitos, as kuñangue ñandesy possuem formas específicas de cumprir o papel de guardiãs dos conhecimentos kaiowá, que são perpassadas por relações de produção do teko porã (modo de vida bom e belo), entre rezas e cantos.

Palavras-Chave: Kuñangue Ñandesy. Indígenas. Sul-Fronteira. Periferia. Modo de Ser.

FERREIRA, Marta Soares. *Kuñangue Ñandesy*: the Kaiowá de Aral Moreira between conflicts and resistance to maintain his modes of being. 2018. Dissertation (Masters in Social Sciences). State University of West of Paraná – Campus Toledo.

ABSTRACT

The present work is an ethnographic research among the kuñangue ñandesy (female shamans) living at Vila Satélite, Aral Moreira municipality, southern Mato Grosso do Sul - a region historically inhabited by indigenous peoples. The research's theme are the struggles and resistance of the Kaiowá and Guarani ñandesy in maintaining the ñande reko (our way of being) and, in this effort, the descriptive exercise evidenced, based on the kuñangue ñandesy's narratives, that the economic model of the local agriculture is directly embedded in the conflicts and in the new life routes of the indigenous - above all, the struggle for recovering of their traditional territory and the new spatial configuration in which they are inserted, such as living in the "periphery of the periphery". In addition, the work provides a brief discussion of the historical impacts caused on the Kaiowá and Guarani by the expropriation of traditional territories, the confinement in reservations and the sarambi (dispersion), that affected them in the past and still affect them. The dissertation concludes that, in a context of conflicts, the kuñangue ñandesy have specific ways of fulfilling the role of guardians of the kaiowá knowledge, which is permeated by relations of production of the teko porã (good and beautiful way of life), between prayers and songs.

Keywords: Kuñangue ñandesy. Indigenous. Frontier-South. Periphery. Way of being.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CEBS – Comunidade Eclesial de Base

CONE SUL - Conjunto de cidades situadas ao sul de Mato Grosso do Sul quais formam uma espécie de cone no mapa do MS

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPF – Ministério Público Federal

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais

MT – Mato Grosso

ONU – Organização das Nações Unidas

RANI – Registro Administrativo de Nascimento Indígena

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TI – Terra Indígena

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

UFGD– Universidade Federal da Grande Dourados

UNIOESTE– Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Figura do Mapa da Cidade de Aral Moreira com ênfase na Linha da Divisa, Vila Satélite e o Córrego	13
Imagem 2 – Figura do Mapa da Vila Satélite	19
Imagem 3 – As Kuñangue Ñandesy	36
Imagem 4 – Figura do mapa do município de Aral Moreira – Vila Satélite	37
Imagem 5 – Fotografia panorâmica da zona urbana do município de Aral Moreira.....	47
Imagem 6 – A Região Sul-Fronteira.....	51
Imagem 7 – Figura do mapa de Aral Moreira e sua grande área agropastoril.....	56
Imagem 8 – Figura com imagem do limite da Fazenda Correntes - Suposta localidade do Tekoha Y’Joivy Apyka Renda	73
Imagem 9 – Placa do Rio Corrente.....	74
Imagem 10 – Figura com Imagem do Mapa com localização em destaque da Vila Satélite em Aral Moreira/MS	78
Imagem 11 – Casa doada pela Prefeitura e barracos construídos por moradores	84
Imagem 12 – Rua lateral da Vila Satélite, com plantação de milho.....	87
Imagem 13 – Ñandesy Teodócia com instrumento sagrado.....	99
Imagem 14 – Dona Teodócia Ñandesy do Tekoha Y’Joivy Apyka Renda com Dona Damiana Ñandesy do Tekoha Api kay	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A PESQUISA: OS KAIOWÁ, A EXPROPRIAÇÃO E O SARAMBI	24
1.1 Tema e Problema	24
1.2 Metodologia	28
1.3 O Campo de Pesquisa e Interlocutoras	31
1.4 Os Kaiowá historicamente conhecidos	39
1.5 Contextos Históricos: consequências e impactos entre os Kaiowá até os dias atuais	43
2 MUNICÍPIO DE ARAL MOREIRA: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS	47
2.1. Perspectivas sobre a história de identificação e fundação de Aral Moreira	48
2.2. Aspectos que envolvem a região de Aral Moreira	50
2.3. O urbano-rural -estrutura social em Aral Moreira	54
3 ARUPIGUA: SOMOS DAQUI	65
3.1. Os verdadeiros pertencentes do município de Aral Moreira são tratados como estrangeiros	68
3.2. Da linha da fronteira à Vila Satélite	74
3.3. A Vila Satélite	78
3.4. Presença feminina na Vila Satélite- entre conhecimentos e divergências políticas .87	
3.5. Modo de Ser Kaiowá	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

INTRODUÇÃO

Imagem 1- Figura do Mapa da Cidade de Aral Moreira com ênfase na Linha da Divisa, Vila Satélite e o Córrego



Em destaque a localização do município que marca presença nas narrativas das *ñandesy*.

Fonte: Google Maps - Edição: Anderson Hilgert.

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) é privilegiado pela enorme diversidade de coletivos indígenas espalhados por sua extensão, ao sul do estado na chamada região do Cone Sul¹ encontram-se atualmente divididos em aproximadamente 17 administrações municipais, grande número de indígenas Kaiowá e Guarani em cerca de 60 aldeias (BRAND, 1997).

Nisto, a parte da região Cone Sul faz divisa fronteira com o Paraguai, este trabalho refere-se aos Kaiowá que vivem em municípios que ficam entre fronteiras secas entre Brasil e Paraguai, o município onde se desenvolve a pesquisa é Aral Moreira, este junto a outros municípios forma um conjunto na região conhecido e chamado como Sul-Fronteira.

O fato em destaque é que conforme Brand (1997) este lugar por ser fronteira é o lugar onde vivem historicamente por excelência e historicamente reconhece-se como lugar dos Pãi-Kaiowá, estes mantêm uma relação de pertença ao território. Além do marco hidrográfico, como argumenta Alexandra Barbosa da Silva (2007).

¹ Cone Sul: Regionalmente o conjunto de cidades situadas ao sul do mapa do Mato Grosso do Sul que se constituem em um formato de cone ganhou título regional de Cone Sul. Sendo nesta região os coletivos Kaiowá e Guarani Ñandeva que habitam privilegiadamente na porção territorial então conhecida regionalmente como Cone Sul.

[...] A propósito desta região, que compreende ao norte desde os rios Ivinhema e Brilhante (no lado leste) e o rio Apa (a oeste) até o rio Iguatemi, no extremo sul, importa observar que, no lado brasileiro da fronteira, o rio Iguatemi constitui-se em um divisor na ocupação entre os Kaiowá e os Nandeva, os primeiros historicamente posicionando-se na sua margem esquerda e seguindo em direção ao norte, e os segundos, na margem direita e adentrando o território dito paraguaio. (IDEM, 2007, p. 28).

Nisso alguns autores, tratam a história da colonização de Mato Grosso do Sul, de forma que destacam os impactos causados pelo processo econômico assim como as intensas lutas indígenas por manterem a identidade e/ou modo de ser *ñande reko* (nosso modo de ser), entre os Kaiowá, da mesma forma os Guarani.

O objetivo do trabalho presente era identificar como os indígenas que estão em Aral Moreira fixados na Vila Satélite em região urbana, vivendo entre as adversidades provocadas pela colonização, mantem o *ñande reko* - modo de ser.

De certa forma a pesquisa apresenta diversos conflitos, lutas e resistência vividos no presente, e compreende que todas essas adversidades e o *ñande reko* das famílias indígenas presentes na Vila Satélite está imbricado ao desejo de retorno ao antigo território que lhes pertencia, e hoje pertence a fazendeiros, é local de produção agrícola.

Logo o tema central deste trabalho teve como enfoque as lutas e a resistência em manter o *ñande reko* - modo de ser- Kaiowá entre os desafios atuais. Através do método etnográfico possibilitou um exercício de descrição ao destacar as narrativas de *kunã* (Mulheres) *ñandesy* (Nossa Mãe), e rezadoras. Senhoras mais idosas com conhecimentos religiosos, e memórias dos notórios saberes passado por seus ancestrais, que moldam a vida de todos que vivem na Vila Satélite. Elas mesmo morando fora dos antigos territórios tradicionais, encontravam se em constante produção de relação com o lugar, por meio do universo religioso, familiar e intervenções e lutas políticas.

Para maior compreensão, ressalta se que o lugar onde vivem atualmente (Vila Satélite) não é uma retomada e não é uma aldeia urbana, ao menos até o momento que durou esta pesquisa, mas o que se procurou apresentar aqui, foi a forma como as mulheres acamparam o contexto atual, e buscam em meio aos desafios seguirem suas vidas com o *ñande reko*.

Desta forma o intuito desse trabalho foi destacar como o modelo moderno de desenvolvimento agrário -agronegócio- no estado de MS, na atualidade ainda causa conflitos na vida dos Kaiowá. Considerando que isto exigiu uma espécie de recorte para maior precisão do trabalho de campo.

Diante disso primeiramente, foi necessário buscar e destacar alguns fatores históricos sobre o processo de colonização do MS, qual o Estado brasileiro promoveu a expansão agrícola, o que acabou por impactar o modo de ser dos Kaiowá e Guarani presentes na região (isto encontra se no primeiro capítulo). Ao voltar a história de colonização, favoreceu na compreensão e em poder de forma coerente apresentar o contexto histórico atual das famílias presente na Vila Satélite em Aral Moreira.

Em certa medida alguns questionamentos surgirão ao longo da pesquisa entre esses era que os fatores que ocasionaram expropriação, *sarambi* (termo guarani- dispersão) e confinamento² no passado, causaram novos conflitos. Perante isso o questionamento que surgiu foi, como aquelas pessoas reagem em meio a um novo modelo que lhes foi imposto a viver, e viver em um conjunto habitacional urbano em condições periféricas?

Assim a pesquisa recorre ao exercício de compreender como se davam as relações das famílias indígenas que moravam em região urbana dividindo espaço com não indígenas, as narrativas traziam os reais motivos de estarem vivendo naquele lugar, como o fato de que foram retirados de seus territórios tradicionais (como ocorrerá no passado em todo o Cone Sul). Além disso agora existia a situação de fronteira, o limite entre um país e outro, imposta por esse modelo de vida que exclui e nega violentamente o modo de ser kaiowá, que estes em sua natureza circulam sem nenhum problema neste espaço indiferentemente de limites e de cercas, e mais a dura realidade da negação da identidade indígena Kaiowá na cidade. Desde o esbulho sofrido de seus territórios tradicionais, a história local que não menciona a presença dos indígenas. Assim sendo o questionamento foi; como se dava o *ñande reko* das *ñandesy* e seus parentes, vivendo entre conflitos existentes nas fronteiras gerados por mãos não indígenas, e essencialmente por interesses econômicos?

Logo, a pesquisa se dá junto as *ñandesy*, seus conhecimentos e histórias de vida e as pessoas que elas foram trazendo para perto deste trabalho, assim as pessoas que aparecem nesta

² Torna se importante destacar que estes termos aparecem no trabalho de Pereira (2010), ele retrata de forma muito coerente, esses fenômenos “expropriação”, “sarambi” e “confinamento”, como consequência de um projeto político de expansão de terras, ocorrida na região sul de Mato Grosso, atualmente conhecido como Cone Sul de Mato Grosso do Sul (depois da divisão do estado). O autor chama a atenção para esses fenômenos como “impactos” que eclodiram em processos de mobilidades causados entre os indígenas que viviam na região. Mobilidades como a expropriação -quando são tirados a força de seus territórios e levados para as 8 reservas da região- *sarambi* – (termo guarani) trata se espalhamento ou dispersão das famílias extensas, as famílias eram desmembradas entre aldeias, a resistência de alguns provocava fugas e morte. Ressalta se que quem trabalhou pela primeira vez o termo “confinamento” foi Brand (1997), sua referência seria pela condição em que a população foram colocados forçadamente em pequenos reservatórios de terras, oito administração a cargo do órgão governamental SPI-Serviço de Proteção ao Índio-, sob a ordem de uma política indigenista, que causou graves impactos a forma de vida dos indígenas do MS.

pesquisa, com suas famílias foram transferidas desde 2002 pelo poder público local para um conjunto habitacional em região urbana. Este foi nomeado por uma das moradoras do então bairro de Vila Satélite.

Anteriormente as famílias viviam em lugar que as *ñandesy* chamavam de “linha da divisa” que corresponde a uma área rural que fica na fronteira entre Brasil X Paraguai (ver na imagem acima).

Chegar ao campo de pesquisa e depois o levantamento de dados foi pelo fato de antes, no período da graduação eu ter circulado entre os Kaiowá e Guarani no MS. Com a ajuda de algumas pessoas, fazendo parte dessa pesquisa como interlocutores, pois eu não sou falante da língua guarani e compreendo muito pouco, foi possível analisar as narrativas. O primeiro colaborador e interlocutor foi o Algacir Amarilia, professor, amigo do período da graduação, que esteve na primeira visita a Vila Satélite, e traduziu as conversas que ocorreram na língua guarani, por ele ser Kaiowá percebi que foi possível uma proximidade junto as *ñandesy*. Mais tarde por estar trabalhando entre mulheres, foi com a Lucia Pereira, também Kaiowá, e pesquisadora, que se deu boa parte dos dias em que fazíamos campo, e mesmo depois do campo ainda traduziu boa parte das conversas. Por último conheci na escola que lecionei por um tempo um pai de família, funcionário público, chamado Darci Duarte, Guarani Ñandeva, um dos adjuntos da liderança política da aldeia Pirajuy. Foi quem me ajudou com as traduções em 2018, pois a Lucia ingressava para o mestrado então seu tempo estava mais limitado, para me ajudar.

Em alguns momentos o trabalho também abordou relatos e percepções das mulheres mais jovens presente na vila, devido à enorme presença feminina no campo, mesmo assim escolhi trabalhar diretamente com um grupo de senhoras rezadoras as *ñandesy* e suas narrativas. Depois que o Algacir falou da disposição de uma das senhoras em conversar sobre como viviam no local, a acabei me aproximando mais dessas senhoras. O fato foi que o trabalho de campo se restringiu as mulheres, devido as condições de trabalho a maioria dos homens acabavam saindo para trabalhar nas fazendas, e empresas da região, ou ainda no país vizinho, chamado na língua guarani como *changa*. “Changa é um termo de origem hispânica, com o qual os Guarani e Kaiowá denominam o trabalho fora de suas comunidades, geralmente prestando serviço temporário para não-indígena.” (CRESPE, 2019, p. 27).

Os encontros com os homens, foram raros e pontuais e já nos últimos meses da pesquisa, assim consta alguns poucos registros com relatos nas visões do modo de vida na vila a partir dos homens. Assim boa parte do conjunto habitacional onde viviam as famílias Kaiowá,

eram marcadas em maior número pela presença feminina (jovens, adultas e idosas) acompanhadas por suas crianças.

O interesse em partir da compreensão dessa resistência e de como buscavam manter o modo de ser Kaiowá, surgiu diante das realidades adversas que apresentavam cotidianamente e por ver a figura das mulheres a frente de decisões, isto teve relevância porque eu pretendia registrar de alguma maneira as histórias daquelas pessoas. Pois estava diante de histórias reais, de anciãs muito esclarecidas, com muitas lembranças em suas memórias, também com muita autenticidade, quando falavam da invasão dos colonizadores naqueles confins, suas histórias eram conexas com os documentos que eu encontrava.

Além disso elas apresentavam domínio da língua materna, e guardavam muitos conhecimentos. Tão somente que conseguiram cultivava-los entre os não indígenas, e mais, elas tiveram o cuidado em passar seus conhecimentos para os mais jovens. Elas demonstravam se determinadas em conseguir o mínimo de acesso a seus familiares, para obterem uma vida mais digna, já que se encontravam fixada em uma nova configuração espacial que saia da compreensão kaiowá “do bom lugar” para se viver. No caso da maioria das mulheres, sobretudo das *ñandesy* movidas pelo forte anseio de retornarem a seus antigos territórios buscavam meios para que esse retorno ocorresse de forma jurídica e efetiva.

Isso porque nos primeiros dias junto as mulheres fiquei sabendo que as *ñandesy* acompanham o processo jurídico de estudo de identificação das terras que formam o antigo lugar onde viveram, lugar que seus antepassados reconheciam como *Tekoha*³ *Y'Joivy*.

Assim com o consentimento de uma das *ñandesy*, a mais idosa, com deferência entre os demais, sem nunca ter se nomeado como tal, mas parecia uma liderança entre seus parentes comecei a realizar os registros de sua história pessoal, e depois das outras pessoas que a mesma me aproximava.

Com isto, desde as primeiras conversas as mulheres apresentavam o interesse em compartilhar relatos e preocupações com as novas gerações, com a instabilidade que se

³ *Tekoha Y'Joivy*- é antigo território onde os antepassados e mesmo algumas das *ñandesy* viveram. Conforme Pereira (2004), *Tekoha* é um “termo polissêmico”, muito usado pelos Kaiowá como aquele lugar onde se pode viver bem “o bom modo de viver”, e possui variedade de tamanho. Refere a dimensão territorial, não sendo apenas lugar na tradição kaiowá, destacam como uma rede de relações, políticas, religiosas, que acontece em um determinado lugar, para os Kaiowá não é qualquer lugar, é parte da produção do ser kaiowá e toda relação xamanica, de reza, cantos envolvente no *ñande reko* - nosso modo de ser- (Pereira, 2004). A prova disso é que eles se moveram ao longo desses anos e se movem na atualidade de um lugar para outro dentro da extensão hidrográfica do Rio Apa e ao norte do Rio Iguatemi Silva (2007). *Y'Joivy* - foi assim que a Lucia Pereira uma das interlocutoras escreveu, explicou que o uso *Y* (água) é pelo fato de passarem dois rios, o Rio Verde, e Rio Paraguassu, no mesmo território e os dois desaguam no Rio Amambai. Além do *Y'Joivy*, na mesma região tem o *Tekoha Rio Verde*, *Tekoha Arroyo Guayvrá*, *Tekoha Colônia Pence* e o *Tanaré*.

encontravam, e porque se viam à mercê da boa vontade do poder público local, ou da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) para um atendimento específico. O que muitas vezes lhes era negado, no caso da FUNAI era por dificuldade de deslocamento até a sede que ficava em outro município Amambai/MS.

Logo tornou-se necessário demonstrar os meios que encontraram para manterem seu *ñande reko* - modo de ser- por tanto tempo no lugar onde nasceram e os corpos de seus antepassados estão enterrados, embora este local apresentava mudanças em diversos aspectos; geográficos, culturais, econômicos e políticos. E ainda como permaneceram firmes em resistir em retornarem das diversas ações do poder público em inúmeras tentativas de retiradas das famílias indígenas da região rural do município de Aral Moreira e despejados nas aldeias da região.

Diante das verídicas histórias contemporâneas, sobre vida dos Kaiowá e Guarani da região Sul-Fronteira, marcada por diversos conflitos, mas sobretudo a presença de resistência movido por grupos de mulheres rezadoras, em constantes enfrentamentos aos ataques que comprometiam o *ñande reko*. Não poderia deixar de frequentar a casa das famílias indígenas da Vila Satélite e registrar desde a primeira visita que ocorreu no dia 21 de outubro de 2016, as narrativas dessas mulheres, que traçaram um paralelo na história de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo destaca-se que a Vila Satélite apresentava um aspecto periférico, era nas últimas ruas que estavam localizadas as casas populares e barracos das famílias indígenas. Dessa forma foram nos últimos quatro quarteirões⁴ que ocorreu a pesquisa etnográfica onde levantou se dados para se pensar sobre uma nova modalidade espacial que remete aos indígenas contemporâneos que vivem no estado de Mato Grosso do Sul, compreendida como a “periferia da periferia”.

⁴ Conforme exposto na Imagem 01, ao lado direito da imagem está a linha da divisa entre Brasil X Paraguai. A baixo da linha que esboça a região urbana do município está o rio correntes, este rio é uma das referências hidrográficas do antigo sítio de ocupação como as Kuña Ñandesy consideraram (isto aparece mais detalhadamente ao longo do trabalho). A Vila Satélite (conjunto habitacional) conforme as narrativas, foi destinado as famílias indígenas, e comportavam apenas o número de 9 casas e alguns terrenos que formaram os últimos quatro quarteirões. Acima do último quarteirão está um nicho de mata que passa um pequeno córrego.

de Levi Marques Pereira (2004, 2008 e 2010), para explicar o que foi a expropriação, o sarambi, como impactos contemporâneos na vida dos indígenas da região. Foi possível apresentar como os indígenas resistiram, e sucumbiram aos processos históricos de retiradas de seus territórios tradicionais, e somente na década de setenta começaram a se organizar para se retirarem em retomada de seus territórios dos quais foram invadidos com a concessão do estado e suas jurisprudências. Ainda nas abordagens teóricas da pesquisadora Doutora Aline C. Crespe (2009 e 2015), pode se mostrar como diversas lideranças indígenas enfrentaram o processo de confinamento (BRAND, 1997), se mobilizaram e se organizaram em novas modalidades espaciais, como a de acampamentos em beira de estrada como uma espécie de recusa a situação de reserva.

Todo esse processo histórico tornou-se importante ser resgatado neste trabalho diante das narrativas das mulheres Kaiowá da Vila Satélite, que vinham se organizando para retornarem ao território tradicional- *Tekoha Y'Joivy*. Só que o *Tekoha* não é só o lugar, "*Tekoha não existe a priori, ele precisa ser construído, ele precisa ser levantado*"⁵.

A história das mulheres, e de seus antepassados passa por todo o processo de territorialização que ocorreu de forma geral com os Kaiowá e Guarani no passado.

Este processo de transferência forçada para as reservas é denominado de territorialização: os indígenas são coagidos a deixarem seus territórios e arbitrariamente são forçados a ocuparem outro espaço que não atende as necessidades físicas e sociais deles. (CRESPE, 2009, p. 20).

De natureza distinta, mas o que parece nas narrativas é que a proximidade na história dessas mulheres com todo esse processo histórico de colonização que houve no passado no estado. Certamente que na atualidade se encontram em diferentes contextos, mas o desejo de voltar ao local de origem por assim dizer, serem fixados em um conjunto habitacional, me parece que a história se repete mesmo em região urbana, mais uma vez ocorre sobre os indígenas o processo de territorialização (OLIVEIRA, 1998).

Nos termos de João Pacheco de Oliveira (1998), trata-se do processo em que determinantemente exige não somente uma reorganização espacial no caso de os indígenas serem levados para as reservas, com limitação de recursos, mas também o processo de se recriar no sentido do todo, da cultura, das relações, do modo de ser, nos termos do autor:

⁵ Esta foi uma fala da Professora Doutora Aline Crespe, em minha banca de qualificação, quando ela expressa o que ela compreende como *Tekoha* nos termos dos Kaiowá, e ainda nos trabalhos de Pereira (2004).

[...] “processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Para tanto a proposta aqui presente era compreender essa nova configuração espacial que os indígenas se encontram, vivendo naquele bairro, hipoteticamente o conceito e processo de territorialização como aconteceu no passado com os indígenas, parece com o processo de fixação das famílias indígenas em região urbana, (como será abordado ao longo do trabalho). Por isso a decisão de contextualizar, já no primeiro capítulo, sobre quem são os indígenas do sul do MS, e o esforço em compreender e trazer uma apresentação sobre as novas formas de mobilidade e de organizações espaciais.

Desde a primeira visita à vila, encontrei o conflito de vivência entre aquelas mulheres, pois a anos procuravam insistir que eram naturais daquele lugar. E que a população não indígena insiste em trata-los como estrangeiros, paraguaios, invasores, ao ponto de colocarem em situação mais periférica do que é viver em periferia, como o caso de serem tratados como invasores, como problema, de não possuírem documentos, e muitas outras situações. Pode se assim, propor que o enfoque está na importância da compreensão do tema trazido para essa pesquisa, logo de compreender de onde ele surgiu. Não somente pela diversidade de indígenas que há no MS, e que vivem fora de seus territórios tradicionais e por viverem em fronteira com o país vizinho, mas pelas contínuas ameaças à suas vidas, as violações que veem a anos tendo que enfrentar. Claro devido aos conflitos gerados por um processo de expulsão de seus territórios e territorialização nas oito reservas, que assolaram gerações passadas, a presente, e que as *ñandesy* temiam continuar as tensões as gerações vindouras, como foi abordado no decorrer do trabalho.

A partir das narrativas das pessoas que estavam na Vila, quando falavam que eram daquele lugar, foi necessário um exercício de escuta atenta. Era preciso que eu compreendesse que o tempo e espaço no pensamento Kaiowá ao se referir ao *Tekoha*⁶, algumas vezes se afasta do tempo presente, isto então seria uma realidade que envolve a cosmologia do grupo.

Com isto no segundo capítulo foi necessário apresentar porque uso do termo Sul-Fronteira ao se referir a região onde estão os Kaiowá. Para isso, em algumas referências sobre a história de fundação e emancipação de Aral Moreira, sob um exercício em relacionar como a

fundação da cidade estava vinculada a presente agroindústria movida pelo agronegócio. Ainda foi proposto como isto foi determinante na produção da cultura local. Como este processo mexeu na paisagem geográfica da região, que tem sido marcada pelo cultivo de soja, outros grãos e agropecuária, tanto que surgiu a necessidade de reclinar a uma reflexão sobre a configuração de urbano-rural, entre os pequenos municípios do MS. Além disso, abordou se o fato de como esse processo vem transformando as cidades pequenas em redutos e com características de periferias.

A partir daí o objetivo foi propor uma reflexão na história de “desbravamento” dos colonizadores para levantar a cidade, a partir das narrativas de um colono foi possível perceber como a história negou a presença dos ancestrais indígenas. Como isto causou e ainda causa o *sarambi*/esparramo - dispersão das pessoas pertencentes a estas famílias que se encontravam no bairro Vila Satélite.

No terceiro capítulo, tratou de relatar como o *sarambi* ainda mantém se presente, pois, o processo de territorialização, no caso de forçar os indígenas a viverem em limites territoriais em região urbana naquele conjunto habitacional, com o objetivo de ter um bairro para os indígenas. Era mais uma vez para livrar as terras para as demandas agrícolas, como ocorreu no passado, foi mais um aspecto configurado como colonialismo. As narrativas aparecem como espécies de denúncias mediante a proposta dos gestores municipais em os tornarem como pobres e periféricos, e como mão de obra barata para o projeto de desenvolvimento econômico da cidade. Neste capítulo através das narrativas, foi abordado algumas situações conflitantes familiares como as divergências entre os parentes, a falta de acesso à saúde, educação, e o desemprego, entre outros problemas que foram sendo delineados perante as vivências em situação de fragilidade que se encontravam.

Destacou se as narrativas das *kuñangue*, sobretudo das anciãs, que são as *ñandesy*, que enfrentam, de certa maneira, as consequências desafiadoras, posta pelo colonizador. Desafiadora no sentido da luta em resistir em educarem seus filhos e netos diante das necessidades e escassez de recursos mais comuns como o próprio alimento, roupas, acesso a documentos civis, depois os naturais como rios, matas, e terra para plantar, já que os Kaiowá na grande maioria se destacam por serem agricultores. Pois estes mantêm o manejo e cultivo de roças, sendo que essa produção não passa somente pela produção alimentar ou econômica, os frutos oriundos das plantações e roças passam também pela relação cultural e religiosa. Como o cultivo do milho, que perpassa por vários estágios de ritos, festas, dando todo um sentido na

educação no *ñande reko*, que está relacionado ao *neembo 'e*⁷. E outras situações de conflitos que este processo de territorialização que os colocou em situação de urbanização de periferia da periferia.

Diante disso, apresento, ainda, a postura de uma das senhoras em destaque, como uma guardiã, que enfrenta tudo isso com a sabedoria no conhecimento kaiowá, de perceber que entre esses conflitos não se pode perder o modo de ser kaiowá. Então, destaco sua força em emplacar a luta pelo retorno ao *Tekoha*. Além disso buscou se apresentar a articulação e participação na *VI Aty Guasu Kuñangue Guarani e Kaiowá – VI Grande Assembleia de Mulheres Guarani e Kaiowá*. E ainda a importância desses movimentos, para as *kuñangue ñandesy* da vila, onde as mulheres expressaram seu jeito de fazer política; não só elas, mas todas as mulheres que lá se reuniram, são peças essenciais deste movimento de luta.

Ao fim, com as considerações finais, sobre indagações e reflexões sobre a situação em que os indígenas da Vila Satélite se encontram, expressei as angústias de quem estava em campo e de quem tem que escrever, ver a dor, o sofrimento, a falta de alimento, os olhares, os poucos sorrisos das *ñandesy*. Por fim, em luta e resistência expressavam entre práticas religiosas, que puderam levar consigo, como uma diáspora que mesmo diante de processos de retiradas, *sarambi*, em novas configurações espaciais, e sobretudo promoviam a esperança aos mais jovens, por isso as chamei de guardiãs do *ñande reko*, dos conhecimentos kaiowá.

⁷ Palavra guarani usada para se referir as rezas e cantos, modo como o povo Kaiowá se referem as diversas práticas religiosas.

1 A PESQUISA: OS KAIOWÁ, A EXPROPRIAÇÃO E O SARAMBI

1.1 Tema e Problema

Por meio do contato feito com o técnico da FUNAI/Amambai- MS foi proporcionado um encontro com algumas pessoas da Vila Satélite na sede em Amambai-MS. Tive o prazer de conhecer quatro pessoas que demonstraram a preocupação em obter documentos, entre estes, um senhor bem idoso, e uma outra mulher que aparentava de mediadora entre o técnico da FUNAI/AMAMBAI-MS e os moradores da vila. O senhor falava somente na sua língua guarani, a mulher traduziu o que me falava. Ele afirmava ter nascido em um local que hoje é propriedade agrícola, que viveu naquela terra antes do nascimento do município, se referia a cidade de Aral Moreira - MS. No passado, em diferentes momentos, junto com seus parentes contou me que ele e outras pessoas foram retirados do antigo lugar onde viviam, e depois, de tempos em tempos, as autoridades levavam os índios que viviam pela cidade para as aldeias da região. Disse também que estava na FUNAI, naquele dia, para retirar a segunda via de seus documentos pessoais.

As pessoas que estavam na FUNAI/Amambai-MS, naquele dia, acreditavam que os documentos tornariam uma garantia de não serem mais levados para outras cidades como outrora ocorreu. Diante da possibilidade em obter os documentos civis, ao menos para os chefes de família, se mostravam entusiasmados, pois acreditavam que isto facilitaria a conquista de escrituras das casas onde moravam.

De certa maneira, aquela era a realidade da grande maioria dos indígenas da vila, como me informou os técnicos da FUNAI. Além disso, apresentavam dificuldades em se deslocar para serem atendidos na FUNAI/Amambai-MS, devido à distância entre os municípios. As pessoas que estavam na sede naquele dia relataram ainda a falta do atendimento específico como ocorre aos indígenas que vivem nas aldeias, disseram que não possuíam escola com ensino bilíngue, agente de saúde indígena, atendimento da SESAI. Segundo as pessoas, já fazia tempo que os técnicos da FUNAI/Amambai-MS tinham ido à vila e poucas vezes tiveram acesso a distribuição de cestas básicas.

Entretanto, para além desses problemas, manifestavam a esperança de, ao regulamentar seus documentos pessoais, conseguir obter mais acesso a direitos. Ao perguntar sobre as práticas rituais - a reza, os cantos - disseram, com orgulho, sobre a existência de anciãos responsáveis por dirigir as celebrações de ritos tradicionais, nos quintais das casas na vila, e

disseram que nas festividades dançavam *guaxiré*⁸(dança tradicional realizada entre os Kaiowá e Guarani).

Tão somente, o que mais me chamou a atenção foi à forma que demonstravam e falavam do quanto gostavam de viver naquela região. Mesmo em meio às dificuldades, insistiram diversas vezes em declarar a naturalidade daquele município, a nacionalidade brasileira e que não queriam viver em outro lugar.

Depois desse primeiro encontro voltei ainda algumas vezes à sede da FUNAI/Amambai-MS, onde conversei com o técnico administrativo da instituição. Ele me motivava a fazer a pesquisa junto aos indígenas da Vila Satélite. Entre essas conversas expressou sua preocupação com o isolamento dos que lá viviam e por estarem dividindo o espaço com não indígenas. Declarou a dificuldade de muitas vezes não conseguir chegar a todas as pessoas. Falou da diferença na organização social existente na Vila Satélite, pois não havia lideranças como existem nas aldeias representadas por um capitão. Destacou, ainda, que contava com a disposição da mulher que eu havia encontrado na FUNAI (como mencionado acima) e do grupo de se deslocar até a agência de Amambai para serem atendidos, devido à escassez de pessoal e de recurso, a ausência de técnicos para o atendimento era enorme, assim como para aldeias da região.

Diante do que foi apresentado naquele momento, e ao perceber as peculiaridades envolvidas, pensei que seria interessante conhecer mais de perto as pessoas que lá viviam, para perceber se o trabalho de pesquisa junto aos Kaiowá daquele local iria fluir. Assim, sem saber ao certo o que iria encontrar, tive como base minhas vivências com os Kaiowá e Guarani da cidade de Amambai- MS, e comecei a me aprofundar nos dados das narrativas e documentos que brevemente tinha coletado até aquele instante. Com isto comecei a juntar o quebra cabeça, e as perguntas eram: “Por que eles não possuem documentos civis? Por que estavam vivendo em uma vila e não nas aldeias da região? Por que foram retirados da cidade por autoridades políticas, como foi mencionado por aquele senhor?” Queria ver de perto como se dava o cotidiano em um bairro em que indígenas dançam *Guaxiré*, rezavam e dividiam esse mesmo espaço urbano com não indígenas. Indagava: Como se davam essas relações? Como era o *ñande reko* daquelas pessoas?

⁸ *Guaxire* - Dança tradicional kaiowá/guarani praticada em dias de festividades. “As danças são em formas de círculos, referem-se aos ciclos da natureza, ou aos períodos de plantios e de colheitas das plantações, outras danças referem-se à relação com os ritos sagrados, conforme as práticas religiosas, envolvendo revelações de como é organizado o universo sagrado. Essas danças proporcionam as populações indígenas interação entre familiares e amigos” (Rebeca M. Gimenes, jun. 2018. Aldeia Pirajuí- Paranhos/MS).

De certa forma algo intrigante ocorreu no momento em que comecei a fazer a releitura dos dados que estavam registrados nas atas. Percebi que eram relatos aparentemente seguidos por perguntas com intuito de levantar dados sobre onde nasceram. Através desses registros, percebi que alguns personagens das redações possuíam o mesmo sobrenome, ou algum parentesco. Outro fato era o local de nascimento. Diziam ter nascido em um lugar chamado *Y'Joivy*, referindo-se a uma localidade pertencente ao município de Aral Moreira. Sendo que, os mais jovens, talvez fossem da última geração, apareciam como nascidos na Vila Satélite.

Assim, quando comecei a frequentar várias casas na Vila Satélite e a ouvir àquelas senhoras, percebi que meu trabalho não tinha um tema de pesquisa, mas começou a emergir o problema de pesquisa. O envolvimento com as senhoras me trazia tantas informações e, entre essas pessoas, que compreendi que possuía um campo de pesquisa relevante por causa das pessoas que se encontravam no local; principalmente o contato com as *kuñangue ñandesy*, e percebia que as conversas com elas me indicariam o que deveria trazer para este trabalho.

Para ser mais precisa foi somente em outubro de 2016, quando já estava no mestrado, que consegui marcar a primeira visita à Vila Satélite em Aral Moreira. Isto ocorreu junto com um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS⁹. Entretanto, não foi possível que membros da FUNAI/Amambai-MS de Amambai nos acompanhassem, mas fizeram uma ligação e solicitaram que algumas pessoas nos recebessem¹⁰. O técnico da FUNAI nos recomendou ter cautela, pois as pessoas passavam por um momento bem delicado. Há poucas semanas alguns moradores da vila tinham vivido um conflito com proprietários de fazendas, que acabou atingindo a todos (falarei mais a frente sobre essa eventualidade).

Nesta visita havia mais presença de mulheres do que de homens e foi depois deste momento que me aproximei de algumas senhoras já de idade avançada que os Kaiowá chamam de *ñandesy* – nossa mãe- termo referido as mulheres sábias conhecedoras das tradições, remédios, rezas e cantos, geralmente são as avós de parte de um grupo de parentes. São as *ñandesy* responsáveis por passar os conhecimentos mais antigos que receberam de seus antepassados aos mais jovens. Entre essas senhoras destacou-se como interlocutora: Dona Teodócia, uma senhora de oitenta e três anos, falante da língua tradicional, autoridade e

⁹ Entre o grupo de pesquisadores da UEMS, havia um professor Kaiowá da aldeia Amambaí (Guapo'y), naquele momento era estudante de Ciências Sociais. Ajudou-nos na tradução e na intervenção das conversas, pois nós não indígenas não falamos na língua guarani, geralmente nesses encontros como estão em suas casas procuram falar na língua materna, sendo de extrema compreensão.

¹⁰ Quando cheguei a campo reconheci que a anfitriã era a mesma moça do primeiro encontro outrora ocorrido na FUNAI- Amambai, qual foi apresentada, por meio do servidor.

liderança que foi a grande anfitriã em diversas visitas que realizei, a qual me apresentou, através de narrativas, situações que afligem a vida daquelas pessoas que moram na Vila Satélite.

Dessa forma, a pesquisa, teve como tema maior as lutas e a resistência em manter o modo de ser, diante dos diversos conflitos políticos e sociais que as *kuñangue ñandesy* enfrentam, muitas vezes apresentavam isso como obstáculo que surgiam para descaracterizar o modo de ser kaiowá. A ênfase da temática será nas manifestações reveladas nas narrativas e no que presenciei *in loco*. Sob a justificativa da existência de resistência do modo de ser que reflete a identidade Kaiowá, e parecia que isto estava sob a guarda das mulheres indígenas, sobretudo das anciãs, como protagonistas a ocuparam o lugar de fala, o que neste trabalho chamei de política de mulheres (o último capítulo tratará desta perspectiva).

Com isto, busquei analisar e trazer meios para compreender dentro da cultura indígena, os conflitos existentes, mesmo aqueles entre as mulheres de diferentes gerações, fator que mostrou as diferentes peculiares e formas como estas mulheres foram construindo o modo de vida na Vila Satélite.

Destaca-se nas narrativas das *ñandesy* e demais indígenas moradores da vila, a apresentação de diversas situações impactantes causadas pelo processo econômico e urbano, processo este que, de forma etnocêntrica, não englobam os indígenas que vivem ali, (os detalhes desse contexto são esclarecidos no capítulo III e IV). No entanto, estas ações não causam desânimo nessas pessoas, ao contrário, revitalizam as lembranças sobre o contexto daqueles que viveram naquele território antes da consolidação do município de Aral Moreira-MS nas memórias das interlocutoras.

Foram essas memórias históricas que me apresentaram o problema desta pesquisa numa fala contínua em uma narrativa afirmativa: “*Somos daqui mesmo*”. Essa foi a frase que ouvi no primeiro dia que lá pisei, até os últimos dias de ida a campo, onde as entrelinhas dessas três palavras muito revelaram. Essa frase mostrava-se como afirmativa e, às vezes, como resposta, quando se perguntava às pessoas sobre o local de nascimento, ou ainda como uma revelação de pertencimento de toda a extensão daquele imenso território, com uma paisagem de configuração urbana, mesclada com rural, mas um rural marcado pela agroindústria. O problema, que surgiu antes de minha ida a campo, quando comecei a indagar sobre o que levou aquela gente a viver em região urbana, foi o questionamento que voltou durante quase todo o período de pesquisa.

Sendo assim, encontrei algumas respostas através das angústias das mulheres, dividiam-se entre as que não querem ver as próximas gerações vivendo no bairro e as que querem viver com um pouco de dignidade, tendo na casa própria, essa única oportunidade.

Entretanto, sob essa configuração, as narrativas revelaram cenários de esbulho que tão somente as gerações passadas enfrentaram e as *ñandesy* concomitantemente percebem que o mesmo se repetirá com as gerações vindouras. Além disso, na conjuntura atual, são afligidas pela incompreensão (por estarem numa localização de fronteira com o Paraguai, circulando) e por possuírem relações de parentesco com indígenas nas aldeias do outro lado da fronteira, a sociedade nacional não os reconhece como índios brasileiros.

Enfim, a partir disso vou descrevendo essas realidades, destacando o modo de ser kaiowá, e buscando resoluções a essa problemática, com base nas elucidações narradas e por minha interpretação diante do contexto sócio-político que imbrica a vida dos Kaiowá na região, não diferentemente em Aral Moreira. Refiro-me a contextos que me foram apresentados como: a negligência do Estado e de órgão instituído para atender os indígenas; a interferência dos gestores do município na vida destas pessoas com políticas que são inseridas no universo kaiowá que desrespeitam e insultam o conhecimento indígena.

1.2 Metodologia

Diante da necessidade de compreender o que era observado em campo, e explicitar à banca de qualificação, onde me foi sugerido realizar este trabalho com base na análise das narrativas, e assim o fiz, não encontrei outra forma senão a do exercício de descrição.

A arte de ouvir, de transcrever os áudios, as anotações no caderno de campo, os eventos, as atividades, os encontros diversos com os Kaiowá e Guarani, os quais participei durante o tempo da pesquisa, a metodologia que poderia atender a esse universo de andanças por aldeias e encontros com os Kaiowá só poderia ser a etnografia.

É nessa metodologia que se encontram várias possibilidades de se trabalhar, pois esta pesquisa está vinculada ao mestrado de Ciências Sociais, o qual oferece um caráter de interdisciplinaridade.

Do mesmo modo, como já resaltei, o campo de pesquisa, a disciplina de *Seminário de Projetos para Dissertação* do programa e a banca de qualificação foram essenciais na decisão do método seria utilizado e da ênfase nas narrativas das interlocutoras deste trabalho.

Entretanto, ao me aproximar do campo, percebi que o olhar etnográfico leva a compreender o meio e as pessoas que ali estão, e realmente te aproxima das bibliografias no sentido de voltar às leituras que tratam do tema diversas vezes, o cuidado com o exercício de transcrição e por fim, a descrição. Assim trazia Roberto Cardoso de Oliveira (2000) em minhas caminhadas pelas ruas entre conversas com aquelas pessoas. Nestes momentos em campo, é que a etnografia revela o lugar do pesquisador, que é envolvido em tramas e realidades, as quais se tornam informações precisas, mas que só vai ser encorpado em escritos no momento que surge a necessidade de se afastar do campo e dos interlocutores, para organizar as ideias, para que este se torne um trabalho escrito de caráter científico¹¹. Nisto, fica claro que o trabalho etnográfico consiste em procurar trazer dados que realmente sejam interpelados pelos protagonistas que aparecem em campo, ao contrário, de partir somente de inferir impactos históricos ou do ponto de vista do pesquisador (GOW, 2006).

Com isto, a pretensão foi de realizar um trabalho que pudesse destacar as diversas realidades e relações que eram apresentados pelas pessoas que estavam *in loco*. O contato com os indígenas de Mato Grosso do Sul e a possibilidade de estar em território que acolhe parte da nação Guarani, em especial a nação Kaiowá, me possibilitaram perceber que a dimensão da pesquisa não é estática e que o olhar do pesquisador deve se estender sobre diversas realidades, o que será abordado mais à frente, ainda neste capítulo no item “o Campo de Pesquisa”.

Neste aspecto, o cuidado em buscar descrever as realidades locais, traz entre as narrativas a cosmovisão dos Kaiowá, que perpassa por resistência cultural, ligada a formas de manter relações, e de emblemáticos comportamentos políticos como a postura das mulheres que são as principais autoras neste trabalho. Penso que isto não poderia passar despercebido, pois trata-se de trabalhar com mulheres, sendo elas rezadoras. Assim, ao perceber a relação entre esse jeito das mulheres verem o mundo e como, a partir disso, produzem saberes, conhecimentos e disposição em falar sobre suas vidas e contexto, coube então, descrever como elas interpretavam suas vivências *in loco*.

Deste modo, o exercício de escrever começa a ganhar forma no aspecto processual, como parte essencial e mais complexa do trabalho etnográfico, é de suma importância para caracterizá-lo como trabalho científico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000).

11 Relato isto com base em diversas aulas de etnologia indígena, regado por textos etnográficos, no período de graduação. Em que tive a oportunidade de ter uma professora; Lauriene O. Souza, que me ensinou dentro e fora, até os dias atuais a compreender o trabalho de campo de forma muito séria, e o valor da descrição como metodologia científica.

Com a técnica de levantamentos bibliográficos os estudos vão sendo arrematados entre os olhares inferidos em campo, assim como as narrativas acabam se tornando descrições, uma espécie de registro escrito para a compreensão dos diversos cenários que envolvem as mulheres Kaiowá. As rezadoras só falavam na língua materna, e pude contar com a presença de Lúcia Pereira, também Kaiowá, que na época era estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, cursava o último ano e vinha se preparando para ingressar no mestrado. Lúcia, assim como eu, estava coletando dados para sua pesquisa e, com sua presença percebi que as senhoras se sentiam confiantes nas conversas. Lúcia é casada, seu marido também é Kaiowá. Sua aprendizagem com traduções ocorreu devido ao tempo em que participou de projetos junto ao JOIND (Jogos da Integração Indígena) e ao grupo de dança *Ara Hendu* – (Ara- Tempo; Hendu- escutar) ¹² onde ajudou com a tradução das conversas com aquelas pessoas que só falavam na língua materna. Em vista disso muitos caminhos me foram facilitados, pois eu e Lucia conversávamos muito sobre o que vivíamos em campo. Desta forma, Lucia aparecerá em algumas descrições.

Além da presença de Lúcia, por um tempo também dividi o espaço da pesquisa com outros pesquisadores como Gianete P. Butarelli e Algacir Amarília, que faziam parte do grupo de pesquisa da UEMS, coordenado pela Prof.^a Célia M. F. Silvestre.

Na atualidade alguns pesquisadores e instituições que atuam no MS estão empenhados em reunir trabalhos sobre a história da diversidade indígena para elaboração de metodologias em diversas áreas do conhecimento. Tais pesquisas têm como objetivo contribuir em reconhecimento de direitos e colaborar com diálogos da etnologia ameríndia do Brasil. Em vista disso a responsabilidade e a necessidade do cumprimento dessa pesquisa, por isso o cuidado em ter consonância com as diversas pesquisas realizadas com as populações indígenas no sul de Mato Grosso do Sul.

Contudo, este trabalho etnográfico implica em um levantamento de dados a partir das análises das narrativas, a fim de compreender as realidades e como cada uma das interlocutoras interpretam como é viver na Vila Satélite.

¹² Sob a coordenação do professor Ismael Morel, na aldeia Guapoy- Amambai, formou-se uma associação de jovens indígenas que se reúnem para expressão da arte de dançar, e a prática de atividades esportivas. Com o apoio de algumas instituições, no ano de 2012-2013, Lucia Pereira e outros jovens se dedicaram à trabalhos com multimídias, com objetivo de montarem um acervo digital dos conhecimentos das pessoas mais velhas da aldeia, através da história oral, coletaram narrativas sobre a tradição, uso de plantas medicinais, brincadeiras, cantos, festividades, etc.

1.3 O Campo de Pesquisa e Interlocutoras

O campo de pesquisa, local que se tornou importante pelo fato de nele existir pessoas que são intrínsecas a ele, por isso ao trazer detalhes sobre o lugar também serão apresentadas as senhoras anciãs *ñandesy* e demais pessoas que me fizeram fixar meu olhar sobre o local (GUEERTZ, 1997).

Algo que precisa ser ressaltado é que, durante a pesquisa essas mulheres me levaram a outros lugares, e cada lugar eu me percebia comprometida a essas mulheres, que são corpos da pesquisa; quando estive diversas vezes na FUNAI/AMAMBAI-MS, nas escolas da região onde encontrava estudantes indígenas, às aldeias da região ou mesmo quando me encontrava com outros indígenas em lugares diversos de minha convivência, estendia o olhar a todo o universo da pesquisa. Tal olhar foi tornando um campo não fixo, mas em movimento, devido o contato com os diversos Kaiowá e Guarani espalhados neste território Guarani continental que foi restringido no MS.

A partir disso, pressuponho que trabalhar com os povos indígenas em território guarani é extremamente denso e o campo está sempre em movimento, no sentido da “relação do encontro”. Percebi que a cada encontro com indígenas de aldeias diversas (corpos da pesquisa) algo me ligava aos indígenas e ao local da pesquisa mesmo estando algumas vezes fora dele, pois a região do MS traz diversos significados e símbolos do conhecimento dos povos naturais. Exemplo disso é a língua guarani, que está muito presente na região, nas escolas, nos mercados, onde estão reunidos os povos indígenas ou não. É possível encontrar as palavras guarani entre as conversas informais, entre os ‘não indígenas’. Como nos nomes e receitas de pratos típicos, nomes de rios, de ruas e cidades, até como gíria. Sobretudo nas leituras das bibliografias de etnologia guarani, que me fizeram perceber ainda mais a extensão e a presença indígena neste imenso território que foi constituído como território nacional delimitado em um designe geograficamente mapeado e cercado como pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Além disso, o ensejo da produção desta pesquisa proporcionou-me um constante itinerário a diversas cidades da região Sul-Fronteira, ora de ônibus, ora de carona, ora de moto, mas sempre entre encontros com os Guarani Ñandeva e Kaiowá. Esta foi uma experiência marcante, que me levou cogitar que o pesquisador se torna um caminhante, e todos os caminhos levam ao objeto de pesquisa. Algumas vezes, de forma inusitada, me sentia levada pelo ‘caminhar dos indígenas’, o que demonstra que este campo não é fixo. Assim sendo, ao entrar nesse universo Kaiowá o campo é diversificado, ainda que a pesquisa tenha como centro das

discussões, de tema e problema os indígenas na Vila Satélite, as narrativas, e levantamentos de dados se deram em lugares diversos.

Sem mais delongas, o local principal da pesquisa, como já foi mencionado foi a Vila Satélite situada na cidade de Aral Moreira-MS que possui 10.255 habitantes conforme dados IBGE do censo de 2010, sendo que população estimada de 11.771 pessoas para 2017 (IBGE, 2014), situada na região conhecida como Sul-Fronteira (fronteira com o Paraguai). Porém, infere-se que há uma divisa marcada por limites entre fazendas de ambos os lados devido ao aspecto geográfico de paisagem rural (Ver imagem 01). O município fica a 87,9 km de distância de Ponta Porã – MS - Brasil que liga a linha Internacional a cidade Pedro Juan Caballero - Paraguai (dados obtidos através do app Google Maps).

A propósito, o bairro foi consolidado na gestão municipal de 2002, através da criação de um conjunto habitacional sob o interesse em se transferir os indígenas que viviam na linha da divisa entre Brasil e Paraguai. Foram doadas nove casas populares e mais alguns terrenos¹³, no qual os moradores construíram pequenas casas, e barracos de lonas e sobras de madeiras de demolição, como pude observar.

Entretanto, não se tem um número exato de quantos indígenas moram no bairro, os números fornecidos pela FUNAI/Amambai-MS, e pelos moradores seria de mais ou menos 300 pessoas, contando que há um giro constante de pessoas. Mesmo durante as idas semanais à vila, muitas vezes recebia a informação de pessoas que teriam se mudado para as aldeias da região, para o Paraguai ou para fazendas por motivo de trabalho. Às vezes, me apresentavam novas pessoas (parentes) que teriam chegado de outras localidades.

Na vila moram indígenas que já viveram em outras aldeias, e hoje não estão somente os que estavam na linha da divisa. Aliás, muitos retornaram a viver na linha da divisa (não conheci este local, mas pretendo conhecer em outra ocasião).

Como naquele momento a intenção da gestão local era criar um lugar onde conseguisse reunir toda população indígena que estava na linha da divisa, isto acabou fugindo do controle, pois o espaço, no atual momento, é dividido com não indígenas brasileiros e paraguaios, o lugar acabou se tornando com um aspecto de favela.

Destaca-se que a maioria dos indígenas que moravam na vila pertenciam ao mesmo núcleo familiar, cujo sobrenome é “*Savala*”. Estas pessoas vivem fora de aldeias, reservas, retomadas, ou ainda acampamentos ou assentamentos, estão em uma configuração espacial diferente da qual eu estava acostumada a lidar. Estas pessoas possuem suas casas fixadas nas

¹³ Consta no Relatório Antropológico ao Ministério Público- MPF-. (MPF, 2015. Fls. 14,15.).

últimas ruas da Vila Satélite. Os não indígenas – *karai* -, chamados assim pelos indígenas, estão em casas nas primeiras ruas em sentido para área rural.

Entre as observações, destaca-se que a Vila Satélite foi constituída aos fundos da cidade, entre os limites do perímetro urbano e rural. No mapa da cidade (ver imagem 02), apresenta-se na direção ao nordeste e um terço do sudoeste do centro da cidade, está localizado depois do terminal rodoviário municipal, o acesso ao lado direito da rodoviária, ou, à esquerda as duas ruas levam ao final do município.

A paisagem geográfica do local é uma mescla de urbano e rural, devido às grandes áreas agropastoris, fazendas, chácaras, rios e poucos nichos de mata do entorno. Haja visto que as famílias indígenas estão acomodadas numa situação precária; suas casas ficam escondidas e apresentam um aspecto de abandono, pintura envelhecida. Ao Norte da última rua da vila há uma chacara. A área rural e a vila são divididas pela passagem de um córrego – Córrego Água Boa. As casas desta última rua estão a uns 300 metros de distância da margem do córrego. Devido à umidade e aos nichos de mata apresentam uma aparência de brejo, e em dias de chuva o solo de toda a vila fica com aspecto argiloso.

As casas populares são de alvenaria e possuem dois quartos, sala e cozinha (juntos) e um banheiro. A maioria das casas possui energia elétrica e água encanada, porém não possuem esgoto, nem pavimentação asfáltica. Os que foram contemplados com terrenos, e outros que vieram depois e foram acampando entre os nichos de matos em terrenos baldios, construíram barracos de lona e com sobras de madeiras e ferros de demolição. Existem minúsculas casas de alvenaria construídas pelos próprios moradores. Geralmente nos terrenos existem mais de um barraco, mesmo os que foram contemplados com as casas populares também possuem outras moradias, pois dividem o quintal com parentes.

A língua predominante entre os indígenas da vila é o guarani - a língua materna, mas a Lúcia disse que as pessoas mais velhas usam um guarani mais antigo, usavam palavras que ela também não conhecia. O que me exigiu buscar ajuda de outras pessoas, na tradução, como alguns alunos ñandeva, que percebi que dominavam bem o guarani paraguaio, a língua mais antiga como me explicaram.

Algumas pessoas, como as *ñandesy*, fazem essa mistura por morar na fronteira e por manter contato com pessoas do outro lado da linha. Os mais jovens falavam castelhano, espanhol língua usada pelos paraguaios. As crianças sofrem um pouco com o bilinguismo pois, além da língua materna tem que aprender a falar português, principalmente os que frequentam a escola.

Outro fato é que os indígenas dizem ter dificuldades de acesso a FUNAI/Amambai-MS, a instituição dificilmente os assiste e não possuem atendimentos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Para esclarecimento, esta instituição atende as demandas relacionadas à saúde nas aldeias, pois ali é difícil o acesso aos postos de saúde das cidades; subentende-se que os que vivem na cidade devem ser atendidos pelos órgãos da cidade. Sendo assim, essas pessoas contam com a presença de agentes de saúde, que não são indígenas, como ocorre nas aldeias da região. Os indígenas acham isso complicado, primeiro pela dificuldade na comunicação, e depois por esses não compreenderem o modo de viver tradicional. De certa forma enalteceram a profissional que os atende.

Em contrapartida, apresentaram as dificuldades em conseguir atendimento médico e que, muitas vezes, são levados pela ambulância para serem atendidos no hospital do Paraguai, em Pedro Juan Caballero. Alegam que no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) o atendimento é complexo, que antes elas iam com mais frequência, mas devido os maus tratos e indiferença não tem mais procurado estes lugares¹⁴.

A vila é marcada pela presença feminina, crianças e pessoas idosas, adolescentes e jovens quase não se vê, cheguei encontrar alguns nos finais de semana. A figura masculina na maioria das vezes vai para a zona rural, trabalhar de ‘bóia fria’, ou em fazendas no Paraguai. Os mais jovens, entre 18 e 40 anos, conseguem trabalhos nas indústrias do setor do agronegócio nas proximidades da cidade. Geralmente estes retornavam às suas casas no final do dia, o que causava desencontros. Só consegui contato com os idosos, ou alguns homens que estavam em condição de desemprego.

Esse contexto de presença de mulheres indígenas tomando a frente das decisões e o cuidado com crianças e idosos sem a companhia dos homens é muito frequente também nas aldeias da região pelo mesmo motivo. Nas aldeias, os homens chefes de famílias e os jovens vão para outras cidades ou estados para trabalhar nas colheitas de cana e de maçã. Essa temporada de trabalho é mais longa, durante todo o tempo de colheita. Na vila o período de ausência é menor, por trabalharem no entorno nos tempos de colheita de soja, ou com gado, fazenda ou de boia-fria. Em tempos de 40 a 60 dias retornam para suas casas, passam o final de semana, trazem dinheiro, e compra de cestas básicas para o tempo que ficam fora. Mesmo assim

¹⁴ O trabalho de Gianete P. Butarelli (2017) aborda com ênfase esses maus tratos, que, observados a partir perspectiva dos indígenas, são colhidos por meio das visitas e entrevistas a esses departamentos municipais, CREAS, CRAS, Escola, etc.).

as mulheres ainda precisam ajudar na renda, então algumas trabalham de domésticas, as que possuem documento conseguem trabalhar na prefeitura municipal, através do Vale Renda, com limpeza das ruas. Mas nem todas conseguem empregos, por ter crianças pequenas, por não possuírem documento civil, então acabam trabalhando com as crianças maiores como catadoras no lixão, selecionando material para vender no ferro velho, empresa responsável pela reciclagem.

Não se vê roças, às vezes uma ou outra rama de mandioca, batata e milho. Algumas casas possuem pequenos canteiros com temperos, remédios, bananas e árvores frutíferas como limão rosa, jabuticaba e mamão. Reclamam pela falta de espaço para fazerem suas roças e criarem animais. Cheguei a ver algumas galinhas, mas nunca vi porcos, cabritos, ou outras criações de animais, como se vê em algumas aldeias.

A Vila Satélite não tem característica de aldeia, não tem liderança, nem uma *opy*- casa de reza, escola indígena, posto de saúde indígena, nada disso. Há um grupo de mulheres que têm feito articulação com o poder público local e com a FUNAI/AMAMBAI-MS para terem acesso à algumas políticas específicas.

Sobre essa realidade da vila não ser e nem possuir uma característica organizacional daquilo que compreendemos ou temos visto como aldeia, os indígenas que moram no bairro são caracterizados ou nomeados desaldeados por não estarem vivendo nas aldeias da região. Entre eles esse termo é utilizado para explicar a situação de precária vulnerabilidade e a condição de pobreza em que se encontram. Também buscam exercer a comparação com parentes que vivem nas aldeias, pois acreditam que estes possuem uma vida melhor. Entretanto, já ouvi de algumas lideranças indígenas a expressão “chiqueiros”¹⁵ ao se referirem as aldeias, pois reprovam o modelo imposto pelo Estado. Algumas pessoas que encontrei nas aldeias da região se referiam ao tempo em que vivera na vila como sendo “desaldeados”. Conforme algumas narrativas das *ñandesy* os moradores da vila satélite também são chamados de “paraguaios” – geralmente são os ‘não indígenas’ que os identificam desta maneira – por funcionários públicos do município. Tal nomenclatura é problemática, pois refere-se a paraguaios “invasores” que vem do outro lado da fronteira para usufruir de políticas públicas oferecidas pelo município brasileiro.

Essa é uma nomeação frequente entre os ‘não indígenas’ quando não querem reconhecer algo aos indígenas. Geralmente essa nomeação ocorre devido aos conflitos fundiários que ocorrem na região, até pela situação de fronteira em que se encontram.

¹⁵ Pocilga. Curral onde são criados ou recolhidos os porcos.

Como foi mencionado, o município de Aral Moreira faz divisa com o Paraguai, e conforme as narrativas e outras fontes há duas aldeias muito próximas do outro lado da fronteira nas mediações da região que fica a cidade. O que provoca esse trânsito de pessoas entre fronteiras (isto será tratado nos próximos capítulos).

Desta forma, a vila é o lugar onde os indígenas vivem e moram, mas são cercados por diversas situações que os afligem, sem assistência do município, com dificuldade de atendimento da FUNAI/Amambai-MS, sem políticas específicas, além disso, também existem as divergências familiares o que seria comum na sociedade ocidental. Mas é visto pelas *ñandesy* de outra maneira. Elas relacionam isso com a avareza, de essas pessoas serem inimigas, fazerem fofocas e se aliarem a fazendeiros, além disso, relacionam a práticas de feitiço.

Nisto, a vila, na interpretação das anciãs, não é um bom lugar para criar seus filhos e netos, e acreditam que a forma que estão ali não agrada a “Deus”, devido às intrigas entre as famílias. As *ñandesy* não praticam mais o *neembo’e* cantos e rezas (LIMA, 2015) continuamente. Conseqüentemente os parentes estão divididos, nessa divisão dá para se perceber a preocupação das *ñandesy*, isto será abordado posteriormente.

Imagem 3 – As *Kuñangue* Ñandesy



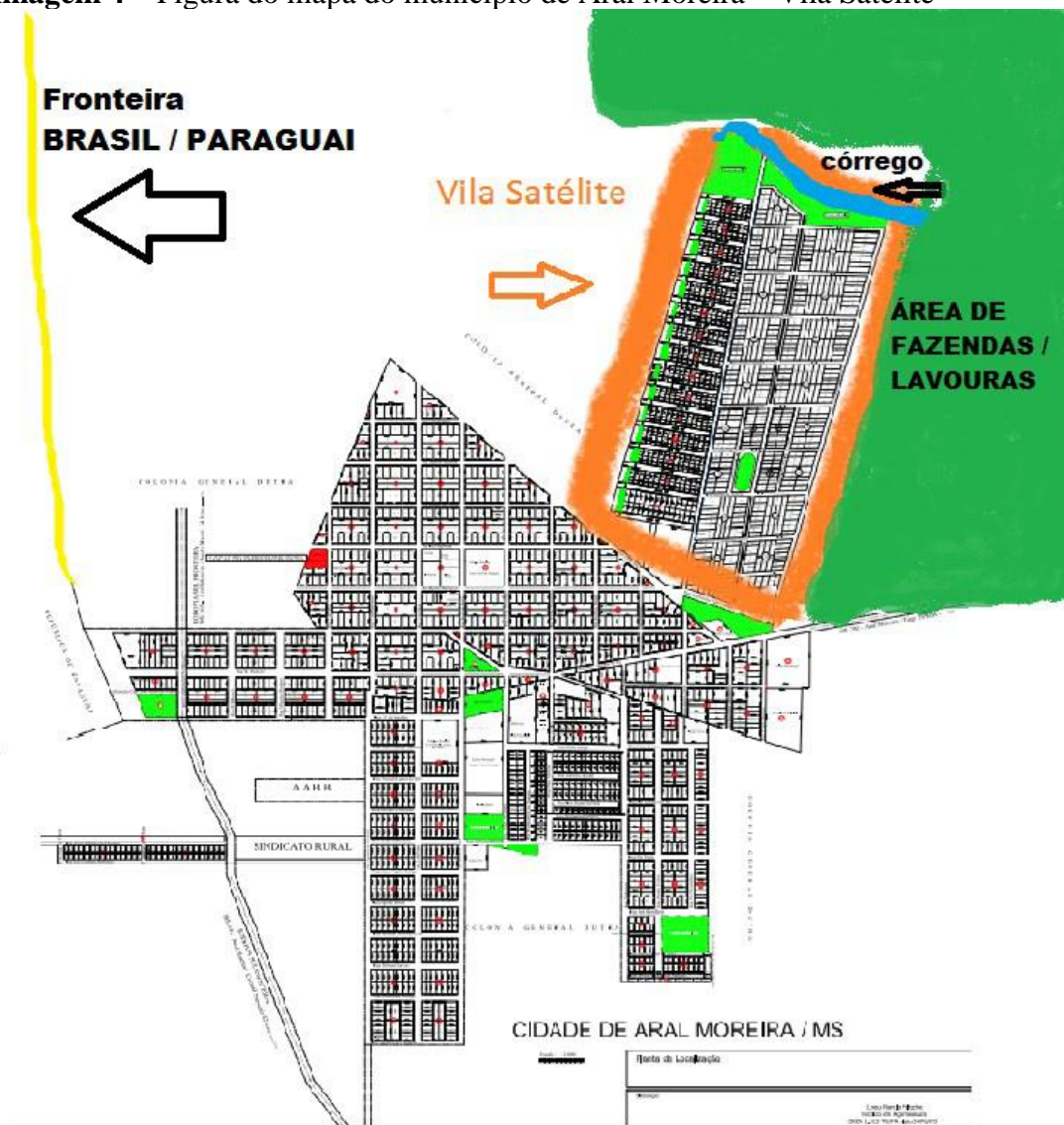
Dona Teodócia Savala, Dona Julia Vargas, Dona Severina e Dona Olácia Savala, de blusa roxa Lucia Pereira¹⁶.

Fonte: Acervo Próprio. (FERREIRA, 2017)

¹⁶ A quarta pessoa da foto da esquerda para direito é Lucia Pereira; estudante de Ciências Sociais UEMS- colaborou como tradutora da língua guarani durante as conversas com as quatro mulheres.

Posso dizer que o campo, acabou por me aproximar das famílias que mantêm relações de proximidades, com as *ñandesy*. Depois da primeira visita a casa de uma das anciãs, elas marcaram outras visitas, e elas me conduziram entre as casas daquelas que se unem a elas. Assim destacaram-se nessa pesquisa, como interlocutoras, a Dona Júlia Vargas cunhada e Dona Severina prima, parentes de Dona Olácia Savala e Dona Teodócia Savala, que são irmãs. Todas são viúvas, esta última tem uma enorme deferência entre os demais parentes. Na tradição Kaiowá as pessoas mais idosas merecem ser tratadas com muito respeito por sua sabedoria e por possuir conhecimentos antigos. Assim, percebi que todas as pessoas mesmo estas outras senhoras se direcionavam com ênfase à dona Teodócia, como uma espécie de liderança. Era a ela que me direcionavam, como alguém que podia falar sobre qualquer assunto, com precisão.

Imagem 4 – Figura do mapa do município de Aral Moreira – Vila Satélite



Mapa adaptado que possibilita perceber a localização da Vila Satélite e todo o entorno que envolvem os Kaiowá.

Fonte: BUTARELLI, 2017, p. 80.

Sempre me aproximei dessas senhoras, e foi no quintal da casa de Teodócia e Julia que os encontros aconteciam preferivelmente, regados por tereré. Diante da intriga entre as famílias, aproximei-me pouco de outras pessoas. Para não criar um atrito ou com receio de perder a confiança delas.

Por isso, neste trabalho vão aparecer perspectivas e histórias, a partir das narrativas dessas mulheres, ou das pessoas que elas iam me apresentando. Por vezes eu estava a conversar com elas, e se chegasse alguma pessoa que não apresentava confiança para elas, o rumo da conversa mudava de repente, ou a conversa parava, de forma que o silêncio e o semblante delas mudavam. Essas mulheres se sentiam vigiadas, algumas vezes elas me disseram para eu tomar cuidado, pois já teria ocorrido de pessoas irem a casa delas querendo saber o que fazíamos na vila.

A partir disso interpretei que o campo de pesquisa era fragilizado, e que eu teria que ter muita discrição. Por isso optei por não ir aos departamentos públicos municipais, pois, Gianete P. Butarelli (2017), já havia ido fazer entrevistas e levantamentos. Pensei que seria muito próximo as datas para ir aos mesmos lugares, e tocar em assuntos que poderiam trazer complicações a essas pessoas.

Do mesmo modo, a pesquisa foi me levando a olhares e caminhos quais acredito que foram necessários para este escrito.

A vila foi o local onde houve o encontro, mas onde fixei o olhar foi nesse grupo de senhoras, que estão morando com suas famílias na vila Meu campo possui corpos como já foi mencionado. Por causa dessas pessoas fui mais vezes a casa da Lúcia Pereira na aldeia Amambai, também por causa delas frequentei e conheci pessoas nas aldeias da região, como Pirajuí e Kurussu Amba. Conheci outras mulheres ligadas à luta pela terra, e outras senhoras que viveram na vila. Enfim, o trabalho me deslocou e me levou a diversos lugares, trazendo história de realidades diversas, como um artesão vai fazendo sua arte.

Neste trabalho há histórias humanas, olhares, falas, vidas, pessoas que já morreram pessoas que ficaram doentes, apresentadas em forma de descrição.

Outro fato importante é que essas mulheres se auto declararam pertencer ao subgrupo guarani conhecido como kaiowá. Com esta informação muitas coisas mudavam e deveriam ser bem analisadas, pois as relações com parentes, compromissos com os antigos costumes, a forma e relação com o *Tekoha*, e mesmo as divergências, brigas entre parentes, tudo isso deve ser compreendido a partir do conhecimento kaiowá. Não estou afirmando que não tenha presença de outros subgrupos, como a presença desses indígenas paraguaios, ou ainda a presença de

Ñandeva, mas o caso é que aqui o trabalho de campo se reduziu a essas senhoras, e a parcela de seus parentes ligados ao “fogo doméstico”. Ou seja, os que mantêm relações próximas a dona Teodócia, sendo ela responsável por uma parte do grupo, no tocante da educação, orientação religiosa, que são produzidas em seu quintal, entorno de seus saberes. Dona Teodócia não media esforços em nos levar a casa das pessoas que estavam junto dela e faziam parte de toda essa relação de respeito e comprometimento, e era para estes que ela entendia que suas rezas e esforços tinham que ser direcionados.

Por fim o capítulo segue com a apresentação de quem são os Kaiowá que estão no MS, sua gênese e os contextos de colonização, com o objetivo de compreender os rumos que a pesquisa tomou.

1.4 Os Kaiowá historicamente conhecidos

Conforme bibliografias clássicas os Kaiowá que estão no MS, logo, na vila Satélite, fazem parte do tronco linguístico guarani¹⁷. Egon Schaden (1974) em “Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani”, assegura que os denominados Guarani do Brasil são divididos em três grupos extensos; Ñandeva, M’bya e Kaiowá. Para o autor os Ñandeva, são autodenominados Guarani. Sendo assim, podemos partir dos pressupostos de Antonio Brand (2008) que observa o sul de Mato Grosso do Sul em fronteira com o Paraguai e que lá se encontra grande parte de um desses grupos extensos - os Kaiowá. Em função dos casamentos interétnicos entre Guarani Nãndeva e Kaiowá, acabaram dividindo os mesmos espaços, porém, os próprios enfatizam suas diferenças (PEREIRA, 2004).

Assim na atualidade, as pessoas que tem realizados trabalhos teóricos, pesquisas junto aos indígenas que fazem parte do sul de MS, têm procurado ter mais cuidado, para que Kaiowá e Ñandeva não sejam identificados de forma generalizada como sendo os mesmos, sem que se lhes reconheçam e sejam enfatizadas suas diferenças. Mesmo porque os próprios procuram enfatizá-las.

Para isto, temos que observar algumas perspectivas históricas relacionadas a esse contexto histórico sobre as denominações ou nomações, dadas aos indígenas. Como no livro de Curt Nimuendaju Unkel cujo título é: “A lenda da criação e destruição do mundo como

¹⁷ “As populações Guarani pertencem ao tronco linguístico tupi, da família linguística tupi-guarani e costumam ser genericamente denominados de Guarani.” (CRESPE, 2009, p. 20).

fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani” (1987). Na apresentação do livro, Viveiros de Castro se refere aos Kaiowá como “*Pãi-Kaiowá*” (NIMENDAJU, 1987, p. 28.). Deixa a impressão de uma junção das duas nomenclaturas se referindo a um povo só *Pãi-Tavyterã + Kaiowá = Pãi-Kaiowá*.

Igualmente, o professor Antonio Brand (2000), um dos consideráveis pesquisadores contemporâneos junto aos indígenas do sul do MS, explica que a gênese dos Kaiowá está relacionada à descendência dos Pãi-Tavyterã, coincidindo com os pressupostos de Meliá e outros ([1976]2008).

Os Kaiowá (Pãi- Tavyterã) foram descobertos pelo mundo colonial, em 1750-60, por ocasião da execução do tratado de Madri (Meliá, G. Grünberg, F. Grünberg, 1976: 155). Foram considerados descendentes dos Itatim, cujo território se estendia desde o rio Apa até o rio Miranda (Mbotetey – Gadelha, 1980: 251, n. 14), tendo a leste a serra de Amambai e a oeste o rio Paraguai (1980: 54). Coube a Irala, a partir de 1548, em oficializar a descoberta da Província do Itatim. Nessa mesma época, estavam os Itatim, conforme Susnik (1968: 179), em migração para o Chaco. (BRAND, 2000, p. 93)

A partir dessa colocação pode-se confirmar que os Pãi-Tavyterã e os Kaiowá permanecem sendo de um mesmo grupo.

Contudo, Meliá e outros explicam que Pãi-Tavyterã são compreendidos na literatura e etimologicamente como os “*Caaguá, Kaágua; Cainguá, Kaa’iwá, Cayuá, Kayová por sumism a extensión genérica há comprendido em la literatura etnográfica referida a los Guaraní, a grupos muy distintos, lo que induce a graves confusiones.*”. (MELIÁ ET AL., 2008, p. 33).

Conforme o autor, o chamamento *caaguá, ava*, índio, remete a dialética de relação de poder instaurada que compreendeu o grupo a partir de suas peculiaridades a ponto de desconsiderar a forma como os próprios se identificam. Por isso Bartomeu Meliá, Grünberg e Grünberg, se dedicaram em trazer detalhadamente toda história dos Pãi-Tavyterã, com intenção de cessar as confusões sobre a origem e como seguem a um período secular mantendo seus modos próprios de vida;

Usando un criterio geográfico y siguiendo de cerca los itinerarios de quienes los describieron, se puede llegar a distinguir los cierta seguridad, tanto más que su localización no ha cambiado sensiblemente desde el final del siglo XVIII, y que, gracias a las etnografías actuales, se puede llegar a diferenciar los aspectos fundamentales de sus respectivas culturas. Así se intentará seguir aquel proceso de aquellos Caaguá que desde el siglo XVIII ocupan el actual hábitat de los Paĩ-Tavyterã y cuyo modo de ser se presenta con características identificables con el de éstos. (MELIÁ, GRÜNBERG E GRÜNBERG, 2008, p. 34).

Segundo os pressupostos dos autores, o mais relevante dentro da etno-história e dos registros etnográficos apresentam o habitat desse grupo que após séculos ainda permanecem em um mesmo local. Ainda destacam a relevância na forma que os povos indígenas vivem a partir de suas especificidades. Como os Pãi-Tavyterã são um povo específico entre os que estão do outro lado da fronteira, entretanto, corre-se o risco de tratar os Pãi-Tavyterã com denominações que não se referem em nada ao que os próprios entendem de si.

Diante disto é possível refletir que mesmo em formas linguísticas semelhantes, diversos grupos têm suas peculiaridades, assim como já existem suas denominações, e não gostam de outros tratamentos. Considerando que os Kaiowá e os *Ñandeva* não concordam com denominação Guarani para os tratem de forma generalizada, compreende-se que esta não corresponde à forma como ambos se identificam. Com base nas perspectivas dos autores, os estudos atuais devem se atentar, como os próprios grupos se identificam e buscar em registros históricos e geográficos para compreender onde esses povos viveram e vivem e a partir disso se valer de quem se trata, o que facilita a compreensão de suas organizações territoriais e seus modos culturais de ser.

Em Mato Grosso do Sul, na região sul do Estado vivem dois desses extensos grupos como foi apresentado acima (SCHADEN, 1974); um deles se autodenomina Guarani, no caso são os *Ñandeva*; há outros que se identificam por Kaiowá, assim foi compreendido por alguns estudiosos. No como já foi apresentado por Alexandra Barbosa da Silva (2007), como será trazido aqui o trabalho de Brand (1997), Pereira (2004) e outros. Por conta da diferenciação no cenário multiétnico local, os Kaiowá não se reconhecem e nem aceitam serem identificados como Guarani; se posicionam contra e insistem em se identificar como Kaiowá. Da mesma forma, a maioria das pessoas da etnia *Ñandeva* insiste em ser reconhecida como Guarani, enquanto, por outro lado, os Kaiowá recusam o tratamento generalizado de Guarani, sob o qual são muitas vezes inseridos em contextos que envolvem outros indígenas; o mesmo ocorre com os *Ñandeva*.

Conforme o Professor Levi M. Pereira (2008), em relação à questão dos etnônimos, a historiografia não se atentou ao nomear *Mbya*, *Ñandeva* e *Kaiowá/Pãi-Tavyterã* como sendo todos Guarani. A respeito disso o professor tem procurado chamar a atenção dos pesquisadores que atuam na região sobre as diferenças existentes entre os grupos. Hoje já se percebe que vários pesquisadores e pesquisadoras têm procurado salvaguardar a forma como se autodenominam.

Do mesmo modo, na atualidade, pesquisadores, historiadores, antropólogos indigenistas, etnólogos, sociólogos e outros não têm insistido em contrariar seus interlocutores, mas em procurar observar as suas características e, com base na literatura, e etnografias, certificar-se das diferenças e especificidades que há séculos tem se mantido entre eles.

Entre os estudiosos do MS existem diversos debates na academia sobre a questão de tratar todos os grupos indígenas do cone Sul como Guarani. Na atualidade vem aumentando essa discussão entre pesquisadores diante das confusões causadas pelo tratamento e por perceberem a sociedade nacional gerando situações constrangedoras ao insistirem na redução generalizada de sua identidade.

É possível notar que Pereira (2004, 2008), Meliá e Outros (2008) estão alinhados em um mesmo pensamento sobre as questões das especificidades dos povos indígenas e tratam isso com ênfase nos trabalhos etnográficos.

Meliá e outros (2008) referem-se que, até o momento, os estudiosos estão presos à denominação Guarani; Pereira (2008) sugere uma chamada aos estudiosos interessados em dialogar acerca da temática e/ou a um estudo comparativo “O assunto mereceria uma convenção entre os estudiosos e indigenistas que atuam na região”. (Idem, 2008, p. 03).

Infelizmente, aqui nesta dissertação, não foi possível fazer esse estudo comparativo, mas, por outro lado, o notório saber destas perspectivas proporcionou a compreensão de que essas mulheres, presentes na região Sul-Fronteira são Kaiowá, residem em território histórico, sendo habitat de seus ancestrais, como sugerem as bibliografias aqui apresentadas. Logo isto deve ser respeitado, pois ao se autodeclararem pertencente ao extenso grupo “Guarani”, de um mesmo tronco linguístico, elas também demonstraram serem pertencentes a um território de descendência Kaiowá, e que tudo o que existe neste território trouxe sentido para que assim não aceitassem outras nomenclaturas, denominações, ao contrário daquela que elas entendem e declaram ser a sua.

Certamente o uso da autodenominação dos indígenas, que são referidos ao longo deste trabalho como “Kaiowá”, acarreta uma história que os colocaram em situações insatisfatórias e gerou lutas por respeito e por acesso a direitos, a partir de suas diversidades e especificidades. Estes índios enfrentam, no atual contexto político e econômico, situações desafiadoras para manterem seus próprios modos de vida, frente às situações de trabalho, aos conflitos políticos e agrários.

Além disso, os indígenas que hoje são moradores da Vila Satélite passaram por constantes ameaças às suas vidas e trazem as lembranças que enfrentaram recentemente à

expulsão, assim como historicamente seus antepassados passaram pelo esbulho de seus antigos sítios de ocupação. Ainda assim, são constrangidos e coagidos por serem reconhecidos como sendo paraguaios, por aqueles que assumem uma postura etnocêntrica e colonial em não compreender suas especificidades, como as formas de organização social e autos sustentabilidade.

Seguem então abordagens teóricas que remetem aos contextos históricos de expropriação dos territórios tradicionais e os impactos causados com o *sarambi*/esparramo e, conseqüentemente, com as novas formas de organização espacial que atingem até os dias atuais a nação Guarani e Kaiowá presente no sul de Mato Grosso do Sul.

1.5 Contextos Históricos: consequências e impactos entre os Kaiowá até os dias atuais

A história de expropriação e dos diversos impactos dos ameríndios que cercam fronteiras no MS se desenvolve em contextos impactantes até os dias atuais. Como um exercício de compreensão da situação das famílias que vivem na região, morando na Vila Satélite em Aral Moreira/ MS, proponho voltar, mesmo que de forma breve, ao processo histórico de colonização que possibilitou outro olhar às diversas situações inerentes de resistência e lutas dos povos indígenas, sobretudo os que compõem o corpo desta pesquisa.

Partindo do pressuposto de Aline C. Crespe que se refere “aos anos de 1829, quanto à primeira expedição (chamada de Primeira Derrota), encomendada a Joaquim Francisco Lopes pelo presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno”. (CRESPE, 2015, p. 56), que em 1830 teve a abertura das primeiras fazendas por influências das expedições colonizadoras (Idem, 2015). A instalação dessas fazendas resultou nas primeiras expropriações dos Guarani e Kaiowá de seus territórios tradicionais, gerando assim o início dos primeiros *sarambi*/esparramo. Depois, outro fator que marca a vida e história dos povos indígenas do atual Mato Grosso do Sul, 1864 a 1870, foi a fatal guerra entre o Brasil e o Paraguai, momento em que a abertura das fazendas foi um processo interrompido, sendo que em 1880 ocorre a instalação da empresa extrativista Cia. Matte Laranjeira (Ibidem, 2015). A mão de obra indígena como ervateiros, porém eram tratados como paraguaios, foi recorrente neste projeto (BRAND, 1997). Os limites territoriais que hoje abarcam o município de Aral Moreira/MS, nesse período mantinham os Kaiowá abrigaram a instalação da Cia Matte Laranjeira, como observou Butarelli (2017). Em 1940, em todo o Estado, encerrou a atuação da empresa

extrativista Cia Matte Laranjeira, sendo a vez da abertura de fazendas para criação de gado e cultivo da soja. (CRESPE, 2009, 2015).

Como diversos trabalhos etnográficos realizados junto aos indígenas do MS retrataram que, em 1910 e 1915, seguiam as constantes transferências dos indígenas para as reservas demarcadas pelo órgão federal Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Esse processo foi chamado por Brand (1997) de confinamento. Que de forma violenta trouxe enormes impactos na estrutura social dos *Kaiowá* e Guarani *Ñandeva*, considerado o maior desses o processo de expropriação ou esbulho de suas terras (PEREIRA, 2004).

A propósito, o *sarambi*/esparramo começa de maneira mais recorrente na década de sessenta, ao submeter os índios da região Cone Sul e Sul-Fronteira de seus territórios tradicionais, levados à força para as reservas; outros são entregues pelos fazendeiros, por não ter mais interesse em mão de obra indígena. (BRAND, 1997; CRESPE, 2015).

Pereira (2010) constatou, com base nos estudos históricos de Brand (1997), que na penúltima década do século XIX o processo de expropriação de terras indígenas tinha como finalidade implantar o projeto político e econômico de expandir as atividades agropastoris em terras exclusivamente indígenas.

Esse é um argumento que se confronta com a versão dos produtores rurais. Eles asseguram que essas terras foram entregues pelo governo e que a maioria deles possui documentação legal e registros das terras. Além disso, primeiro surgiu a política chamada “Marcha para o Oeste, que tentava estimular a produção rural e promover uma unificação do território nacional” (CRESPE, 2009, p. 28), sob uma suposta proposta de política de reforma agrária, instituída pelo governo brasileiro à época, é que se deu criação das CAND. como explica a autora:

Em 1943 é criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), e até o ano de 1950 foram distribuídos para os colonos que chegavam à região mil lotes de trinta hectares cada. Foram beneficiados neste primeiro momento, principalmente, lavradores nordestinos, e posteriormente, lavradores sulistas. Com a chegada dos colonos começam a se verificar significativos conflitos entre índios e não-índios que disputavam a posse da terra. (CRESPE, 2009, p. 28).

Não foram ocupadas somente as terras denominadas devolutas, mas foram integradas terras de uso exclusivo dos índios (BRAND, 1997).

Com efeito, ao SPI ficou a competência de trazer e manter os índios em reservas. Durante o processo de confinamento - territorialização - muitos foram levados à força e outros,

sob constrangimentos, cediam diante da pressão das autoridades (CRESPE, 2009; PEREIRA, 2010).

O resultado foi, conseqüentemente, de desapropriação das terras indígenas de forma gradual, o *sarambi* que é a dispersão espacial e a fragmentação política das comunidades foram arrasadores. (PEREIRA, 2010).

Considerando tal como no período colonial, os que eram contemplados com as terras eram os que tinham influência e aliança política, o que gerou um fenômeno social complexo que não atingiu somente os indígenas, mas os quilombolas e os posseiros (PEREIRA, 2007).

Dessa maneira fica fácil interpretar os interesses a partir da manipulação política e econômica da época: o projeto de avanço econômico sobre os territórios teria também que cumprir a presença de uma futura mão de obra barata para a expansão agrícola e pecuarista vindoura, que recaiu sobre os ombros dos indígenas. Tão somente as bibliografias vêm mostrando uma resolução de um modelo não coerente e emergencial; “A reserva passa a cumprir a função política de liberar as terras para a especulação imobiliária e posterior ocupação agropecuária. Assim, a reserva se transforma em área de acomodação para a população de diversas comunidades”. (PEREIRA, 2007, p. 05).

Os efeitos da desordem causados no passado e reproduzidos no presente refletem discriminação pelos diversos contextos de conflitos, ainda segue causando impactos na organização social e cultural dos Kaiowá e Guarani. A essa desorganização chamada pelos povos guarani de *sarambi* ou esparramo, o que Pereira (2010) interpreta como dispersão. Sendo assim “*sarambi*” foi um fenômeno que vai contra a mobilidade espacial que os grupos indígenas tinham como costume para fazerem suas roças e construírem o ambiente onde acontecesse o “*teko porã*” - modo ideal de se viver de acordo com a cultura guarani (CRESPE, 2009). Ou ainda, o “*tape*”, os carreiros ou caminhos que levavam os indígenas a diversos encontros, entre familiares, até mesmo o caminhar ao encontro de um rezador, ou para uma cerimônia de casamento como trata Benites (2009) em sua tese de doutorado.

Contudo, o período de tensão para os Kaiowá e Guarani não se interrompeu, desde o período colonial e com o processo de expansão fundiária. O *sarambi* está presente até o momento, sendo a questão fundiária o principal gerador dessa dispersão e, claro, o processo histórico de expansão agropastoril, como está exposto nas bibliografias enfatizadas aqui.

Conforme as bibliografias, durante a década de oitenta, em recusa às aldeias, os povos tradicionais procuraram por outras vias solucionar a condição dizimadora que se encontravam;

Na conjuntura jurídica e política que precedeu a atual Constituição Federal (1988), as lideranças *kaiowá* e guarani pouco puderam fazer para reivindicar seus direitos étnicos e territoriais. Faltava-lhes direito a voz e instrumentos legais aos quais pudessem recorrer para defenderem seus direitos fundamentais. Assim, em geral tiveram de se resignar a desenvolver estratégias para construção de soluções locais de sobrevivência física e cultural no interior das reservas, fazendas ou núcleos urbanos da região. Necessariamente isto implicou muitas concessões por parte dos indígenas, dada a conjuntura política que lhes era francamente desfavorável. (PEREIRA, 2010, p. 119 grifo nosso)

Pereira explica que neste período começa a organização, aos fundos das reservas, entre diversas dificuldades, um novo modelo de mobilidade espacial e a saída de indígenas das reservas. Não obstante, os indígenas se sentiam pressionados e coagidos dentro das aldeias. Sentiram a necessidade de recuperar parte dos territórios (PEREIRA, 2010), e caminharam para as proximidades dos antigos sítios de ocupação que era, naquele momento, região de fazenda. Logo iniciaram um movimento de formulação de novas estratégias entre as famílias expropriadas e reservadas para manterem seu *ñande reko*¹⁸ (CRESPE, 2015).

Deste modo, procuraram reunir os parentes para fazer o caminho de volta até os antigos sítios de ocupação e formam as chamadas “*retomadas*”. Para as lideranças indígenas, a finalidade de retornar aos limites dos territórios - no conhecimento guarani “*Tekoha*” - é de retomar todo um modo de ser que lhes foi tirado (PEREIRA, 2010).

Nesta perspectiva compreende-se que, não se remete somente a retomar o direito de posse das terras, mas todo o cosmo que a envolve o modo de ser tradicional envolvente. Assim não se trata somente de acamparem a beira de estrada, mas também de produzirem relação com o “*Tekoha*”, a partir da prática religiosa e manifestação política (PEREIRA, 2003, 2007).

Certamente, isto tem relação com o reordenamento de suas formas tradicionais, relacionado às práticas de rezas, festividades, educação das crianças, voltar a desenvolver as técnicas de plantação e a relação com meio ambiente (PEREIRA, 2010).

Por fim, a partir dos contextos bibliográficos apresentados, implica agora compreender e refletir se o mesmo processo histórico de expansão agrícola, ainda continua a interferir nos pequenos municípios da região Sul-Fronteira de MS, e sobretudo como tem se dado esse processo econômico em Aral Moreira.

18 *Ñande reko* tradução: nosso modo de vida (NIMUENDAJU, 1987, p. 28).

2 MUNICÍPIO DE ARAL MOREIRA: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS

Imagem 5 – Fotografia panorâmica da zona urbana do município de Aral Moreira



Fonte: Aral Moreira News.

Considerando que a pesquisa foi desenvolvida nas últimas ruas da Vila Satélite, bairro que pertence ao município de Aral Moreira, torna-se relevante descrever a história de fundação da cidade, e, ainda, como o município se apresenta no atual momento, sem deixar de ressaltar o processo histórico da colonização envolvente, a emancipação do município, o contexto territorial e a economia local.

Conforme as bases teóricas apresentadas no capítulo anterior sobre o processo de colonização do Mato Grosso do Sul, envolvendo a região Sul de Mato Grosso do Sul, identificada como território de fronteira com o Paraguai, parto do princípio que o contexto no qual o município está historicamente inserido revela a forte presença das marcas da colonização, que interferiu, e ainda interfere, diretamente no modo de viver dos Kaiowá presentes na Vila Satélite.

Sobre o levantamento de dados para descrever e referenciar a história de Aral Moreira, justifico que não há muitas fontes, porém foram encontradas algumas. Já sobre a emancipação, há poucos registros. Sendo assim, foram usados textos de blogs, páginas e sites da internet, como o do IBGE e claro, a dissertação de Gianete Butarelli (2017) que trouxe a história e os dados do município junto ao mesmo campo de pesquisa que compete a este trabalho. E outros trabalhos regionais de estudos focados do desenvolvimento econômico, como o “Livreto de Aral Moreira” produzido pelo Programa Estadual de Apoio aos Pequenos Negócios (PROPEQ/SEBRAE) editado pelo SEBRAE. Outro documento “Geoambientes da Faixa de Fronteira- GTNF/MS”¹⁹, foi de origem de estudos relacionados ao meio ambiente, geologia e de aspectos socioeconômico desenvolvido pelo governo estadual através da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE).

Também apresento o motivo de tratar a localização de Aral Moreira com região Sul-Fronteira, e ainda alguns textos históricos para demonstrar o contexto da presença indígena de forma histórica nessa região. Procuro ressaltar as diferenças e dificuldades socioeconômicas de uma cidade pequena e provinciana como Aral Moreira com uma paisagem geográfica modificada pelo planejamento de expansão agrícola, ao ponto de estagnação. E situações de impactos e mudança de hábitos provocados na população que não está inserida no plano desenvolvimentista da agroindústria, como caso do fenômeno do aumento das favelas, e do processo de periferias dentro das periferias, como é o caso das famílias indígenas que vivem em região urbana de Aral Moreira.

2.1. Perspectivas sobre a história de identificação e fundação de Aral Moreira

A cidade de Aral Moreira carrega uma história considerada, em diversos documentos por uma passagem de “desbravamento”, além disso, possui uma cultura e tradição fronteiriça por localizar-se em território nacional que faz fronteira com o Paraguai. Destaca-se por, em seus limites territoriais, ter despontado a cidade de Ponta Porã, e mais tarde sendo distrito da mesma, emancipando-se somente em 1979, com “alteração toponímica distrital - Rio Verde do

19 Geoambientes da Faixa de Fronteira- GTNF/MS - Grupos de Trabalho do Núcleo de Fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul (Decreto nº 14.487 de 01 de junho de 2016). Elaborado por diversas instituições, consta no documento as seguintes: GOV. DE MATO GROSSO DO SUL, SEMAD, IMASUL, UFGD, UNIMON. Disponível em: <<http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/74/2016/02/Geoambientes-da-Faixa-de-Fronteira-Versao-2016.pdf>>. Último acesso em 07, ago. 2018.

Sul para Aral Moreira (ex - Fronteira Rica), alterado pela Lei Estadual nº 3.686, de 13-05-1976” (Fonte- IBGE. 2017).

A história da cidade hoje reconhecido como município de Aral Moreira destaca o lugar como parte de relação histórica com a instalação da “Companhia Matte Laranjeira”, pertencente ao empresário Thomas Laranjeira. “Em 1883 Thomas Laranjeira instalava suas ranchadas à margem direita do Rio Verde, nas proximidades da atual Vila Caú²⁰, fundava a Cia. Mate Laranjeira, e iniciava a exploração da erva mate.”. (PROPEQ/SEBRAE, p. 06).

Nesta época era identificada como distrito e nomeada como Rio Verde do Sul.

O Rio Verde do Sul (1.883 a 1.940), citado no hino, faz referência ao primeiro nome da região, que de acordo com depoimentos de pioneiros de tal localidade e levantamentos bibliográficos, nota-se que o território que forma o atual município de Aral Moreira foi, pela primeira vez, explorado no final do século XIX, com a fixação de gaúchos e paulistas, dentre eles, Tomás de Laranjeira, através de acampamentos no antigo território denominado Rio Verde do Sul. É fundamental, porém, mencionar a presença de indígenas naquela época de pelo menos dois subgrupos, a saber: Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva. Além de paraguaios, que por se tratar de uma região, geograficamente, privilegiada por fazer fronteira seca (sem obstáculo: rio, ponte, etc.) com a República do Paraguay abriga povos oriundos de nacionalidades diferentes. (MACHADO, 2014, p. 01²¹).

As informações históricas e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Ponta Porã/MS foi por muito tempo considerado território nacional e originou-se primeiramente no território chamado de Rio Verde do Sul, hoje pertencido ao município de Aral Moreira.

A partir disso, já foi possível imaginar o território onde foi consolidada a cidade de Aral Moreira, bem como, a compreensão por ser marcada como fronteira, nos sugere ainda, pensar na diversidade étnica *in loco*. O que se reflete até a atualidade.

Outro fato histórico que consta nos documentos levantados, e, conseqüentemente caracteriza o município de Aral Moreira como um lugar significativo por sua riqueza natural e enorme extensão de terras, foi fato da chegada das primeiras famílias vindas do Rio Grande do Sul. Mais tarde, por volta de 1940, mais famílias gaúchas se instalaram, intensificando trabalhos com agropecuária. (BUTARELLI, 2017; IBGE, 2017).

²⁰ Alguns sitiantes que declaram ter nascido no município informaram que a Vila Caú é um pequeno povoado ainda existente e este fica mais ou menos uns 20 km do centro urbano de Aral Moreira.

²¹ Notícia do jornal Aral Moreira – News. Escrita por Jefferson Machado. em 12/05/2014. Disponível em < <http://www.aralmoreiraneWS.com.br/noticia/6749/analise-interpretativista-do-hino-do-municipio-de-aral-moreira-ms> >. Acesso em 22, ago. 2018

Assim sendo sobre o interesse em realizar a liberação das terras para as demandas rurais, na região fronteira em localidade onde mais veio fazer parte do município de Aral Moreira, a vez da chamada Colônia Dutra. “Na década de 1950, o presidente Getúlio Vargas cria a Colônia General Dutra, marco de importância para o desenvolvimento da região.” (PROPEQ/SEBRAE, 2016, p. 07). Diante das diversas mudanças o município também passou a receber novas demandas, assim como todo o Estado, pois agora parte das terras seriam divididas e entregues aos militares. Nesse sentido, o processo de distribuição de terras realizava-se a partir de relações pessoais e políticas com o governo, e não de caráter de política pública e/ou reforma agrária como estava sendo repercutida no Estado (BRAND, 1997; BUTARELLI, 2017). Passados três anos, por via de lei, é dada uma nova nomeação ao território de Aral Moreira, “através da Lei n.º 702, é criado o Distrito de Paz do Rio Verde do Sul, com sede na então Vila de Rio Verde, atual Vila Caú.” (IBGE, 2017).

Somente em 1973 às famílias oriundas do Sul, Paraná e mais uma leva do Rio Grande do Sul, começam a chegar nas terras, reconhecidos nos registros documentais como pioneiros e responsáveis pelo o então “progresso econômico” do local.

Além disso, somente em 1971 o distrito “Rio Verde do Sul” é desmembrado do Território Nacional de Ponta Porã e deixa de ser distrito para ser reconhecido e identificado como município, sob o nome de Aral Moreira, em homenagem ao Deputado Estadual Aral Moreira (IBGE, 2017).

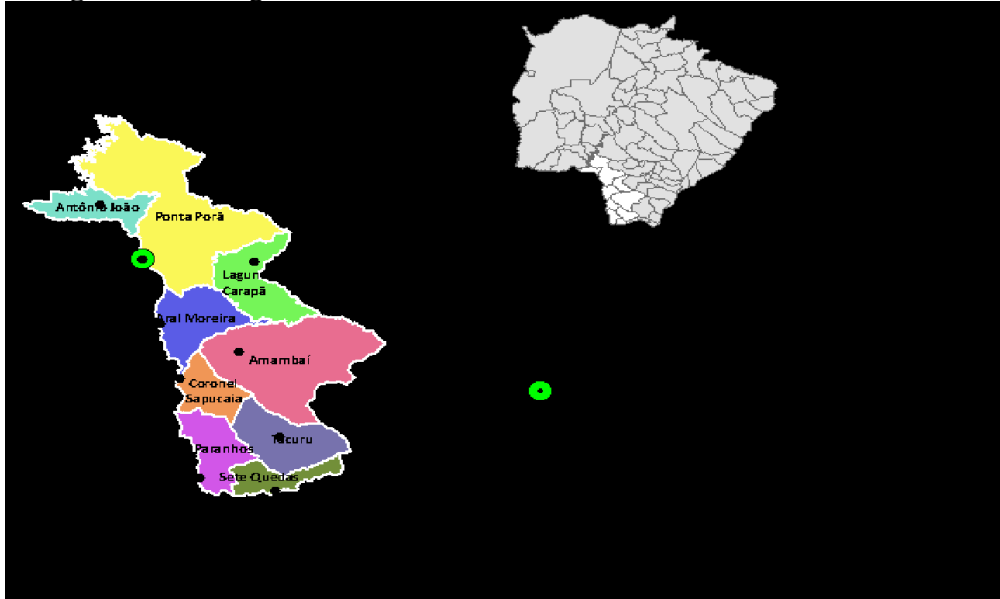
No que se refere às denominações do município, houve diversas variações, até chegar a atual. Como foi possível perceber, essas nomeações dadas à cidade eram diversificadas de tempos em tempos, com base nos períodos de colonização que a cidade sofria, evidentemente, conforme os interesses dos grupos de colonizadores inseridos em cada contexto. Tanto que há autores que presumem a história de emancipação de Aral Moreira muito rápida, devido ao curso de grande interesse econômico nos setores pecuarista e de agricultura. (BURARELLI, 2017; IBGE, 2017; PROPEQ/ SEBRAE, 2015).

2.2. Aspectos que envolvem a região de Aral Moreira

O município de Aral Moreira, como já foi exposto no primeiro capítulo, fica a 389 km de distância de Campo Grande/MS (capital) e a 87 km de Ponta Porã/MS; esta última é considerada como um polo regional, ainda que seja uma cidade média é considerada uma das maiores nas proximidades.

Aral Moreira fica entre as nove cidades que formam a região Sul-fronteira. Baseado em estudos regionais, os aspectos históricos, geopolíticos e socioeconômicos, e como pode ser observado na imagem abaixo o recorte do mapa do MS que realça as nove cidades da região Sul-Fronteira.

Imagem 6 – A Região Sul-Fronteira



Mapa com os municípios que formam a Região Sul- Fronteira.

Fonte: GTNF/MS, 2016.

As cidades que estão ao sul do estado, sendo as localizadas mais ao oeste e/ou sudoeste fazem divisa com o Paraguai e acabam por formar a conhecida região Sul- Fronteira. Ao Leste fica as cidades que fazem divisa com o Estado do Paraná, alguns estudos acabam tratando essa parte da região como Cone Sul. (GTNF/MS, 2016; PROPEQ/SEBRAE, 2015.).

Os municípios da região Sul-fronteira situam-se na fronteira com a República do Paraguai, carregando grande influência cultural e econômica com aquele País. É formada pelos seguintes municípios: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru. Alguns desses municípios estão no divisor das Regiões Hidrográficas do Paraná e Paraguai. (GTNF/MS, 2016, p. 100).

Deste modo, todos os municípios que estão ao sul do mapa do estado fazem um desenho em formato de cone, por isso toda essa região também é conhecida como Cone Sul, por ser tratada como o Sul do MS é retratada por assim englobar a maior concentração da população Kaiowá e Guarani.

Observei que o termo Sul-fronteira, vem sendo usado nos textos que abordam estudos econômicos sobre o Mato Grosso do Sul, em caráter geopolítico, geográfico, turístico e histórico. Embora essa região seja lembrada como lugar de fronteira, e de destaque econômico, ela tem ênfase a etnologia indígena, pois esses municípios que ficam na chamada região Sul-ranteira é lugar legítimo da população Kaiowá, me apoio nos escritos de Alexandra Barbosa e Silva (2007). Que apresenta sem usar o termo Sul-Fronteira, mas demonstra que a região Sul do MS é habitada historicamente pelos Kaiowá.

[...] “importa observar que, no lado brasileiro da fronteira, o rio Iguatemi constitui-se em um divisor na ocupação entre os Kaiowá e os Nandeva, os primeiros historicamente posicionando-se na sua margem esquerda e seguindo em direção ao norte, e os segundos, na margem direita e adentrando o território dito paraguaio”. (IDEM, 2007, p. 28).

Embora não consta nos textos em que se encontra a história de Aral Moreira, o município conta com a presença das populações indígenas Kaiowá e Guarani, espalhada pela cidade, e com duas Terras Indígenas (TI), a *Guassuti* já demarcada, e *Guaivyry* que ainda está em processo de identificação.

[...] a população indígena em Aral Moreira está assim distribuída: Guasuty (713 pessoas, dado SESAI, 2014), Guaivÿry (cerca de 120 pessoas, de acordo com estimativa da SESAI), Vila Satélite (84 famílias, aproximadamente 300 pessoas), Vila Planalto (aproximadamente 10 famílias, 50 pessoas), Faixa de Fronteira ou Colônia 21 (aproximadamente 10 famílias, 50 pessoas), Vila 15 (aproximadamente 5 famílias, 25 pessoas), Rincão de Julho (Assentamento, “muito índio”, “tudo misturado”, sem dados aproximados) e Vila Idelfonso (Aproximadamente 5 famílias, 25 pessoas, “moram em casas alugadas”). Este seja, talvez, efetivamente, o único dado populacional confiável sobre a população indígena de Aral Moreira, pois que mantido e atualizado regularmente pela SESAI, estimados e imprecisos que sejam, totalizaria 1283 indígenas em todo o município, qual seja, 12,51% da população municipal. Considerando-se apenas os indígenas residentes nas proximidades da urbe (Vila Satélite, Vila Planalto, a Linha de Fronteira e a Vila Idelfonso), teríamos algo em torno de 425 pessoas ou 4,14% da população total do município. (MPF, 2015, fl. 14²²).

O município possuía uma densidade populacional de 6,77 pessoas por km², em 2014, enquanto a média do MS era de 7,57 pessoas por km². Os dados apontam uma estimativa populacional de 11.177 habitantes para 2017, o município possui uma área de 1.655,70 km², representando 0,48% da área do Estado em km² (IBGE/2010).

²² Dados obtidos através do relatório do Ministério Público Federal, resultou-se de visitas que ocorreram em 2015 devido às denúncias feitas pelos indígenas que moram na Vila Satélite.

A população do município cresceu 39%, entre 2000 e 2014, a ritmo mais rápido que a média do Estado de MS (26%). A taxa média de crescimento anual da população de Aral Moreira neste período foi de 2,39% e a do Estado de 1,67%. (IBGE, 2014). (PROPEQ/SEBRAE, 2015, p. 08).

Pressuponho que trazer esses dados, favorece, em alguma medida, o imaginário de quem não conhece essa região. Muito embora, mesmo aos que aqui moram, assim como eu por deparar-me com situações discrepantes em relação aos indígenas que vivem nesta região, que será contextualizado no próximo capítulo.

Em conversa com moradores e ex-moradores de Aral Moreira, tanto com indígenas e não indígenas, informaram que o município vem passando, gradativamente, por um período de urbanização, uma espécie de êxodo rural, um fenômeno de pessoas saindo da zona rural e se deslocando para cidade. E isso se confirma nos dados apresentados pelo SEBRAE.

O processo de urbanização foi intenso no município. Em 1991, cerca de 63% da população morava no campo. A população rural diminuiu 4%, enquanto a população urbana cresceu 82%, chegando a representar 52% da população total do município. (IBGE, 2010). (PROPEQ/SEBRAE, 2016, p. 08).

No entanto, o município marcado pela produção rural faz com que a mobilidade de pessoas também ocorra de forma inversa. Aqueles que não se identificam com esta nova característica, são obrigados a migrarem e juntar-se ao contingente dessas então cidades “grandes e médias” (SANTOS, 1989, p. 18) do entorno, como é caso de Ponta Porã, Dourados, Campo Grande, que vem recebendo migrantes, imigrantes e emigrantes, as cidades vem crescendo em diversos níveis e aspectos como foi mostrado no início desta seção.

No caso em Aral Moreira, maioria das pessoas se conhecem, possuem vínculos de sociabilidade com as notícias que corriam rapidamente, por isso nota se a chegada de alguém estranho subitamente. Em consonância, a primeira vez que fui a uma lanchonete para almoçar, parecia que estava em uma entrevista jornalística, devido a percepção do proprietário por eu não apresentar afeição familiar, passei por um interrogatório.

Com este modelo cotidiano de uma cidade interiorana com pessoas que estão no controle social, com influências, devido ao cenário de colonização que fizeram com que famílias se mudassem para a área urbana, as relações de casamento, de trabalho, empresariais, etc. Parto do exercício de reflexão que, embora a cidade possua uma dimensão territorial significativamente grande, ela até poderia ser considerada uma cidade média, entretanto o

número de pessoas que ali vivem, não ocupa toda a dimensão em espaço, como no conceito de “grandes e médias cidades” (SANTOS, 1989, p. 18). Certamente boa parte dessa dimensão territorial se destina a produção da indústria agropastoril. Isto acaba por gerar transformações na cidade para atender a demanda exigida, que cria relações econômicas com outras regiões devido a macro produção.

Logo, a situação de fronteira impõe uma vida limitada a algumas pessoas e, em outras situações, abre caminhos para diversas possibilidades, como é o caso dos investidores da agroindústria ou do setor comercial. Novas leis e regras são instituídas, fazendo com que as pessoas se adequem a essa nova ordem social.

2.3. O urbano-rural -estrutura social em Aral Moreira

Mesmo Aral Moreira sendo um município caracterizado como região urbana, há peculiaridades nesse “urbano”. Nesse sentido, para representar a especificidade do sentido urbano de Aral Moreira, bem como, com o intuito de validar as diferenças obtidas *in loco*, me embaso nas contribuições de Milton Santos.

Um exemplo disto é exatamente a impossibilidade, hoje, de simplesmente falarmos, como há vinte anos atrás, em dicotomias como cidade/campo, agrícola/industrial etc. Hoje o agricultor pode também ser o homem urbano - o melhor exemplo disso é a existência do trabalhador volante - o "bóia-fria" - que é um trabalhador agrícola, mas já não é um habitante da zona rural. Os dois mercados de trabalho tendem a se confundir. (SANTOS, 1988, p. 18).

Este argumento auxilia a compreensão em relação a essa dicotomia urbano e rural no município. Para enfatizar ainda mais a partir de minha vivência, me apoio em breve descrição. Os bairros são bem distintos, as ruas pavimentadas, com casas maiores, de alvenaria, coleta de lixo, esgoto, com calçadas, esses geralmente são habitados pelo “agricultor- homem urbano”, pode se perceber pelas camionetas nas garagens, ou por aqueles que são donos de comércios ou funcionários públicos. Em Amambai/MS cidade da mesma região, com características muito próximas ao urbano apresentado na citação acima, existe um bairro popularmente chamado de “Vila dos Ricos”, possui três pequenas praças, é todo asfaltado, casas com mais de um andar, e mansões luxuosas. A maioria que reside neste bairro, são os representantes do poder público municipal, funcionários públicos, agricultores, a escola estadual que fica neste bairro é a maior e mais moderna, onde são matriculados os estudantes de família com renda acrescida, filhos de empresários, fazendeiros, funcionários públicos, etc.

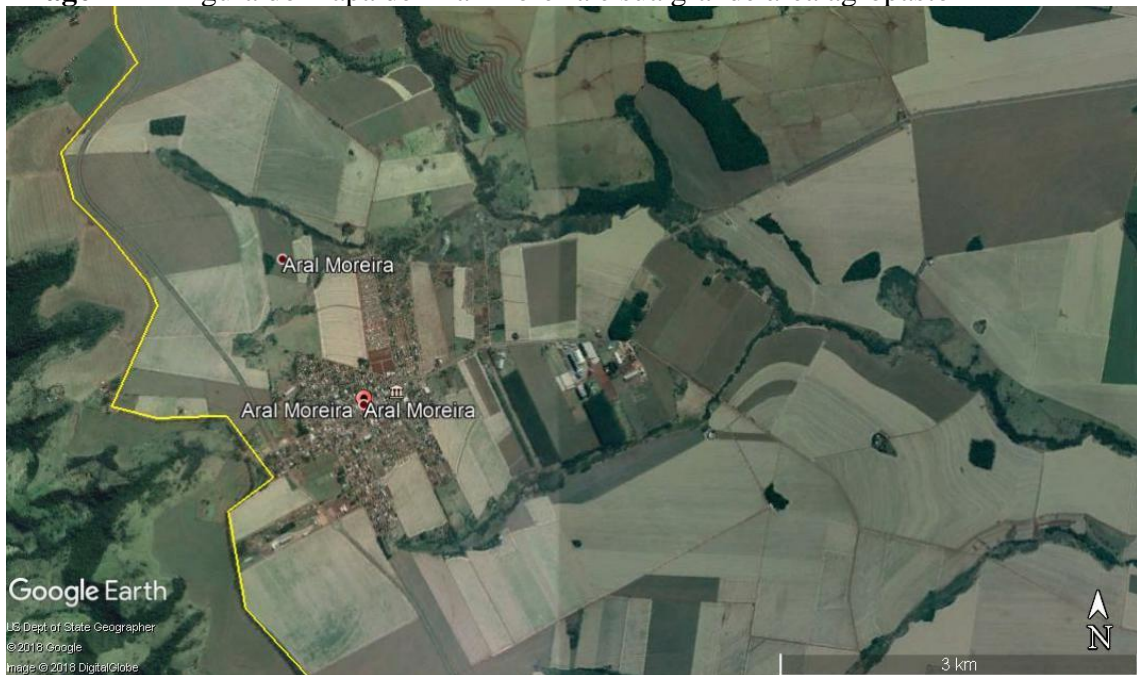
Em Aral Moreira, (e também em outras pequenas cidades da região), os que moram nos bairros periféricos são os prestadores de serviços, inclusive bóia-fria, diaristas, empregadas domésticas, ou famílias ligadas a algum programa social, como “Vale Renda” e também se tem a presenças dos indígenas como é o caso da Vila Satélite.

Para enfatizar como se deu e como vem se desenvolvendo o processo de construção de modelo urbano em Aral Moreira, segue um trecho do material retirado do “Livreto Aral Moreira”, produzido pelo “Programa Estadual de Apoio aos Pequenos Negócios em Mato Grosso do Sul” (PROPEQ/SEBRAE, 2015).

O acesso rodoviário, da capital até a sede do município, é realizado por rodovia asfaltada (BR 463, MS 386 e MS 286). Aral Moreira está a 135 km de Dourados. (...) distribuição de energia elétrica, no município de Aral Moreira, é realizada pela empresa Energisa (Enersul). Na área de comunicações, o município de Aral Moreira dispõe de 4 prestadoras de banda larga fixa que, em 2014, mantiveram 890 conexões. Nesse ano havia 405 telefones fixos e 49 telefones públicos. Os munícipes dispõem de uma emissora comercial de rádio FM (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2015). A infraestrutura de saúde do município contava, em 2013, com 3 centros de saúde e um hospital geral. Há 22 leitos hospitalares disponíveis, sendo todos do Sistema Único de Saúde – SUS. (BDE/Semac). Na área de educação, o município conta com duas escolas estaduais urbanas, que oferecem ensino fundamental e médio. Uma delas oferece ensino para jovens e adultos e ensino profissional. Há uma escola estadual rural. As escolas municipais incluem uma escola de ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos e educação profissional, na área urbana e cinco escolas de ensino fundamental na área rural. A única escola particular é de educação especial. Em Aral Moreira tem duas agências bancárias e 3 postos de atendimento bancário (Fenabran, 2015). Existe uma agência dos Correios na cidade (RAIS, 2013). O município dispõe de agências estaduais fazendária (SEFAZ), IAGRO, AGRAER e do DETRAN. Não tem agência da Junta Comercial nem Unidade do Corpo de Bombeiros. (IDEM, 2015, p. 24).

O texto apresenta uma cidade com uma estrutura básica para se manter, com isso pode se pensar que a formação da cidade é como um pequeno eixo que dá suporte ao setor agroindustrial, prevalecendo base histórica do projeto de colonização induzida pelo setor econômico de expansão agrícola em Mato Grosso do Sul. O que configurou a uma cidade pequena com ideal paisagístico que transveste a área urbana em rural, ou vice e versa, “A cobertura vegetal do município de Aral Moreira demonstra que a cobertura vegetal predominante é de lavoura. No Oeste existem áreas de pastagem plantada.” (GTNF/MS, 2016, p. 239).

Imagem 7 – Figura do mapa de Aral Moreira e sua grande área agropastoril



Fonte: Google Earth.

Deste modo, com base na imagem do mapa pode-se ressaltar que a área urbana de Aral Moreira, encontra se envolvida pelas extensões de pastos, de plantação de soja e outros gêneros do setor. Além disso geram as instalações das fazendas, e empresas ligadas a produção agrícola, marcando a forte preponderância do agronegócio como estilo de vida existente no município de Aral Moreira.

[...] na atual conjuntura, o país vive um processo de internacionalização, desindustrialização e financeirização. Isso refletiu, do ponto de vista do território nacional, nas mudanças dos fluxos migratórios que deixaram de ser direcionados ao Centro-Sul, e se reorientaram para o Centro-Oeste e o Norte. (MATOS, 2017, p. 01).

Como foi exposto no primeiro capítulo houve uma enorme migração com interesse nas terras produtivas no estado. Por outro lado, com o avanço tecnológico, a parte agrícola também passou por uma mecanização, exigindo mais investimentos na produção assim como de pessoal. Isso gerou um novo contingente de pessoas que migram para esta região, mediante a uma política de urbanização das cidades que devem dar suporte ao projeto da agroindústria. Além disso, isto sugere pensar que, sob esse novo modelo econômico impulsionado pela burguesia agroindustrial, como forma predominante a macro produção, gera a diminuição de pequenas propriedades rurais, fazendo com que as pessoas deixam a área rural e mudem se para a cidade.

Nisto, as pessoas não indígenas que não tinham condições de se manter com uma pequena roça foram forçadas a venderem suas terras e migrarem para as áreas urbanas, e assim criaram um vínculo como moradores da área urbana da cidade, que prestam serviços no campo.

De certa forma, é possível pensar que a paisagem transvestida de urbano-rural, fator que tange o município, foi acelerado pelos dois movimentos: o do investimento da agroindústria e da urbanização.

Certamente, mesmo havendo incentivo de progresso para urbanização, a cidade ainda é marcada pela forte presença do mercado econômico agropastoril, bem como, exploração dos territórios e recursos naturais têm sido prioritários. A exemplo disso vem sendo injetado e impulsionado em nível nacional, de forma generalizada, a agroindústria, que na mentalidade das pessoas passa a representar o modelo ideal para o meio de produção e como estilo de vida.

É possível perceber referências sobre a produção industrial fomentada pelo agronegócio. Propagandas em rede aberta de televisão que desde 2016 colocaram em evidência o agronegócio da seguinte maneira: “O Agro é Tech, O Agro é Pop, O Agro é Tudo.”²³. A tv aberta como formadora de opinião, com seu macro instrumento de marketing, é responsável também por essa difusão nas cidades interioranas.

“De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada”, nos termos de Bourdieu (1996, p. 15). Sendo assim, busco agora minhas inferências apreendidas. E, por já ter passado boa parte de minha vida nessa região, procuro reunir isto com o trabalho de campo, pois, por onde passava não conseguia me desvincular da pesquisa. “Mas agora, procuro construí-la, porém, como "caso particular do possível", conforme a expressão de Gaston Bachelard” (BOURDIEU, 1996, p. 15). Assim, ao perceber que estas palavras cabem neste texto, me valo mais uma vez de uma breve descrição de olhares e vivências.

No que se refere aos aspectos de consumo, há o modo de se vestir: camisas, chapéus, botas, cintos com fivelas; o gênero musical: ritmo sertanejo, em destaque o sertanejo universitário; a culinária: a carne em alto consumo, o churrasco, a ingestão de bebidas alcoólicas, como cerveja e whisky; as atividades de entretenimento: laçadas, rodeios entre eventos com grandes exposições agrícolas e shows com bandas sertanejas. Nota-se nas rodovias e na cidade que há muitos carros, camionetes e caminhões. Ganham destaque os caminhões que

²³ “OVO É AGRO, É POP, É RIQUEZA DO BRASIL” <<https://youtu.be/1cYEFgyPdPo>> propaganda da TV Bandeirantes em apoio ao agronegócio “SOMOS AGRO – ÁGUA” <<https://youtu.be/064W2noYPIE>>.

são fretados para a demanda de exportação de gêneros da pecuária e toneladas de soja, aveia, madeira, etc. Acabando por configurar o cenário da agroindústria entre as poucas pavimentações asfálticas entre os perímetros rural e urbano, entre as rodovias se pode ver um imenso mar de soja nos dois lados. Esta área rural conta com altas tecnologias, maquinários de últimos lançamentos, proporcionando a circulação intensiva do agronegócio entre a economia. Até aviões e pistas de pouso e decolagem, em território nacional e internacional, dentro das propriedades privadas, com diversas seguradoras que prestam serviços de vigilâncias as grandes extensões de fazendas agrícolas e agropecuárias.

Sendo assim, destaco que em Aral Moreira, o fluxo de circulação de pessoas, cotidianamente nas ruas é bem menor que em cidades próximas, ao ponto de pessoas dizerem que a cidade “é um deserto”. Não há linha de ônibus, o que faz as pessoas tornarem-se “reféns” da compra de carros e motos, ou ainda, gera-se um processo de segregação aos que não tem condições de adquirir um meio de transporte.

Isso acaba por evidenciar o automóvel como a lógica da mobilidade, contrariando a Lei 12.587/2012, que trata da mobilidade urbana e tem o carro como 4ª prioridade. Mais grave que isso e além de aumentar os custos da urbanização (favorecendo a especulação fundiária), esse modelo de cidade evidencia a segregação, exclusão e desigualdade. (MATOS, 2017, p. 01.).

Em outro município de fronteira chamado Paranhos (cidade com características muito parecidas com Aral Moreira), uma parte da população que busca ter acesso a automóveis de última linha, sendo que existe um cenário de disparidade social evidente, que acaba por gerar violência, devido as adversidades que a fronteira proporciona. Sendo que estas adversidades acabam gerando também cenários de violência. Por um momento percebi em diversos estabelecimentos ter avisos como: “retire o capacete ao entrar no estabelecimento”. Quando busquei saber com as pessoas a natureza do comunicado, a explicação apresentada se refere sobre os vários tiroteios como um “acerto de contas” em lugares públicos. Então os complexos e conflitos em região fronteiriça no MS destaca-se por números de homicídio e outras ações de violência²⁴, mas é neste mesmo cenário que se vê as políticas econômicas do país fortalecendo o cenário do agronegócio, como fonte de riqueza.

²⁴ Ver o número de ranking de violência com base no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada -IPEA- em jornal online, disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/paranhos-e-coronel-sapucaia-seguem-como-as-mais-violentas-da-fronteira>>.

Em Aral Moreira e demais cidades da região Sul-Fronteira há uma facilidade em transitar na fronteira seca, ainda mais em região marcada por grandes extensões rurais, para fazer compras no território internacional, que compreende uma logística facilitadora para ambos os países. Segundo os brasileiros, que moram no Brasil e empreendem do outro lado da fronteira, existem possibilidades de se ter fazendas, empresas e negócios, com grande vantagem em termos de impostos, e outras questões ligadas à legislação para o comércio.

Outra característica são as relações de casamento entre as pessoas de nacionalidades diferentes. Destaca-se que o cidadão fronteiriço apresenta uma diversidade étnica. Ouvir o espanhol, o guarani, o castelhano entre as conversas faz parte do cotidiano e, ainda, entre uma frase ou outra em português, se escutam algumas pronúncias em outra língua. O sotaque, o tom de voz alto, nos quintais largos, com arvoredos e bem varridos com pessoas sentadas em forma de rodas para se refrescar com a bebida tradicional *tereré*, e entre os pés das pessoas animais de criação como patos e galinhas, fazem parte do cotidiano das pessoas mais simples. Ainda se veem terrenos baldios plantados com ramas de mandiocas, batata doce, árvores frutíferas e hortas, mas também se vê muita braquiária.

Os estabelecimentos noturnos encerram o atendimento sob a ordem de alvarás de funcionamento até a meia noite, não se tem muito barulho e, se houver, integra o assunto das rodas de *tereré* do dia seguinte, seguido de reclamações.

Essa descrição propõe a reflexão sobre o fenômeno que ocorre em Aral Moreira, devido ao estabelecimento da agroindústria, oriundo ao processo hegemônico político industrial que cerceia e empurra os pequenos municípios a participarem do agronegócio como parte equivalente do projeto econômico de desenvolvimento.

Em tese a perspectiva de avanço da agroindústria é presente no município e foi possível perceber que o Estado deseja fomentar ainda mais esse mercado. O processo econômico como foi apresentado anteriormente é um projeto que tem prioridade em todo Centro Oeste.

“Atualmente, além da soja e da pecuária, o Centro-Oeste começa a atrair produtores de algodão, cana-de-açúcar e a indústria têxtil, o que tende a tornar a situação mais complexa.” (VASCONCELOS, 2006, p. 01). Tomo como base esta informação, pois facilita o entendimento ao ver o grande fluxo de investimento tecnológico para a demanda agroindustrial. Refiro-me às políticas econômicas incentivadoras no Mato Grosso do Sul, como as políticas de créditos bancários, e intensivas investidas no marketing. Isto acaba sendo um processo simultâneo.

Desse modo, todo aparato econômico leva a perceber o fenômeno da expansão agrícola e ordem de urbanização compulsória formando grandes e médias cidades.

Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área. Esse processo pode conduzir à estagnação ou mesmo ao desaparecimento das cidades pequenas. (SANTOS, 1988, p. 18).

Com isso, é possível refletir sobre a existência de uma contradição no setor econômico, e ainda uma frustração para as pessoas que atuam em áreas urbanas. No tocante, há aqueles que migram em perspectiva de uma vida melhor na área urbana, pois somente a ordem de maior produção e exploração de recursos é que ganham um certo êxito econômico. Ao contrário do avanço tecnológico da agroindústria ocorre um processo de estagnação das pequenas cidades como é o caso de Aral Moreira e outras fixadas na região Sul-Fronteira.

Assim sendo, enquanto alguns especialistas sejam da área da economia, do agronegócio, administração, acreditam que o agronegócio é a fonte geradora de renda para o Centro-Oeste, existem outros que pensam nas problemáticas que esse processo está eclodindo.

“As cidades estão espalhadas: há a produção de espaços representados pelas urbanizações prontas, com a produção de casas localizadas na periferia da periferia e que repetem a mesma tipologia à exaustão.” (MATOS, 2017, p. 01).

A partir disso, pode-se refletir que o problema é que quando se fala de progresso ou de desenvolvimento, é necessário considerar que estes discursos e práticas estão, na verdade, imbricados por processos de exclusão.

Por outro lado, a aceleração da urbanização, veio acompanhada de crescimento urbano desordenado, ocasionando inúmeros problemas socioambientais, como a multiplicação de bairros com infraestrutura deficiente, o processo de favelização, habitações situadas em áreas de risco e alterações nos sistemas naturais. Essa urbanização quando não acompanhada de um grande investimento em infraestrutura básica (água, esgoto, luz, pavimentação), produz áreas pobres e marginalizadas. Claro que essas áreas menos valorizadas são ocupadas pelas populações de baixa renda, por isso se afirma que esse tipo de expansão urbana reflete uma organização do espaço que produz e acentua desigualdades econômicas e sociais. (MACÊDO; SILVA, 2009, p. 10).

O fenômeno político, hegemônico agroindustrial de certa forma tem sido o maior agente de interferência nos aspectos econômicos, e ao mesmo tempo nas contradições estruturais e culturais de pequenas cidades do estado, inclusive em Aral Moreira, como os aspectos periféricos entre a paisagem geográfica da cidade.

O cenário agroindustrial possui uma contribuição significativa em caráter economicista, como demonstrou Butarelli (2017, p. 73)²⁵, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal destaca-se em números no setor agropecuário de “206.538”, diferentemente de outros setores como a indústria com “16.104” e serviços em números de “147.037”. Através desses dados apresentados, a autora concluiu que tal produção é significativa entre outros setores que envolvem a economia local, que faz equivalência, ao equiparar números no estado e país.

Diante dos dados expostos acima, será possível perceber o descaso com a periferia da Vila Satélite dentro da periferia, mesmo com toda a riqueza produzida, vislumbradas em produções da agroindústria fomentada pelo agronegócio no município. No entanto, entre os perímetros da cidade encontra-se uma parte de famílias indígenas que se encontram em situação de descaso do poder público sem acesso ao mínimo de direitos concedido ao cidadão (BUTARELLI, 2017). Os aspectos da estrutura do bairro são incongruentes com o discurso da agro economia da cidade.

Para demonstrar as causas de meu incômodo com essa estrutura e a real disparidade causada pelo agronegócio, junto com minhas indagações, tomo parte de relatos de algumas conversas com pequenos produtores não indígenas, descendentes de paraguaios, que viveram em área rural em Aral Moreira, e hoje estão morando no município de Amambai/MS. Sendo que a grande maioria por ofício primeiro foram pequenos produtores e vivem hoje de prestação de serviços, como na construção civil. Devido os avanços da agroindústria foram obrigados a venderem suas propriedades, alguns vivem em área urbana de Aral Moreira, outros ainda migraram para outras cidades do estado, como este Colono²⁶ entrevistado. Dizia com expressiva mágoa sobre os pioneiros e desbravadores:

Tinha antes de tudo isso umas poucas famílias de gaúchos, sim, esses chegaram ainda tinha muito mato, assim como nossa gente quando chegou. E depois que chegaram até virou padrinho de criança dali, porque já tinha gente morando por ali, tinha as casinhas de madeira, a cada cem metros tinha um pomar, uma plantação de milho era muita terra... Mas ali era bravo, pra ficar tinha que ser parente, matavam muita gente ali, povo matava mesmo, então muitos que foram pra lá querendo terra tiveram que voltar, por isso não acho que esses era os fundadores, já tinha gente vivendo por ali.

Para dizer bem a verdade o maior povoamento aconteceu com a Colônia General Dutra, era para os expedicionários, mas como não foram todos que decidiram viver ali, foi aberto para quem quisesse tirar chácara, para assim

²⁵ Dados retirados de uma tabela de dados do trabalho de dissertação de Gianete Butarelli (2017) que teve como fonte primária IBGE (2013).

²⁶ Antigo pequeno produtor, descendência paraguaia. Preferiu não ser identificado.

realizar o desejo do Governo. Mas na Vila Rica onde é Aral Moreira não tinha nada ainda, só algumas chacinhas.

Depois, bem depois, eles primeiro chegaram aqui arrendando terra, gente do sul do Paraná, eles já vieram com tudo na cabeça... tinha umas chacinhas espalhadas por ali, cada um tinha seu boizinho, sua vaquinha, era gente simples, não ligava muito... Aí chegaram essa gente do Sul, começaram a ver aquele monte de terra, entraram em terras alheias, o tal do agricultor, começou ganhar muito com a terra e aí acabou comprando a terra daqueles antigos moradores, porque ele já conhecia o mundo lá de fora, ele veio de fora, e foram comprando emendando terras. Hoje tem gente muito rica, com muita terra... eles levaram a fama, e se tornaram donos de tudo aqui, como se aqui já não tivesse gente, muitos moradores antigos tiveram que ir embora. (...) aqui tinha índio, eles ficavam mais pra baixo, no meio do mato, na beira do rio, levaram muitos daqui. (COLONO, novembro, 2017).

Qualquer pessoa mais antiga que viveu naquela região poderia dizer repetidas vezes histórias como essas. Conseqüentemente relataram, que eram pequenos produtores e que o povoamento começou primeiro na região hoje chamada Vila Caú, depois Vila Marques, posteriormente, foi fundada a Colônia General Dutra. Mas somente nos anos de 1970 que começou, de fato, o povoamento de Aral Moreira. As primeiras famílias chegaram nos anos de 1940, relataram que havia muito mato, conforme chegavam já limpavam, e nomeavam-se donos das terras.

quando fui para a Colônia Dutra, ninguém tinha título, escritura, ninguém tinha nada, cada um dizia esse pedaço de terra é meu, o primeiro cartório foi instalado na Vila Caú, fazia casamento, aquelas coisas que se faz em cartório. Os expedicionários tinham direito de cinquenta alqueires de terra, quem não era expedicionário tinha direito a vinte e cinco hectares, depois a medição da Colônia, veio várias vezes... foi medida umas cinco vezes, era política da época... vinham com os agrimensores... na última medição teve gente que ficou com dois hectares de terra... (COLONO, novembro, 2017).

Porém, mais tarde se viram obrigados a abandonar suas terras devido ao cercamento²⁷ da agroindústria. “as terras eram vendidas por preço de banana pois se tinha muito medo, ali não tinha lei, a lei era outra” (novembro, 2017).

De certa forma, os “colonos”, descendentes de paraguaios, que viviam do cultivo da terra na região, também foram atingidos. Assim, a entrevista revela quais eram os meios usados no processo de expansão agrícola da época, além disso, apresenta o que não consta nos textos

²⁷ Resgato o termo Cercamento, pois o processo com as terras indígenas no MS assemelha-se a esse movimento no sentido etnocêntrico, em relação ao interesse entre o Estado e os grandes proprietários de Terra. Cercamento foi o processo que se deu na Inglaterra e em boa parte da Europa a partir do século XVI, quando os grandes proprietários de terras com ação comunal ao Estado tomaram as terras dos camponeses, para investir em matéria prima, para as indústrias têxteis que vinham se instalando com todo o vapor, mudando por completo as relações sociais da época. (ARAÚJO, 2016, p. 12).

das histórias de consolidação do município. Como o fato de abrir estrada nas proximidades do Rio Verde, este rio é simbólico nas narrativas de territorialidade das famílias Kaiowá quando se referem aos antepassados. Assim segue o relato do Colono:

... e aí foram abrindo a estrada, a estrada saía por fora, entre a região do Silvério Antunes (hoje), e passava por onde é a ponte do Rio Verde, a estrada foi beirando o Rio Verde, fizeram tipo um pé de galinha uma via dava na Vila Marques e outra na Colônia, e assim começou entrar carro, caminhão. (COLONO, novembro, 2017)

Esta situação exige, desse trabalho, uma observação e uma problematização sobre o discurso de “desbravamento e pioneirismo”.

À medida que as terras eram ocupadas, os indígenas eram descobertos e, ou expulsos, ou levados às reservas demarcadas. O antropólogo Levi Marques Pereira acusa também a violência simbólica contra os índios: “A sociedade nacional impôs um completo ocultamento da sociedade indígena em sua alteridade, (ao) negar-lhe o estatuto de sociedade organizada (...) e com vínculos históricos a determinados territórios. (MPF, 2012²⁸, p. 13).

Esse processo apresentado pelo autor se deu em diversos lugares do Sul do MS, sendo assim, com base nas narrativas das *ñandesy*, compreendo que parte da história de Aral Moreira foi ocultada, e ocorreu de modo semelhante ao que foi descrito pelo autor.

Com isso, presumo que um dos pontos iniciais desse percurso de colonização e expropriação de terras indígenas no MS se deu nos limites territoriais de Aral Moreira. A história da cidade se refere a horarias as primeiras instalações da Cia. Erva Matte, sendo que esta empresa foi responsável pela mobilidade de indígenas de seus territórios, causando impactos principalmente na vida dos Kaiowá, que permaneceram na mesma região. Ainda que retirados de seus *Tekohas*. Em Aral Moreira os Kaiowá foram atingidos, por meio da liberação de terras a militares, com a fundação da Colônia General Dutra. E na sequência ocorreu o plano de povoamento, até a conhecida história de desbravamento, que foi apresentado neste trabalho.

Porém, o discurso histórico de desbravamento é problemático, na medida em que a história omite a presença indígena nesta localidade. Nem mesmo o texto atual “Programa Estadual de Apoio aos Pequenos Negócios em Mato Grosso do Sul”, que descreve sobre a

²⁸ Disponível em <<http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/publicacoes/dia-do-indio-tekoha/tekoha-iii/view>>.

urbanização de Aral Moreira, menciona algo sobre os índios que vivem na cidade, ou sobre as Terras Indígenas (TI) *Tekoha* Guassuty, e o Guaivÿry.²⁹

A história de desbravamento de Aral Moreira, assim como toda região sul-fronteira do MS corteja a instalação da “Companhia Matte-Larangeira”, a chegada dos desbravadores que investiram na agropecuária e, mais tarde, na agricultura. Não diminuo esses empreendimentos, mas o que me incomodou até aqui é dedicar um território de natureza Kaiowá e Guarani, como meramente local de desenvolvimento econômico e, assim reduzir a diversidade local aos empreendimentos. Além do mais, esses empreendimentos usaram e ainda usam de mão de obra indígena (SILVA, 2007, CRESPE, 2015). Os traços e tradição indígena é marcante em nosso estado, e isso sim deveria ser honroso, pois são homens e mulheres que fazem parte da história e alimentam a cultura local, mas encontramos a negação histórica de sua importância, o preconceito, a discriminação e segregação daqueles que pertencem a este território por natureza.

Assim sendo, em Aral Moreira com especulação de terras, os indígenas foram atingidos diretamente, pois eram tratados como parte da paisagem geográfica, e esses eram expulsos, sem considerar o modo de ser Kaiowá, e só mais tarde, quando estes começam a perceber tamanha violência e começaram a se mobilizar em luta por retomais seus territórios.

Com isto penso sobre o que este “progresso” reservou aos Kaiowá? Como as famílias indígenas ainda resistem, e como permaneceram a tanto tempo com seus modos próprios de vida neste município? Será que este modelo de modernidade, avanço tecnológico e econômico restringiu somente conflitos e modos periféricos aos indígenas que vivem neste município?

Por fim, o município de Aral Moreira como tantos outros da região, é palco da ordem do projeto econômico agropastoril, que conseqüentemente fizeram com que os Kaiowá fossem inseridos no complexo periférico presente na região urbana, na consolidação da Vila Satélite e aos indígenas forçaram lhes um contexto de “periferia, dentro da periferia”.

²⁹ Ver no capítulo anterior.

3 ARUPIGUA: SOMOS DAQUI

Proponho neste capítulo um outro olhar, mediante as reflexões propostas até aqui, sobre o contexto da agroindústria, e da cidade no sentido “área urbana” onde vivem e envolve os Kaiowá presentes em Aral Moreira, com uma presente recusa da presença indígena como parte de sua história local, proponho indagações sobre essa situação que parece comum e normal.

Sendo a primeira indagação não seria uma estratégia política o ocultamento dos indígenas nos textos publicados com o tema de desbravamento e emancipação da cidade, com o objetivo de favorecer o processo econômico de produção em “terras alheias”? Enquanto os noticiários³⁰ mostram diversas situações de conflitos fundiários, envolvendo os indígenas do município de Aral Moreira, a indagação que se formula seria; qual a motivação para uma gestão política criar um bairro, na área urbana, com moradias populares destinadas aos indígenas?

Buscarei apresentar as interferências do processo de colonização, na vida de personagens que não aparecem nos holofotes da história dessa cidade. Sendo que entre todos os indígenas que estão espalhados pela região urbana da cidade de Aral Moreira, me deterei apenas sobre uma parte da presença dos Kaiowá, no caso, os que estão na Vila Satélite. O foco é nas narrativas das *ñandesy* envolvidas na luta pelo retorno ao *Tekoha Y’Joivy*.

De certa maneira, percebi a expressão “*arupigua*” - somos daqui- que remetia ao pertencimento de um lugar, uma simples frase afirmativa “somos daqui” tinha muito mais a dizer nas entrelinhas, do que eu podia perceber num primeiro momento. Elas usavam essa expressão remetendo a situações que envolvia diferentes tempos cronológicos: A) Recordavam sobre o tempo de seus antepassados e como viviam no antigo território. Dando ênfase na fartura de alimentos e de recursos extraídos da terra, além da lenha, água do rio e remédios. Tudo faz parte do que elas interpretavam dentro da cultura como: “vida boa”. Compreendo isso como lembranças que elas viveram no passado, ainda com seus parentes vivos, no caso, pai, mãe e avós. B) Narravam sobre a chegada dos não índios, “os pioneiros”, e sobre a construção da cidade. Interpretei que esse é um tempo retratado com base nas memórias de histórias contadas

³⁰ Alguns links de notícias, nas últimas décadas, envolvendo conflitos fundiários em Aral Moreira: “Justiça suspende despejo de índios que ocupam fazenda em Aral Moreira.” Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/justica-suspende-despejo-de-indios-que-ocupam-fazenda-em-aral-moreira>> Acesso em 14, ago. 2018. “Despejo de Guarani da TI Nãnde Ru Marangatu (MS), está previsto para esta quarta (21/10). Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/justica-suspende-despejo-de-indios-que-ocupam-fazenda-em-aral-moreira>> Acesso em 14, ago. 2018.

por seus antepassados. C) Relatavam momentos vividos pelas *ñandesy* no contexto em que os familiares são retirados da linha da divisa e levados para as aldeias da região. Falavam também sobre a consolidação da Vila Satélite, onde vivem até os dias de hoje e onde nasceu à última geração da família Savala. D) Por último, falaram do futuro, quando expressavam o desejo de voltarem a viver no *Tekoha Y'Joyvy*. Essas narrativas se mesclam com um movimento de luta e conflitos agrários da atualidade e do passado.

Quando comecei a organizar meu raciocínio, percebi que tinha que valorizar as narrativas, e então organizar, pois as rezadoras estavam sempre dispostas a conversar. Os assuntos eram variados, mas sempre iam ao passado e voltavam ao presente. Esse passado era em diferentes tempos. Conforme narravam os conflitos, eu intermediava com perguntas: questionava se seus pais estavam vivos, ou perguntava se elas eram muito pequenas quando o fato ocorreu. Outro meio que usei para marcar o tempo era me certificar se o fato ocorreu antes ou depois de estarem na linha da divisa.

Muito embora o tema central das conversas girava em torno do *Tekoha*, bem como, sobre uma afirmativa de pertença ao local e que eram naturais daquela região.

Percebi uma insistência delas em afirmar que eram naturais daquele lugar, usando o termo “*arupigua*” - somos daqui.

Compreendi que aquele lugar, com sua paisagem geográfica em forma de cidade e uma vasta produção agrícola, para os Kaiowá, naqueles últimos quarteirões da Vila Satélite, representavam uma possibilidade de produção de territorialidade do *Tekoha* Guassu (Grande lugar do modo de vida) que traziam nas lembranças da mesma forma que fortalecia o desejo do retorno. Ou seja, estar na Vila Satélite, andar nas ruas, ir catar lenha nos pequenos nichos de mata, ir até os rios do entorno, catar *guavira* e se relacionar com as pessoas que vivem no mesmo lugar, falar na língua materna, praticar os cantos, as rezas, tocar o *mbaraka*. Tudo isso se estende a produção de territorialidade, em um lugar que eles identificaram como lugar deles, por isso o *arupigua*.

Há ressalvas, pois mesmo reconhecendo o lugar como parte desse *Tekoha* Guassu, essas mulheres compreendem, que a transformação local, têm implicações ao modo de ser Kaiowá.

A partir das narrativas, será possível compreender que o desenvolvimento das cidades, essa modernidade imposta pelo avanço econômico e tecnológico, de alguma forma, implicou nas terras indígenas e principalmente no *ñande reko* -nosso modo de ser- dos Kaiowá. As *kuñangue ñandesy* declararam que por causa do interesse em terras, provocou a retirada das

famílias de seus antigos territórios, que hoje são fazendas na região, isso produziu diversos despejos e o *sarambi* devido ao intuito de confiná-los em aldeias da região. Mas insistentemente essas mulheres, ora acompanhada de seus pais, em outros momentos trazendo seus filhos, ora acompanhadas por netos, voltavam para o município de Aral Moreira, e passaram a viver na fronteira entre os dois países nos limites das fazendas, lugar que no conhecimento kaiowá, era o lugar de viver.

Muito embora, essa insistência em permanecer na linha da divisa resultou em ações do poder público que os colocaram nas condições periféricas que hoje se encontram, entendem que isso se dá em decorrência do processo de expropriação e despejos de seu *Tekoha*. O que proporciona pensar que o processo de territorialização gerou essa nova configuração espacial, o de serem colocados nos últimos quarteirões da vila, e em situação de restrição, e constrangimento, no sentido primeiro da negação do seu modo de ser.

Entretanto não se pode desconsiderar que entre toda essa situação, tão somente, queriam afirmar que estão em Aral Moreira por uma relação e sentimento de pertencimento ao imenso território, que os pertence.

Este território trata-se de uma parte de terras, onde hoje compete a produção agrícola, como propriedade privada, e ainda que futuramente esses pedaços de terras sejam identificados como pertença dos indígenas, (pois os Kaiowá lutam por isso), estas terras não abrangem toda a cidade, mas somente esse limite terras. Me refiro a isto pois os Kaiowá estão espalhados por toda a cidade, mas nenhum momento se desvinculou de suas terras, no sentido, de saberem onde viveram seus antepassados, onde foram enterrados os corpos de seus parentes, as narrativas das *ñandesy* deixam isto em evidência.

Assim sendo, as descrições apresentadas nesse capítulo, possibilitam perceber que a historiografia oficial – que consta em textos jornalísticos, sites, monografias, documentos, dentro outros, como a história da “Companhia Mate Laranjeira”, ou ainda, os títulos de “pioneiros”, “desbravadores com honradas famílias” – desconsidera a perspectiva dos Kaiowá e Guarani com relação a história de Aral Moreira e o contexto de desbravamento. Essas narrativas não foram registradas até o momento, mas, agora, suas histórias cabem nesse escrito. Para elas, esse passado se faz real e presente, como veremos.

3.1. Os verdadeiros pertencentes do município de Aral Moreira são tratados como estrangeiros

Em minhas primeiras visitas, as *ñandesy* trouxeram suas lembranças, suas memórias, onde seus antepassados relatavam sobre a chegada dos pioneiros.

Primeiro vieram quatro gaúchos eles foram se alojando e aí trouxeram três tratores e já foram limpando e aí os indígenas foram se retirando mais para a fronteira, depois trouxeram mais gente. E como foram expulsos, eles foram para a divisa e depois voltaram”. “E foram derrubando a mata e depois levantando a vila, que agora é cidade.” (DONA TEODÓCIA, junho, 2017).

As narrativas do colono no capítulo anterior mostraram a chegada das primeiras famílias na antiga Vila Rica, onde hoje é Aral Moreira. As *ñandesy* também relataram que tinha um povoado na Vila Marques. A mais idosa entre elas se recordou de um processo de relação com esse povoado, onde vendiam e compravam produtos na Vila Marques.

Para aquelas mulheres a representação da chegada dos pioneiros marcavam tempos difíceis, mas mencionavam que antes da chegada dos pioneiros era um lugar de abundância, que tinham “vida boa”. Elas compreendiam que precisam voltar, pois seus pais diziam que sua geração passada tinha vivido e que tinham deixado o território para sua descendência.

Dessa forma, percebi que na visão das *ñandesy*, o lugar hoje reconhecido territorialmente como cidade (me refiro ao perímetro urbano), faz parte do lugar onde seus antepassados viveram. “*aqui mesmo a gente corria, andava até a beira do rio, brincava, tinha tudo aqui*” (Dona Teodócia, maio, 2017).

Além disso, certifiquei que o sentimento como pertencente ao município de Aral Moreira envolvia toda uma relação de afeto, com lembranças e memórias das pessoas que não vivem mais entre eles. Ambos se sentem invadidos e desrespeitados em decorrência da construção da cidade e o descaso com o território tradicional, que hoje pertence a outros proprietários. De modo que a própria estrutura material da cidade envolve parte de seus territórios.

Pois, em uma de minhas últimas visitas a casa de uma das *ñandesy* o seu genro, intermediava a conversa com as demais senhoras, pois eu não tinha muito domínio da língua guarani: “Ela disse que o cemitério onde seus parentes estão enterrados, fica onde está a praça central da cidade, ela quer levar os ossos dos parentes para o *Y’Joivy*”. (DONA JULIA, março, 2018).

A partir disso, a declaração “*Arupigua*” - “somos daqui mesmo” (pertencente do lugar de nascimento), envolve um enorme contexto de relação com o município, pois o *tekoha* faz parte, assim como todas aquelas pessoas fazem parte de Aral Moreira. “Aí ia vivendo por ali, tinha muitos parentes, e tinha muito mato, e conseguíamos ir ao rio, onde meu pai contava que viveu com seus pais”. (DONA TEODOCIA, julho, 2017). E ela insistiu: “mas sempre vivi aqui no Brasil, eu não nasci no Paraguai, Arupigua - somos daqui mesmo ... O nosso Tekoha é onde eles chamam de fazenda do Rio Correntes”. (DONA TEODOCIA julho, 2017).

Esses dados surgiram na medida que a pesquisa me levava mais próximo do campo, mas isto não foi difícil pois o que parecia é que as *kuñangue ñandesy* queriam falar com alguém sobre o que estavam vivendo. As vezes as conversas eram longas, as vezes mais curtas, as vezes eu queria falar sobre outros assuntos, sobre as crianças, a escola, ou as vezes sobre as rezas, mas os assuntos sempre voltavam para a temática voltada para os conflitos locais e manifestavam a insatisfação como modo que estavam sendo vem sendo tratados, pelo poder público ou por seus próprios vizinhos não indígenas

Só mais tarde fui compreender porque as *ñandesy* insistiam em falar dessa relação com o lugar e seu pertencimento, acredito que o rumo para essa falas, se deu desde a primeira visita, pois veja bem, quando chegamos a qualquer aldeia da região, principalmente aquelas que foram demarcadas pelo SPI, ouvimos as pessoas dizerem que vieram de outra aldeia, ou que nasceram em outros lugares, geralmente os mais jovens, é que nasceram na localidade da reserva. Com isto quando eu perguntava as pessoas mais velhas sobre onde nasceram, e mostrava interesse em saber o motivo que estavam na vila, é que me vinha surpresa, diziam ter nascido ali mesmo. As coisas começaram a se encachar no momento em que tive acesso as traduções e conversas com os interlocutores³¹, elas se referiam a um *tekoha* um lugar específico.

Estão dizendo que são dali do Tekoha mesmo, os parentes morreram ali mesmo, como essas pessoas começaram a morrer tiveram que ir para a linha da divisa. Como eles saíram do Tekoha o fazendeiro fala que é dele as terras. Uma das senhoras - disse que pertence ao Tekoha, viveu sua juventude e não tem nada a fazer em outro lugar porque elas são dali mesmo. (DARCI, agosto, 2018).

Esta senhora que aparece nesta última narrativa é viúva, foi casada com o irmão da *ñandesy* mais idosa que parece ser uma das lideranças, é uma mulher calada, mas as vezes

³¹ Essas informações foram obtidas quando procurei o Darci Duarte um ex-aluno indígena, ele tinha facilidade com tradução. O procurei porque a Lucia apresentou dificuldades com algumas palavras que ela não compreendia, e também por ter ingressado ao mestrado, a partir disso consegui chegar a outras informações.

interviu e demonstrava respeito e cuidado com sua cunhada. Todas as vezes que fui à sua casa ela sempre falava do *Tekoha* e reclamava do jeito que vivia ali na cidade. Demonstrava preocupação com os netos que hoje vivem longe, devido a necessidade de trabalho. Mas para ela, assim como para as demais, essa dispersão familiar é porque foram expulsos de seu território tradicional. Certa vez em sua casa, em longa conversa, ela mencionou outros *Tekoha*.

As narrativas demonstram a memória afetiva com o território, como também, confirmam estão ligadas a ele, até os dias atuais. Elas sabem o nome atual das localidades e não conseguem romper a relação com o território. O local onde viveram é nas proximidades dos rios. Na minha primeira visita, uma das *ñandesy*, mencionou que uma pessoa do Ministério Público Federal (MPF), teria visitado sua casa, e que é do conhecimento deles sobre o *Tekoha*. Depois através de Gianete P. Butarelli (2017) tive acesso a esse documento, que foi cedido a ela pelo próprio autor.

[...] cumpre informar, primeiramente, que o nome do *Tekoha* é Joyvy³² e não Yjocvy, tal como colhido durante a visita do MPF em fevereiro de 2014. Em segundo lugar, é preciso ter em mente que Joyvy se insere no *tekoha guasu* formado pelas alianças e laços construídos entre os índios de Guaivÿry e Joyvy. (MPF, 2015, fl. 10.).

Assim nas traduções das narrativas isso também se confirmava “o lugar onde nasceram, onde seus pais viveram chama *TekohaY’Joyvy- Apyka* Renda, dentro do *Tekoha* passa o Rio Verde”. (DARCI, agosto, 2018.). Com o recurso da gravação das narrativas das *ñandesy*, e com o caderno de campo, de certa forma, foi um instrumento chave, no exercício de tradução entre as conversas com o Darci. Comecei a encontrar algumas peças importantes para compreender os dados em documentos e as narrativas. Como o fato de conhecer a existência e os nomes dos diversos *Tekoha*, que pertencem às famílias que estão na Vila. Eles compreendem o que seria o *Tekoha Guassu*, que o documento do MPF faz referência, como foi apresentado na citação acima.

Vizinho do *Tekoha Y’Joyvy* tem outro *Tekoha* que chamava Colônia Pence (nesse lugar tinha casa de reza- ogapysy, que faziam festas tradicionais, batizavam as crianças, dançavam - guaxiré) trocou de nome e agora chama Marco 15 (deve ser o nome da fazenda), Na região do *Tekoha* tinha mais de um *Tekoha*, Depois do Rio Verde, tinha outro chamado Colonia Guavira, tinha colônia Tataré, Rio Verde, Emohaza e

³² Lucia Pereira me explicou diversas vezes que escrevia o nome do *Tekoha* que vem um “Y” acompanhado de um apógrafo que traduzindo para a língua portuguesa é água. Mas nas traduções feitas por Darci, meu ex-aluno, o nome do *Tekoha* se refere a um rio, pois Joivy é nome indígena em homenagem ao rio que passa no território, e que unem outros *Tekoha* onde viviam os parentes.

tem mais um Tekoha que não consegui ouvir direito, pois fez muito barulho na gravação. E todos os rios que passam por esses Tekoha elas dizem que são afluentes ou desaguam no Rio Amambai. (DARCI, agosto, 2018).

Com essa informação, evidencia-se que eles já estavam ali antes do processo de desbravamento. A relação dos Kaiowá com a hidrografia local é mais uma vez evidenciada, agora por tradução das narrativas.

Assim, compreendi o enredo da primeira visita à dona Teodócia, que se referia ao processo de reconhecimento das áreas pertencentes ao antigo sítio de ocupação, onde viveu com seus antepassados. Mencionava que já havia um antropólogo, que estudava o caso, e contou que tinha mostrado para ele onde ficava o cemitério, mas que a terra teria saído somente para as pessoas do Guaivÿry.

Disseram que tinha mais pessoas esperando a saída da terra. Só na Vila Satélite havia doze casas com famílias que estão com elas na luta, entre rezas para acontecer o que elas chamam de *tekoharã*, uma espécie de passagem para chegar ou entrar no Y'Joivy. Mas quando se mudaram para a vila era um número entre sessenta a sessenta e quatro famílias. Algumas se dispersaram, pois têm pessoas que vivem em outras aldeias, como na Aldeia Guapoy - Amambai, aguardando a demarcação das terras. Ela também se referiu a outras famílias que estavam vindo para vila, e que também eram de Aral Moreira, mas que pertenciam a outro *Tekohá*, provavelmente seria de um desses mencionados na tradução acima.

[...] Dois *Tekoha* estão umbilicalmente ligados, a saber: Guaivÿry e Joyvy. Por fim, o mencionado Relatório já entregue à FUNAI pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida contempla o amplo território formado pelo *Tekoha Guasu Guaivÿry-Joyvy*. Sendo assim, parcela significativa dos moradores da Vila Satélite, mormente ligada a Teodosia Savala, tem ligações umbilicais com *Guaivÿry- Joyvy*. Da porção propriamente denominada de Joyvy, apontaram como sendo o amplo espaço entre o rio Verde e o Rio Corrente, o que inclui a atual localização da Vila Satélite (MPF, 2015, fl. 10).

O documento do Ministério Público, que faz referência aos estudos de regulação do território pertencente ao núcleo familiar de Dona Teodócia, menciona que está ligado aos estudos do Guaivÿry, e que este *Tekoha* abarca também o local onde está a Vila Satélite.

Como ela nasceu ali mesmo, por isso estão pisando firme, para ficarem ali, já falaram para ela ir para outra aldeia, mas ela não vai ir, não vai aceitar. Quando tinha 28 anos foram expulsos do Tekoha, ela já era casada. (Darci, agosto, 2018).

A tradução se refere a narrativa de Dona Teodócia, que hoje tem 84 anos, no dia dessa visita era seu aniversário, ela nasceu em 1935, parte de sua vida se deu fora do *Tekoha*.

Além disso, as famílias Kaiowá, que estão instaladas na Vila, são tratadas como estrangeiros em seu próprio lugar de origem. Onde nasceram, onde seus antepassados viveram e foram enterrados. Sendo que, na atual conjuntura, são tratados como paraguaios, como invasores de terras. E todo esse discurso tem a finalidade de deslegitimar o direito sobre o território, negando aos donos originários das terras, o lugar que atualmente é de atividade agropastoril.

Posterior à chegada das frentes de colonização inicia-se o tempo da ocupação dos *karai* e a retirada forçada dos índios de suas terras, as expulsões, as transferências forçadas para as reservas, os conflitos para obtenção de recursos e a exploração da mão de obra indígena. Inicia-se o tempo da escassez de terras, das matas e dos recursos materiais, ou, pelo menos, da dificuldade de acessar as poucas reservas de mata que restaram. (CRESPE, 2014, p. 47).

Sendo que estão fora de seus territórios, mais da metade de suas vidas, considerando momentos interrompidos, quando tiveram que acompanhar os pais às aldeias, por terem sido expulsos da cidade.

Apresentei essas narrativas, citações, documentos e diversos contextos, pois, quando comecei a ir a campo em Aral Moreira, a maior preocupação daquelas pessoas era afirmar sua verdadeira identidade. Constantemente diziam ter nascido pelos arredores do município, afirmavam que não eram de outras aldeias, ou paraguaios. As primeiras narrativas de um antigo morador de Aral Moreira, podem validar a presença indígena, que é ocultada pela história de emancipação da cidade.

Do mesmo modo, Silva (2007) retrata que o local de instalação da Cia. Matte Laranjeira ocorreu entre as plantas nativas da erva, ela também considera a presença dos Kaiowá. Além disso, neste mesmo trabalho, a autora apresenta o lugar de habitat dos Kaiowá a partir das bacias hidrográficas. Consequentemente banham o município de Aral Moreira. como no primeiro capítulo foi contextualizado pelo documento “Geoambientes da Faixa de Fronteira-GTNF/MS”. Embora a história da cidade oculta a presença indígena, eles trazem em suas memórias afetivas, a chegada dos pioneiros, que foram cercando e comprimindo os seus territórios tradicionais, até chegar o momento da expulsão.

Desse modo, pode se pensar que estas pessoas moram na Vila, mas que reivindicam seus territórios tradicionais. Morar ali, para algumas pessoas, é o meio de manter relação entre parentes, relação de proximidade para mais tarde atingir o *Tekoha*. Outro fato é o sentimento

de pertença. Eu percebia que muitos se sentem pertença daquele lugar, porque tudo ali faz parte do que elas são, mesmo que o local tenha modificado sua paisagem geográfica, este lugar também é deles. Sobretudo, porque não são todas as famílias que pretendem voltar, ou que promovem a luta pelo retorno ao antigo território.

Por isso, aqui não cabe uma discussão de desterritorialização, pois cada canto deste lugar é parte da territorialidade das famílias que estão na Vila, e como busquei demonstrar existem diversos modos, além das narrativas, de compreender que este lugar é de origem Kaiowá.

No entanto, já existe um estudo de regulamentação fundiária e, como foi apresentado, morar na Vila Satélite, para uma parte das pessoas, é algo provisório. Sendo assim, é necessário refletir como se constitui esse bairro e como se dá alguns aspectos cotidianos dos Kaiowá, ao se depararem em outro modelo de moradia.

Imagem 8 – Figura com imagem do limite da Fazenda Correntes - Suposta localidade do *Tekoha Y'Joivy Apyka Renda*



A Linha azul marca o limite da Fazenda Correntes a margem do Rio Correntes.

Fonte: Google Maps. Editado pela autora.

Imagem 9 – Placa do Rio Corrente



A placa está localizada a aproximadamente 500 metros do perímetro urbano do Município de Aral Moreira.

Fonte: Acervo próprio (FERREIRA, 2017)

3.2. Da linha da fronteira à Vila Satélite

Antes mesmo de ir a campo, em conversa com o técnico da FUNAI - Amambai/ MS, soube da situação das famílias que vivem na Vila Satélite. Ele me informou que eram desaldeados, viviam em zona urbana, mas, por algum tempo, permaneceram nos limites da fronteira Brasil com o Paraguai, na linha de divisa, em área rural pertencente ao município de Aral Moreira, Mato Grosso do Sul.

Sendo que, nesta mesma ocasião, tive acesso as Atas de Registros (2009) que apresentavam as famílias ligadas ao *Tekoha Y'Joivy*. A FUNAI/Amambai-ms teria iniciado um cadastro em 2015, para fazer um levantamento prévio dos moradores indígenas que não possuíam documentos civis. Nesses poucos registros, constam os dados, de onde nasceram, por onde viveram e o endereço atual.

Marcos Duarte nasceu em Aral Moreira, na região de Faz. do Rio Correntes conhecida como Joi'y, aos 30 de março de 1984. É irmão de Andréia Duarte, Registro Administrativo 9346/No. 1-W/TI. Amambai. Possui 31 anos e sempre residiu na região de fronteira, junto aos índios que se identificam como *Tekoha- yjoi'y*. Hoje vive na Vila Satélite, Rua Natália Miranda da Silva, s/n, com sua amasia Marieli Savala Oliveira. (FUNAI, 2015, p. 03 grifos nosso).

Havia, por volta de sete páginas com declarações como essas registradas acima. Nessas anotações fica evidente que essas pessoas assumiram a linha da fronteira como um possível lugar para viverem com suas famílias, mediante a situação de expropriação. Além desse documento que tive acesso, há também o documento do MPF (2015), que vem sendo citado ao longo desse trabalho, assim como a dissertação de Geanete P. Butarelli (2007) que apresenta dados com base nas histórias e fatos vividos por essas pessoas, bem como a relação de vivência na linha da divisa.

Isso começou a ficar mais explícito para mim quando Dona Teodócia narrava que o pai foi mandado embora do *Tekoha* por fazendeiros, em suas palavras: “foi indo para a divisa”. As narrativas demonstram que as famílias foram cercadas e encurraladas pelo processo da expansão agrícola. Nas traduções das conversas somam-se evidências:

“Foram para a linha e agora não tem para onde ir porque o lugar delas era o *Tekoha*.” (Narrativa de dona Julia traduzida por Darci, agosto, 2018).

Julia Vargas disse que elas estavam na linha antes, depois que o prefeito doou os terrenos e casa é que elas vieram pra cá, ficaram na linha da divisa até 2002 acampados; elas já estavam por aqui e quando o fazendeiro tomou o território e as expulsaram (famílias) aí elas foram para a linha. (Lucia Pereira, março, 2017 grifos nosso)

À medida que foram viver na linha da divisa, fez com que os moradores não aceitassem sua presença e houve intervenção do poder público. Nas palavras das *ñandesy*: “*os políticos estavam incomodados com elas*” (Lucia Pereira, março, 2017).

Por conseguinte, as famílias passaram por outros constrangimentos. Uma vez que, iniciaram as estratégias de retirada dos que estavam na linha da divisa, para as aldeias da região, com a finalidade de confiná-los.

Nós crescemos todos aqui... elas estavam em Sucuriy e depois elas vieram pra cá. (DONA TEODÓCIA, março, 2017).

Quando vocês eram adolescentes que vieram pra cá? (Lucia, março de 2017).
sim... éramos bem crianças (DONA TEODÓCIA, março, 2017).

quantos anos por aí? (Lucia, março de 2017).

acho que eu tinha mais ou menos 10 anos e ela, (a irmã caçula) acho que tinha cinco ou seis anos por aí”. (DONA TEODÓCIA, março, 2017).

Nesta conversa entre Lucia Pereira e a *ñandesy*, sendo que ela é uma das pessoas mais antigas entre as demais, foram relatadas lembranças de sua memória, da expropriação e do *sarambi*, vivenciados em sua infância. Isso representa o elo afetivo com o *Tekoha*, e os rompimentos que causaram impactos sobre seus modos de vida. Sobretudo, o “elo” com o

Tekoha, sendo que, foram buscar abrigo em *Sucuriy*, porque era o território onde viviam os parentes da parte da mãe; mas seu pai, Tranquilo Savala, era natural do *Y'Joivy*, mas se viu obrigada ir para a casa do sogro. Esse ato, de voltar para a casa do sogro com sua família, causa alguns inconvenientes no conhecimento Kaiowá - “o indivíduo Kaiowá junto ao seu grupo, se auto identifica como pertencente ao *Tekoha*, isto é, lugar específico de origem em que se assentava antes de residir na reserva” (BENITES, 2009, p. 46).

Em outra conversa, Dona Teodócia disse que foi expulsa, outra vez, da linha da divisa quando tinha 28 anos, ela já era casada quando teve que ir embora para outras aldeias, junto com os familiares. Posteriormente, passou um tempo em Tey Kue e por último em Passo Piraju. Mediante ao contexto, diversas pessoas que moram na vila, passaram por esse processo que dona Teodócia vivenciou. Assim como ela, em algum momento, retornavam a Aral Moreira, sendo que, cada vez que retornavam das aldeias da região, se reuniam na linha da divisa.

Lino Arévalo Savala, nascido na região do Joi'y, Faz. do Rio Correntes hoje município de Aral Moreira, é indígena irmão de Sandra Arévalo Savala e reside na Vila Satélite Rua Maria Lúcia da Costa Carvalho, 482.

É indígena nascido em território nacional em 12 de abril de 1962 sendo filho de Seturino Arévalo Savala, e Olácia Savala, é o único irmão de Sandra Arévalo Savala que não possui documento.

Na época em que a família residiu em Tey Kuê e Lima Campa, Lino Arévalo Savala permaneceu em Aral Moreira o que inviabilizou a emissão dos documentos (FUNAI, 2009, p. 05).

Certamente “A criação, pelo antigo SPI, de oito reservas” (...) “as quais seriam destinadas a agrupar todos os índios Guarani que estivessem dispersos pelo território que atualmente constitui o cone sul do estado de Mato Grosso do Sul.” (SILVA. 2007, p. 14); resultou em uma mentalidade, na sociedade não indígena, inclusive, muitas vezes configurada nas instituições públicas, de que os indígenas teriam que viver ali, confinados. Ao ponto de pensarem que este é o modo de vida ideal para eles, conseqüentemente gerou essa insistência em querer levar os indígenas do *Tekoha Y'Joivy* para reservas da cidade. Como apresenta o Antropólogo Homero no documento que redigiu ao MPF.

No ano de 2003, chegou-me a notícia de que a Prefeitura Municipal de Aral Moreira estava preocupada com os chamados “índios da linha de fronteira”, qual seja, aqueles que tinham construído casas e feitos seus ranchos na faixa entre os marcos geodésicos divisórios entre os dois países: Brasil e Paraguai. Aquela época, as informações que nos chegavam eram de que a Prefeitura não sabia o que fazer com aqueles índios dispersos, sobre muitos dos quais recaia o rótulo de paraguaios. Alegava-se que aqueles índios só causavam problemas, principalmente, por estarem espalhados. (MPF, 2015, fl. 12)

O processo de aldeamento foi uma estratégia direcionada aos indígenas que estavam na linha da divisa, os mesmos não foram consultados, independente se queriam ou não, seriam confinados. Conforme demonstra o documento:

Ainda naquele mesmo ano, em uma visita a Terra Indígena Jatayvary (também conhecida como Lima Campo), em Ponta Porã, quando ali me deslocara para compreender a irrupção de um conflito interno, fui informado de que o conflito daquela área havia se acirrado com a chegada de um *contingente indígena de Aral Moreira*. Com a vinda dos índios transpostos (aproximadamente 80), a população em Jatayvary subira de cerca de 170 para quase 250. (MPF, 2015, fl. 12).

De fato, algumas pessoas se adaptaram à vida nas reservas, mas nem todas, como é o caso apresentado aqui, em que os poderes públicos procuraram meios para confiná-los, como apresenta este documento:

Questionado sobre o que ocorrera, narraram os índios de Jatayvary que, a pedido do então Prefeito de Aral Moreira,¹³ o então Chefe do Núcleo da FUNAI em Dourados, Jonas Rosa, havia, em cooperação com o Coordenador Regional da FUNAI em Amambai, Wilian Rodrigues, fretado e transportado, em um caminhão, uma quantidade de índios da “Linha de Fronteira”. Teriam sido ali despejados em um anoitecer de chuva. Na ocasião, os Kaiowá de Jatayvary se dividiram: o grupo político ligado a liderança Edilson Isnard não os aceitava; o grupo político ligado a Teodoro de Souza os acolhera, firmando aliança com um tal de Ramão. Quando da reunião, já fazia praticamente dois meses da movimentação dos recém-chegados. (MPF, 2015, p. 12)

Evidentemente, esse pensamento “de que lugar de índio é na aldeia”, configura uma imposição de territorialização, como ocorreu no passado, sobre essas famílias indígenas, que estavam na linha da divisa ou em outro lugar, resistindo.

Levando-se em consideração, o contexto histórico de confinamento, é possível afirmar que os impactos causados pela expropriação, ocorrida no século passado, ainda, surtem efeitos no processo de espoliação de terras que os indígenas da Vila Satélite passam. Os constantes *sarambi/esparramo* e violências ocorrem, lado a lado, deste processo histórico, como foi abordado.

A partir da consolidação da Vila Satélite, se constitui, pelo poder político municipal, um espaço para acomodar os indígenas e inseri-los em um novo modelo de vida em área urbana. Este fato demonstra uma ação de colonialismo contemporâneo, frente à resistência indígena ao processo de confinamento, que a gestão municipal interpelou a essas pessoas. Por interpretar

como um problema a presença indígena fora das aldeias, decidiu reuni-los em um conjunto habitacional, sob a intenção de manter a suposta ordem social do projeto de urbanização que a cidade vinha passando. Como se o lugar de índio fosse somente nas reservas criadas pelo Governo.

A violência já surge, e é oficialmente dada, a partir de um confronto entre “o homem de fora” e o “homem de dentro”, já que o primeiro possui o intuito de dominar, explorar e destruir, a vida daquele que vivem na região pretendida, ou melhor, na região a ser colonizada. (FONSECA, 2015, p. 07)

Portanto, é possível visualizar uma política colonialista, onde um se sobrepõe a outro, certo que aqui fica um marcador de poder instaurado. Na presente discussão, esse poder simbólico (BOURDIEU, 2001), trata-se de forças políticas que foram impostas a essas pessoas.

3.3. A Vila Satélite

Imagem 10 – Figura com Imagem do Mapa com localização em destaque da Vila Satélite em Aral Moreira/MS



Fonte: Google Maps. Editado por Ferreira, 2017.

As rezadoras – *ñandesy*- narraram que a Vila Satélite foi construída pela prefeitura para os indígenas morarem.

Eles mesmo foram atrás de nós (...) vieram fotografar nós por aqui (...). Morávamos debaixo do barraco, e eles vieram tirar foto de nós (...) Toda vez que vieram nos encontravam assim, fizeram a casa para a gente, o prefeito mesmo. (DONA TEODÓCIA, março, 2017).

A *ñandesy* Teodócia perguntou a Julia Vargas, com cuidado em dar a informação mais coerente possível. “*Júlia quantos estávamos? Para aqueles que o prefeito deu a casa? 60 e 64?*” Julia confirma inclinando a cabeça. Teodócia responde: “*sim, 60 e 64 famílias mais ou menos*”. (Teodócia, março, 2017).

Com base nessas narrativas aqui expostas, era para essas famílias serem contempladas no projeto de conjunto habitacional, por meio da gestão municipal que atuava naquele período (ano de 2002). Entretanto não foi dessa maneira que as coisas aconteceram.

Em 2015, pela informação que recebi das *ñandesy*, ocorreu a visita de um representante do Ministério Público Federal (MPF). O órgão federal foi acionado devido às diversas denúncias registradas pelos moradores indígenas da Vila Satélite, sobre o descaso e pelas negligências de atendimento dos setores públicos municipais e federais (FUNAI). Inclusive o não cumprimento da promessa de doação das casas, falta de documentos civis, mortes, desaparecimentos de pessoas, agressão física por fazendeiros e agente municipais, abandono em leito de hospitais, etc. Consta no documento do MPF:

A promessa da casa própria, no entanto, não foi extensiva a todos, ficando longe de atender a todas as necessidades. Tanto é que apenas 8 casas foram construídas pela Municipalidade. As demais tiveram de ser erigidas por conta própria nos terrenos cedidos. Não se foi possível fazer um recenseamento para averiguar os números precisos, mas, segundo as pessoas com as quais conversamos nos disseram, a maioria dos moradores da localidade são indígenas. Algumas das casas, contudo, foram vendidas a terceiros, não indígenas. (MPF, 2015, fl. 13)

Mediante o não cumprimento da liberação de casas para todos que estavam na linha da divisa, como pequenos núcleos familiares que fazem parte de relações de proximidades com dona Teodócia, alguns estão acampados na região de brejo, no mato para baixo do perímetro urbano. E outro tanto de famílias acabaram se espalhados por toda a região urbana e outros ainda permanecem vivendo na linha da fronteira. (MPF, 2015; BUTARELLI, 2017).

Considera-se que a presença dos indígenas na região Sul-fronteira é significativa, que a recorrente história de investimentos governamentais relacionados ao processo

socioeconômico neste estado foi excludente, e nada compreende os povos indígenas. Mesmo que, no Artigo 231 da Constituição Federal referindo-se aos povos tradicionais em território brasileiro aponta:

(...) as terras por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988 grifo nosso)

Muitas vezes, assim como foi a criação da Vila Satélite e o processo de doação de habitações, os povos originários são ignorados. Assim como o são seus direitos. Eles são separados de diversos contextos e nem mesmo são consultados em caso de decisões a serem tomadas em relação as suas próprias vidas. Sendo impedidos de acesso a direitos naturais (BUTARELLI, 2017). Claro que, não por uma ingenuidade em relação aos direitos constituídos, e sim pelo motivo economicista e violento, de forma a produzir e reproduzir continuamente o *sarambi*/esparramo. É a violência que segue seu curso.

Inevitavelmente, “não existe um sistema colonial que não seja violento, e que tenha suas relações coloniais mediadas principalmente pela violência do colono.” (FONSECA, 2015, p. 06-07). O colonialismo acabou por intervir, sobre diversas esferas, no modo de ser indígena, e principalmente nas organizações políticas sobre a sociabilidade indígena.

O que acabamos por encontrar em Aral Moreira, foi um cenário de dispersão ou *sarambi*/esparramo nos termos guaranis. Além disso, a população indígena foi inserida em meio à periferia.

Destaco que o fenômeno de indígenas em área urbana do município se deu de forma diferente do que geralmente tem ocorrido em outros municípios da região Sul-Fronteira. Por exemplo, em Amambai-MS, devido ao enorme número de pessoas nas aldeias, gera-se diversos conflitos, pois as lideranças das reservas acabam por favorecer seus núcleos familiares, o que acabam por desfavorecer aqueles que não pertencem a sua parentela. Esse é um dos maiores motivos pelo qual levam alguns indígenas se mudarem para as periferias (VIEIRA, 2005). São chamados de desaldeados, pelo poder público, pela FUNAI, também por indígenas que vivem nas aldeias. Esse é termo dado aos indígenas que deixam suas aldeias e por algum motivo político ou pessoal são obrigados a retirarem se viverem nas periferias (VIEIRA, 2005). Ou por estarem se organizando em luta por retomada de seus antigos territórios (SILVA, 2007).

A demarcação dessas porções de terra dentro do território kaiowá/guarani, algumas delas a partir de critérios aleatórios à ocupação tradicional, com a função de serem polos de concentração indígena, gerou dois conceitos que perpassam e condicionam as análises da problemática kaiowá/guarani: o de índio aldeado e de índio desaldeado. A expressão aldeado é utilizada para caracterizar e distinguir, historicamente, aquelas comunidades ou famílias que já foram submetidas ao processo de confinamento, em oposição àquelas que ainda resistiam a este processo, ou seja, os desaldeados. Estes eram, portanto, consideradas desaldeadas em oposição às aldeadas, ou seja, em oposição às já confinadas. (BRAND, 1997 apud GUTIERREZ URQUIZA, 2013, p. 38)

No caso, o processo dos indígenas que estão na Vila Satélite é outro. Embora recebam o tratamento de “desaldeados”, também são acusados de serem paraguaios pelas relações com a fronteira, e por terem vivido boa parte de suas vidas na linha da divisa dos dois países. Penso que embora parece uma contradição devido aos estereótipos quando em nosso imaginário só pensamos os índios isolados, ou em reservas, estas mulheres mesmo vivendo com suas famílias fora do território tradicional, produzem territorialidade, mesmo ali na Vila Satélite. Pois estar em Aral Moreira significa para elas estar no grande *tekoha* ou *tekoha guassu*. Este lugar possibilita que a elas manterem uma relação de produção como modo de ser Kaiowá, mesmo por que, insistem em manter-se próximas, resistindo à dispersão. Embora em alguns casos isso foge ao controle.

Claro que foi necessário que eu também me abrisse à compreensão de diferentes contextos em relação a situação que me deparava. Até o momento em que comecei a fazer trabalho de campo com os indígenas da Vila Satélite, minha convivência com os Kaiowá tratava de contato com reservas, acampamentos, ou quando os via na periferia da cidade de Amambai. Esta era a referência que tinha sobre os lugares de territorialização.

Atualmente na Vila Satélite há paraguaios (por ser região de fronteira, estes estão em toda a cidade), assim como indígenas que vieram das aldeias do país vizinho. Muitos indígenas da vila, que vão passar um tempo com seus parentes nas aldeias do lado de lá da fronteira. Da mesma forma, como tem indígenas que fazem parte do núcleo da família Savala que vivem na atualidade em outras aldeias da região no MS, e outros que estão retornando para a Aral Moreira e estão residindo na Vila Satélite.

Na casa de Julia Vargas, em março deste ano, seu genro me mostrou mais abaixo das terras agrícolas de plantação de milho, um lugar chamado pelos indígenas de “lixão”. Denunciou que o odor é muito forte em dias quentes. Este é o lugar, conforme relato do rapaz, onde são despejados os dejetos coletados das diversas áreas da cidade, e que mulheres e crianças buscam recursos para casa, catam alguns objetos para ser vendido nos chamados “ferro velho”

- lugar que recebe materiais recicláveis. Nesta conversa, me lembrei de minha primeira visita à Vila Satélite, onde uma senhora chamada Matilde relatou:

A vereadora prometeu durante a campanha que vai arrumar serviço para nós na pastoral. Estamos esperando se vai dar trabalho para nós também no lixão, para trabalharmos com reciclagem. A gente faz serviço difícil. (MATILDE, outubro, 2016)

As ruas laterais, que contornam as casas do bairro satélite, são de terra vermelha, além disso, são tomadas por nichos de matos, entulhos, e parecem não possuir rede de esgoto, pois há águas de tanque e pia que escoam pelas ruas. Há poucas residências com água encanada e com energia elétrica. Em suma, é um cenário marcado pela precariedade.

No lado direito, a oeste do conjunto habitacional Vila Satélite, em 2016 estava sendo construído um novo conjunto habitacional, que foi inaugurado em 2017³³, com projeto de 250 casas, contando com recursos do governo federal, estadual e municipal, dentro do projeto ‘Minha Casa, Minha Vida’.

O maior empreendimento habitacional da história de Aral Moreira, os Residenciais Ipê I, II e III, com 250 moradias, cujo projeto foi viabilizado pela administração do prefeito Edson de David, já está recebendo o asfalto.

Ao total, o novo conjunto habitacional, que está sendo construído em uma área onde já abriga outras 40 moradias, absorverá um investimento total de cerca de 17 milhões de reais, fruto de uma parceria entre o Governo do Estado, a União e a Prefeitura local, que além da doação dos terrenos para a construção das casas entrou com um aporte financeiro para garantir o complemento orçamentário da obra,

Somente em obras de infraestrutura (asfalto e drenagem) estão sendo aplicados pela administração Municipal pouco mais de 2 milhões de reais.

Todas as moradias dos Residenciais Ipê I, II e III serão dotadas de energia elétrica, aquecedor solar para usar o chuveiro, água, calçadas, asfalto, meio-fio e arborização. (JORNAL ARAL MOREIRA NEWS. 22 de outubro de 2017).

Este novo conjunto habitacional está com nível do solo mais alto que a Vila Satélite. Diferentemente da Vila Satélite, as casas não têm calçadas, nem iluminação pública, asfalto, nem gramado, algumas casas são cercadas, ou tem arame farpado no entorno.

³³ Para maiores informações ver no site jornalístico com ênfase em notícias regionais Campo Grande News. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/ara-moreira-reduz-deficit-habitacional-com-a-construcao-de-250-casas-populares>>.

Mas uma imagem que remete a lembranças de casas pertencentes aos Kaiowá que já visitei tinha: a terra vermelha batida, quintal bem varrido, sem folhas, nem lixos, imagem de crianças sentadas ao chão, sorrindo e brincando com seus cachorros, e poucas galinhas.

Entretanto, não existe muitas criações de animais, como porco ou cabrito, não possui espaço para uma roça de mandioca, milho, feijão, batata ou horta como costuma se ver nas casas dos Kaiowá em aldeias da região. Sobre isso diversas pessoas da vila reclamam, porém buscam plantar nos poucos espaços, mas é insuficiente.

Ela está falando assim, que precisam de terra, como uma aldeia, pra elas conseguirem viver em paz, conseguirem criar seus filhos, suas filhas, então o primeiro passo é ter o Tekoha de volta pra elas, por isso reivindicam os direitos delas. (Lucia Pereira, junho, 2007).

Dona Teodócia ao se referir ao direito de seu território tradicional, diz:

Eu queria, muito, já ter (terra tradicional), por que tenho muitos animais, tenho no Paraguai deixei lá, com meu neto..., mas tenho bastante... tem por aí 40 (cabritos)... e queria trazer pra cá... eu queria um lugar para eles...estão lá em PIRA aldeia do Paraguai. (DONA TEODÓCIA, junho, 2007)

Ela diz que tem muitos cabritos no Paraguai e elas querem trazer esses cabritos para cá. O motivo de não trazer é que não tem espaço para isso... seu filho está morando em Pira no Paraguai, não é longe daqui ele cuida das criações dela. (LUCIA PEREIRA, junho, 2007).

Imagem 11 – Casa doada pela Prefeitura e barracos construídos por moradores



Reginaldo (Genro de Dona Júlia) com seus filhos e em pé, à beira da cadeira, sua esposa (filha de Dona Júlia). A casa pequena, aos fundos, foi construída por Reginaldo. O barraco próximo da porta da casa de alvenaria foi feito para sua mãe.
Fonte: Acervo Próprio (FERREIRA, 2017)

Ressalta-se que os terrenos são ocupados por mais de uma moradia, onde moram parentes da pessoa que é proprietária da casa ou do terreno doado.

Além disso, as famílias não são atendidas pela FUNAI e SESAI *in loco* e quando recebem alguma visita dos agentes da Fundação Nacional do Índio é de forma extraordinária. Na maioria das vezes tem que pegar ônibus intermunicipais ou taxi, para se dirigirem a FUNAI

de Amambai - Coordenação Técnica Local (CTL) que fica a 55,8 km, num trajeto de cerca de uma hora de duração³⁴.

Perguntei sobre o atendimento no CRAS, somente aqueles que possuem documentos civis, são atendidos, o mesmo acontece nos demais órgãos públicos. Nas escolas, por exemplo, as mães com filhos que deviam estar estudando, relataram que muitas pessoas não conseguem matricular as crianças devido à falta de documento. Disseram que a maioria das crianças não possuem registro de nascimento, pois nascem em casa. As gestantes não conseguem fazer o pré-natal. E quando vão ao hospital público do município, são direcionadas pelo poder público para o hospital no Paraguai, em Pedro Juan Caballero, para dar entrada em trabalho de parto, ao nascerem às crianças são registradas como paraguaias ou voltam sem documentos³⁵.

Certa vez, quando estava na casa de Dona Teodócia, vi a agente de saúde. Ela entrou e falou com Dona Teodócia, entretanto, não quis ter um momento de conversa comigo. As mulheres que ali estavam, disseram que a visita é frequente, e que algumas pessoas são atendidas no hospital, e conseguem receber o auxílio da 'bolsa família'.

Ressaltaram ainda, que os recursos que normalmente recorrem em caso de enfermidades, são remédios de plantas medicinais, que de forma geral as famílias têm acesso. Outras relataram que tem vergonha de ir ao hospital. Os atendentes falam alto, parecem ficar irritados com a presença dos indígenas – diziam elas. Ainda disseram que já ocorreram muitos casos de óbito no hospital e que não recebem nenhum esclarecimento sobre o motivo da morte³⁶. Destaca-se Matilde Savala que lutou incansavelmente contra um câncer, mas veio a óbito. Pude perceber a indignação daquelas mulheres ao narrar o processo.

As mulheres contaram que os meninos, quando não acompanham os homens mais velhos para os trabalhos rurais, se encontram em situação de desemprego. Ou prestam serviços nas casas em bairros nobres do município, como limpeza de quintal, ou terrenos.

Diversas vezes os vi chegando do lixão com fardos bem pesados para além da força de uma criança. As mulheres que possuem documentos conseguem trabalho no vale renda, varrendo rua. As mais jovens, no caso as que falam em português, conseguem trabalhos de empregada doméstica. Ouvi um relato de uma senhora:

³⁴ Dados obtidos no Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/Aral+Moreira,+Amambay,+79930-000/Amamba%C3%AD,+MS/>>.

³⁵ Retomaremos esta situação mais à frente.

³⁶ Butarelli (2017) apresenta em seu trabalho, depoimentos de profissionais em departamentos públicos sobre morte de indígenas em hospitais, e sobre a dificuldade de enterrar, devido à falta de documentos.

Nós mulheres indígenas parece não saber limpar igual as mulheres brancas gostam, aí elas não querem ensinar, aí a gente fica com vergonha né, elas falam da gente para as outras mulheres, fica difícil para conseguir trabalho. (MATILDE, outubro de 2016).

Com isso, diversas mulheres começaram a relatar sobre a dificuldade em conseguir emprego, e algumas disseram que muitas vezes querem “ter uma terrinha”, essa mesma senhora do relato acima disse: “*quando se tem um pedacinho de terra, dá pra plantar aí não falta comida em casa.*”. (Matilde, outubro de 2016). E mais tarde em outro momento se vê uma das *ñandesy* falar com propriedade, sobre a situação impactante causado pela colonização que atingiu no passado, atinge na atualidade e elas receiam continuar atingindo o modo de ser Kaiowá das futuras gerações.

Então como diz a Júlia nós precisamos de terra para colocarmos os nossos pés, precisamos de “aldeia”, por que temos muitos inocentes só que daqui a pouco como diz os brasileiros, vai ter o momento que eles vão ficar sozinho... por que eu já estou velha. Aqui a minha irmã também já está velha, e temos muitas crianças inocentes... porque não estaremos com eles o tempo todo, o que eles vão fazer se não tivermos “aldeia”, nós queremos, nós queremos. (Dona Teodócia, 2017, julho).

Alguns afirmaram que gostam de viver na vila, que ao menos possuem casa, e que ninguém vem incomodar. Muitos afirmaram terem vivido em outras aldeias, mas que depois, achavam melhor voltar, porque não eram das aldeias, então pensavam que estavam incomodando. Outras pessoas disseram que tem parentes em outras aldeias, até mesmo em aldeias do Paraguai. Os parentes que vivem fora da vila acabam ajudando com algumas despesas, muito embora as *ñandesy* faziam ressalvas à importância do retorno daquelas pessoas, pois para aquelas mulheres, em sua tradição, os parentes não podem viver espalhados.

Ainda em trabalho de campo, não encontrei nenhum jovem estudando no ensino superior. Certa vez encontrei um jovem que disse que tinha terminado o ensino médio, ali mesmo na escola pública do município, mas que estava trabalhando no Paraguai. Entretanto, salientou que tinha o sonho de estudar em uma universidade. Então, Lucia Pereira, Kaiowá como aquele jovem, hoje professora se empolgou em uma conversa de instrução sobre meios para estudantes indígenas adentrarem as universidades. Eu não quis interromper. Nunca mais encontramos o rapaz.

Imagem 12 – Rua lateral da Vila Satélite, com plantação de milho



Fonte: Acervo Próprio. (FERREIRA, 2017)

3.4. Presença feminina na Vila Satélite- entre conhecimentos e divergências políticas

De certo modo a vila é marcada pela presença feminina, e das crianças. Os homens estão, em sua maioria, fora, por motivo de trabalho. Trabalham nas chácaras próximas, ou regiões agrícolas mais distantes do circuito urbano, e no outro lado da fronteira, nas colônias paraguaias, como eles se referem. Também são áreas rurais, e os trabalhos são diversos. Ressaltaram que alguns até mexem com maquinários.

Aqueles que possuem documentos conseguem trabalho na cidade, na construção civil e em empresas de setores voltados à agroindústria. Estes usufruem de alguns direitos, como carteira assinada. As mulheres me contaram que os meninos, quando não acompanham os

homens mais velhos para os trabalhos rurais, prestam serviços nas casas dos bairros do município, como limpeza de quintal, ou terrenos. Sendo assim, poucas vezes encontrei a figura masculina na vila como lideranças, ou cuidando dos afazeres junto às mulheres - nas ruas, em suas casas - como vejo em Amambaí ou nas aldeias da região. Foram poucas as oportunidades que tive de conversar com os homens daquela vila.

Conversei com dois rapazes somente, ambos desempregados (um deles acabei encontrando por diversas vezes, o mesmo que mencionei acima genro de dona Julia), um por motivo de doença, pois estava infectado (tuberculose). Afirmou que foi no local de trabalho, que teria contraído a doença, pois outro rapaz (não indígena) já teria saído pelo mesmo motivo, e disse que antes de entrar na empresa teve que fazer diversos exames, como é exigido pelo ministério do trabalho.

As famílias que estão na vila passam por um processo de relação de encontros e distanciamento com seus parentes, devido às situações e necessidades de trabalho. Em uma visita que fiz no sábado à Dona Júlia, percebi que algo estranho estava por acontecer. Mencionei que percebia que ela estava aparentemente preocupada. Então ela me disse, muito animada, que esperava sua neta e sobrinhos, que trabalhavam no Paraguai. Falou que iriam trazer carne e compras (alimentos). Por volta das onze horas, chegaram sobre as carrocerias de duas camionetes. Descarregaram alguns sacos de estopa com alimentos. O clima mudou. As pessoas estavam tomadas por uma euforia, como nunca tinha presenciado em nenhuma de minhas idas naquele ano de 2017. Todos começaram a falar em guarani, com muitos risos. Passando alguns minutos o rádio foi ligado, em alto volume, com uma transmissão internacional- rádio paraguaia. Os ritmos musicais tomavam conta daquele cantinho da Vila Satélite. Atraíam parentes das casas ao redor, e a roda de tereré ia aumentando. Certamente aquela seria uma noite de festa. Foi a única vez que vi um número maior de homens reunidos no bairro, e uma inusitada alegria, pois, cotidianamente, as conversas eram mais tensas sobre os desafios do cotidiano.

Mesmo assim a alegria era algo surpreendente, e as *kuñangue ñandesy* sempre se mostravam animadas e muito receptivas, com nossa presença, ao ponto de algumas vezes até rezaram e cantaram para nós.

Eu sei rezar. (Teodócia, julho, 2017).

Pode cantar para nós... por termos chegado bem, pode cantar". (Lucia, julho, 2017).

Sim vou cantar (rezar) *guyra tapei, guyra tape naju* (repetiu esse canto umas dez vezes). (Teodócia, julho, 2017).

Agradeço a você... por ter cantado pra nós. (Lucia, julho, 2017).

Eu também agradeço a vocês por terem vindo... por me fazer lembrar do meu trabalho. (Teodócia, julho, 2017).

Nós trabalhamos assim, por que queremos compreender as mulheres, pois vocês mostram como era a vida antigamente, pois nós não tivemos isso, eu mesma estou crescendo e não sei de muitas coisas... Diferentemente de vocês. São sabedoras. (Lucia, julho, 2017).

Vocês que trabalham com isso...vocês são como pássaro que vem pelo caminho... e do caminho, vocês vão longe, veem muita gente... por isso é esse cântico, é para vocês esse cântico. (Dona Teodócia, julho, 2017).

A partir dessa narrativa foi possível observar o modo de ser das mulheres Kaiowá. As *ñandesy* entre rezas manifestando reciprocidade, procurando firmar alianças, assim como fazem no cotidiano com lideranças, rezadores de outras aldeias, e autoridades, por uma incessante preocupação com o futuro das gerações futuras.

A narrativa também revela a diferença geracional. Uma senhora Kaiowá de 84 anos, e uma jovem também Kaiowá, de 23. Lucia valorizou o saber e reconheceu o conhecimento tradicional Kaiowá. Mas também demonstrou que não tem acesso a todo esse conhecimento, devido às diversas transformações que ocorreram.

Elas apresentavam preocupações cotidianas, como trabalho, obtenção de documentos civis. Algumas delas procuravam contatos com autoridades, representantes políticos, instituições públicas, com o objetivo de conseguir acessar um mínimo de dignidade. Mas todas e todos que ali moram, têm muito em comum, quando mostram a inconformidade com a forma como estão levando a vida. Portanto, o mais relevante é o orgulho de assumirem ser indígenas. O modo que conseguiram há tanto tempo manterem a língua materna, a autenticidade no reconhecimento de suas histórias passadas, a resistência em não aceitarem outro tratamento ou nomeação que não seja a de Kaiowá. Isto propõem pensar que cultura assim como toda a pessoa está sempre em transformação. Da mesma forma ela é diversa, pois a cultura é algo que está para além das pretensões racionalistas, a cultura é o lugar que pode abrir possibilidades para outras formas de vida.

Inevitavelmente, nesta ótica de relações diversas entre os Kaiowá, marcada pela diferença geracional, percebi que as mulheres estão em um caminho de construção política que se dá a partir da identidade. Em outros termos, trata-se de um ‘modo de ser’, ou ainda, *ñande reko*.

O modo de ser Kaiowá se expressam de diversas maneiras, como no desejo das *ñandesy* de retornarem para suas terras tradicionais. Elas acreditam que o lugar onde estão não

garante o *teko porã*- uma boa vida para seus netos. Sendo assim, há preocupação e cuidado com a construção da individualidade das novas gerações, que estão fora do *Tekoha*.

Por outro lado, existem algumas mulheres mais jovens, tais como, sobrinhas, filhas, netas, que divergem da ideia de um retorno às terras. Uma vez que elas não querem conflitos com os ‘não indígenas’. E suas preocupações cotidianas giram em torno do trabalho, obtenção de documentos civis e outros direitos básicos. Para isso buscavam contato com autoridades, representantes políticos, instituições públicas, com o objetivo de conseguir acessar o mínimo de dignidade.

Certamente, todas que ali moram, de modo consensual, mostram inconformidade com o modo como foram colocados na vila, e a forma como estão levando a vida. Demonstro isso através das divergências existentes entre as *ñandesy* e as mulheres mais jovens. Claro que o motivo maior é o cenário de expropriação, que os deixam mais frágeis, além do contato com o colonizador.

As mulheres mais velhas acreditam que as mais jovens são persuadidas pelos proprietários das fazendas, bem como iludidas com promessas dos políticos. Tal ilusão se evidencia quando as mais jovens fazem um movimento controverso no sentido da retomada.

Sandra Savala –filha de Olácia Savala– assim que chegou à vila, mobilizou algumas pessoas, na empreitada de articular com os técnicos da FUNAI, a obtenção de cestas básicas, e um levantamento das pessoas que não possuem documentos civis.

Aqui ninguém foi registrado, ninguém possuía documento, depois que Sandra entrou aqui... aí que ela mexeu, graças a Sandra... Se não fosse a Sandra ninguém tínhamos documento. (MATILDE, outubro, 2016).

Um das mulheres mais jovens mostrava preocupação com as pessoas e com o modo de viver na vila, encontrando receptividade e consideração entre os parentes. Quando eu cheguei a Vila Satélite, foi por intermédio da FUNAI/ Amambai, que tinha contato dela, sendo que, ela fazia esse papel de intermediadora entre a instituição e as pessoas da vila.

Em minha primeira visita às mulheres da Vila Satélite, algo intrigante ocorreu, percebia que algumas mulheres mais jovens estavam à frente das conversas. Ao final da visita, ousei perguntar quem eram as rezadoras – *ñandesy* (pois na FUNAI, haviam me informado da presença de algumas rezadoras na vila), buscando me certificar onde se localizavam as rezas, e se as rezadoras gostariam de falar sobre seu cotidiano, e como era morar ali. Logo as falas eclodiram e as mulheres idosas começaram a falar em guarani, em tom alto e forte. Vale

ressaltar que Algacir, um colega professor indígena Kaiowá, estava nos acompanhando e conhecia o local. Quando retornávamos para o município de Amambai, ele traduziu a conversa:

“As *ñandesy* disseram que eram impedidas de rezarem, e então optaram por não praticar *neembo’e* em algumas casas, em dias de festas”; a tradução se limitou a essas palavras. Porém em outro momento fui à casa de Algacir, na Aldeia *Guapoy*, para conversarmos sobre o que tinha acontecido, pois após aquela pergunta, as mulheres ficaram tensas, as *ñandesy* levantaram e foram embora, eu percebia que algo estava acontecendo, mas como não entendia guarani, não obtive conclusões precisas. Assim, Algacir me colocou a par da situação, do que as senhoras lhe falaram ao pé do ouvido, tanto que, ele as acompanhou até a casa de dona Julia naquele dia.

aquela senhora é a *ñandesy* é a liderança deles, e além dela existiam mais outras senhoras, elas cantam e rezam. Ela falou que nunca quiseram ficar para sempre na vila ou criar uma aldeia urbana, elas querem voltar para o lugar de onde vieram. Parece que tem um Tekoha chamado Y’Joivy, não sei direito tem que ver que lugar é esse. Mas elas estão tristes, e algumas mulheres, não querem deixá-las rezarem, e foram buscar as mais velhas na retomada, e agora estão ali novamente. Sem-terra, sem poder rezar. (ALGACIR, novembro, 2017).

O problema estava entre a relação de conflito da retomada. Algumas mulheres mais jovens, compreendem a importância do retorno ao *Tekoha*.

Entretanto, outras vislumbrava uma vida na Vila Satélite, e assumia o discurso que não iria permitir que fizessem outra retomada, pelo medo de perderem os parentes entre conflitos. Quando questionadas pelo motivo da posição contrária às *ñandesy*, apresentavam que por motivo do conflito fundiário vários homens já tinham sido mortos, e que isso implicava em situação de desemprego, já que a maioria trabalha de boia fria. E mesmo diante dessas palavras, talvez por eu não ser indígena, outras mulheres defendiam que as pessoas da cidade, como fazendeiros, políticos, assim como, toda a vizinhança não lhes faziam mal. (BUTARELLI, 2017).

Deste modo, percebi que entre as mulheres também havia intrigas disputas por prestígio, mesmo sendo parentes, mesmo mantendo vínculo próximo as *ñandesy*, entre filhos e suas mães, situações que causam separação de casais, situações que ocorre abandono de lares, (encontrei várias casas fechadas de pessoas que eu tinha conhecido em uma visita, quando retornava a informação era que foram embora por motivo de fofoca). Entretanto também é compreensível o posicionamento de algumas mulheres mais jovens, elas têm facilidade de

articulação, devido as relações de trabalho acabavam conhecendo na sociedade de Aral Moreira, acessavam pequenos benefícios aos parentes.

Essa relação de divergência entre parentes, na minha interpretação, representa uma disputa de status e prestígio político em relação à sociedade não indígena, ou ainda por uma tentativa de minimizar o preconceito entre os não indígenas. Isto é recorrente nas aldeias, principalmente entre as famílias que disputam espaço de liderança.

Na atualidade, aos poucos, os Kaiowá e Guarani têm retomado suas posições políticas de forma emblemática. Como foi verificado por Pereira (2004) ao realizar o trabalho de campo em uma das reservas de Dourados-MS. Segundo ele a aldeia contava com mais de uma etnia confinada em uma só reserva (situação presente na maioria das reservas do MS). “Entregues a si mesmos, os habitantes da reserva de Dourados veem atualmente sua organização política entrar em colapso e os problemas se avolumarem a um nível nunca antes imaginado.” (IDEM, 2004, p. 327).

É importante ressaltar, que existe a presença de agentes do setor público, tais como, FUNAI, SESAI, escolas, bem como, instituições religiosas nas aldeias. Estes agentes, de alguma maneira, intervêm nas decisões políticas do capitão, ou o colocando em situações conflitantes (PEREIRA, 2004).

Não obstante, os problemas relacionais são presentes na vila, mesmo não estando em reserva, como é o caso das aldeias da região, mesmo sendo a grande maioria Kaiowá, com parentes consanguíneos. Por isso, para muitos a solução é cada família estar no *Tekoha*. Os Kaiowá e Guarani possuem uma regra política entre seus núcleos familiares, sendo que, as lideranças de cada núcleo familiar têm que tratar de resolver os problemas e as demandas que aparecem.

Em conversa, Darci me disse que para evitar problemas no território onde vive, dividiu-se o espaço por parente. Ele também disse que quando existem outros membros da família, além do capitão, eles podem liderar uma “parte” das famílias, portanto, auxiliam o capitão na manutenção da ordem e na organização social. Ainda disse que quanto mais famílias forem agregadas por um responsável, terá mais apoio e força nas reuniões, nos momentos coletivos. Havendo algum problema, com um membro de sua “parte”, o capitão vai procurar o líder e este tem que tomar providências. Acrescentou que na aldeia não existe cerca, e não aceitam *karai* residindo entre eles, pois este gosta de cercar os espaços, todavia, na aldeia existe uma parceria, onde cada um sabe que tem que cuidar do que é do outro, e ninguém pode mexer no que é do outro.

Na Aldeia Limão Verde, que foi demarcada pelo SPI, existe um contingente muito maior de pessoas que na Pirajuí, são de diversas etnias, e há uma mistura de famílias. Conversando com Nelson Catalão, uma antiga liderança na aldeia relatou que há muitos problemas:

É! não é fácil, quando saio assim para algum evento, ao retornar encontro alguns problemas, de fofoca, tem gente que bebeu demais, sempre tem problema, mas quando eu chego já faço uma reunião³⁷, tenho que passar, o que foi falado no evento para os parentes, para ver o que vamos fazer para melhorar e seguir a vida. (NELSON CATALÃO, julho, 2018).

As perspectivas das lideranças evidenciam diversos meios que os indígenas buscam para sua organização territorial. Há um comprometimento em diminuir os diversos conflitos existentes, que são gerados devido ao processo histórico de expropriação que os Kaiowá e Guarani, sofreram, e pela condição de marginalizado que modernidade lhes impõem. A saída, que muitos encontram, é o retorno para os seus antigos sítios de ocupação. Entretanto, até que isso ocorra, devido ao engessamento do processo de identificação de seus territórios tradicionais, acabam por passar por problemas diversos. Como estes entre as *ñandesy* e as mulheres mais jovens. Estas, por sua vez, acreditam que o retorno ao *Tekoha* poderá retomar as formas de vivências com o *teko porã*. Já as mais jovens acreditam que a vila se torne legalmente uma aldeia, e assim poderão ter acesso a direitos. Como escola bilíngue, saúde especializada, atendimento da FUNAI, entre outros acessos que, quem mora na aldeia recebe. E em condições normais deveriam estar recebendo, mas na prática não recebem. (BUTARELLI, 2017).

As realidades locais de direito para os Kaiowá e Guarani perpassam em um cenário de resistência cultural, guiada por uma orientação cosmológica, que envolve dois mundos, o humano e o não humano (SERAGUZA, 2013). Geralmente esse conhecimento não é respeitado, entre esse entre os “brancos”. Os saberes indígenas e todo contato com o ‘não índio’ na esfera de produção de relação, educação e economia, não os separam do *Tekoha* - *sem Tekoha não há teko*.

Portanto a descrição teve e tem um papel fundamental, pois abarca as sociedades ameríndias contemporâneas, que vivem sob conflito e reféns da política social. Ao seu modo, resistem através do processo de socialização. Com base nesta perspectiva, é possível

³⁷ Nelson estava em uma comemoração do dia do “Trabalhador Rural”, estava representando os agricultores indígenas, e trabalhadores rurais indígenas. (<https://www.amambainoticias.com.br/rural/sindicato-dos-trabalhadores-rurais-realizou-almoco-em-amambai>), além disso estava retornando de uma Aty Guassu que teve no Paraguai.

compreender as peculiaridades para se realizar um trabalho etnográfico entre os Kaiowá. Por isso a necessidade de buscar outros autores da etnologia indígena, que sugerem que o pesquisador não está só no campo, e que a autoridade sobre o trabalho etnográfico, ainda que o mesmo se respalde em direitos autorais, por vias institucionais, essa autoridade é muito mais do pesquisado. Sendo que esta relação não se dá só com o etnógrafo, mas a ressalva maior é como o pesquisado se relaciona com seu contexto, isto é, perceptível no trabalho com algumas lideranças Kaiowá e Guarani.

3.5. Modo de Ser Kaiowá

Desde o momento que as *ñandesy* foram expulsas do território com suas famílias, elas vêm construindo uma relação de luta e requerendo juridicamente o *Tekoha Y' Joivy Apyka Renda*³⁸.

Quando iniciei o trabalho de campo, recebi a informação que havia, em média, trinta e quatro famílias, sendo que o técnico da FUNAI diz ter mais ou menos umas trezentas pessoas. Porém em junho de 2017 chegaram mais quarenta e nove famílias, que estavam na aldeia de Caarapó-MS. Segundo Dona Teodócia são todos de relação consanguínea, e boa parte dos mais velhos nasceram em Aral Moreira.

Diante disso, percebi a preocupação da *ñandesy* com mais pessoas chegando, com o processo de litígio de seu território engessado e com as condições desafiadoras para se viver na Vila Satélite. Pois as senhoras rezadoras compreendem que a Vila Satélite não é um bom lugar para elas viverem e educarem seus filhos e netos. Um dos problemas seria porque “*está tudo misturado*” (‘não indígenas’ e paraguaios).

Além disso, como já foi lembrado, os moradores carregam estereótipos que lhes atingem a integridade, tais como: “desaldeados, invasores, pedintes, não dados ao trabalho, paraguaios”.

[...] sua condição — jurídica, antropológica, coletiva, distintiva — de índio, quando invertem o estereótipo e reivindicam que são índios porque são Baré,

³⁸ “O termo *teko* significa o modo de ser e de viver específico, *ha* é o lugar. O *Tekoha* antigo de cada família extensa era localizado fundamentalmente nas margens dos córregos e rios. É necessário observar que antes de instalação de fazendas e cidades no território Kaiowá havia muitos recursos naturais, como caça, pesca, frutas, plantas medicinais, mel, etc.” (BENITES, 2009. P. 46).

e não não-índios porque “Baré” é o nome dos índios que não são mais índios, então se lhes acusa de serem índios falsos. Isto é, de serem índios que se deixaram falsear, fraudar, pela promessa dos brancos (dos governos que lhes proibiram o vernáculo, do missionário que lhes proibiu os rituais e raptou os filhos, do comerciante que lhes converteu ao alcoolismo, do patrão que lhes transformou em “clientes”) de que se deixassem de ser índios, virariam brancos. E jamais viraram. Ficaram no meio. Nem índio nem não índio, nem “cristão” nem “pagão” ou, pior, os dois ao mesmo tempo. Índio secreto, índio rejeitado pelos índios “verdadeiros” e pelos “brancos” verdadeiros. Sofrendo em sua intercalaridade domesticada, mas gozando em seu indomável inconsciente indígena. E confrontados agora com o problema — a rigor, com a solução — de retomar seu devir-índio. (FRANÇA, 2015, p. 03).

Outro fato que enfrentam, cotidianamente, é a escassez de recursos ambientais, a falta de espaços para exercer as técnicas de trabalho na agricultura, como, por exemplo, a *coivara*³⁹, criação de animais e outros costumes.

Entretanto, apresentam-se determinados com a retomada, enfrentam as estruturas políticas institucionais, como o poder público municipal, ou as denúncias ao MPF como foi mencionando anteriormente nesse trabalho, assim como no trabalho de Butarelli (2017), entre outros. No tocante ao último documento que responsabiliza a FUNAI pela ausência, e pela distribuição de cestas básicas, de forma indevida, coube a pesquisadora uma entrevista ao técnico Jorge Pereira da FUNAI – Amambai.

Outrossim, questionado acerca do atendimento assistencial da FUNAI às comunidades indígenas em geral e de Aral Moreira, em específico, o representante da FUNAI resumiu: Há parcerias que a FUNAI estabelece com as redes de assistência social, municipal e estadual, para implantação de uma política indigenista de qualidade. Segundo ele, no tocante ao funcionamento de órgãos como CRAS, CREAS, vale renda e o próprio conselho tutelar, esse diálogo que a FUNAI busca atender a comunidade indígena no *Y’Joivy*. Segundo ele, a entrega de cestas nunca foi uma política assistencial da FUNAI. Tratava-se de uma parceria do MDA, CONAB com a FUNAI, vencida em 2012, ano que contemplava a população da Vila Satélite, através da entrega de sessenta e cinco cestas ao CRAS de Aral Moreira, uma vez por mês. Já, a entrega de cesta básicas pelo governo do Estado, nas reservas, se dá através do programa Vale Renda e se restringir, de fato, às reservas e terras indígenas.

Trago essa perspectiva, pois, tanto a FUNAI, como todas as outras instituições, assim como a própria ida do MPF à Vila Satélite, deve-se a luta e conhecimento de direitos das famílias Kaiowá. Pressuponho que todas estas ações foram mobilizadas pela intervenção das práticas políticas das mulheres que habitam na Vila Satélite.

³⁹ Ver PEREIRA 2010.

Conforme Chamorro (2015) os Kaiowá ganham destaque por esta dinâmica de criar diálogos, em facilitar o contato com os ‘não índios’ e por expressarem seus cantos e rituais.

Tanto que, mesmo com as divergências entre os familiares, no caso as mulheres mais jovens e as *ñandesy*, ainda assim, lutam por interesses para todos os que moram na Vila Satélite. Porém, o modo de ser Kaiowá contemporâneo, em decorrência das vivências e contato com os ‘não índios’, remodela a vida nas aldeias, que passam por novas formas de adaptações (BENITES, 2009). Assim como viver e sentir-se como parte do ‘lugar’, que se faz ser o não lugar dos indígenas. Lembro-me da discussão sobre a negação da presença histórica dos indígenas no município de Aral Moreira (capítulo 01).

Desta forma, constantemente, os indígenas buscam meios para estabelecer uma vida mais digna. Seja na preparação para a entrada no Tekoha ou no cotidiano na vila.

Torna-se fundamental a participação das *ñandesy* como mães e guardiãs do conhecimento Kaiowá, de forma atuante no convívio social entre os eles.

Quando me deparei com Dona Teodócia com o *mbaraka* nas mãos, no primeiro dia em que fui a sua casa, e ela cantou, para nos receber, ela estava passando seu conhecimento, e apresentando a sua atuação na luta política. Parto do princípio de que a atitude de estar com o instrumento de reza e vestimentas é simbólica. Tanto para as *ñandesy*, que atinjam seus objetivos, seja no campo material como no imaterial, quanto para quem está no entorno dela e acredita que também será beneficiado por sua sabedoria.

Refiro-me a uma senhora de 84 anos, que apresenta autonomia como uma pessoa responsável em passar o seu saber, mediante uma sociedade que rechaça os saberes indígenas. Ela apresenta-se forte e determinada em reivindicar direitos, diante de poderes estabelecidos. Como a dos fazendeiros que estão ocupando atualmente o antigo território tradicional, a prefeitura e seus departamentos, escolas (onde seus filhos estudam), à FUNAI, (como foi apresentado à postura do Técnico).

Sendo assim, uma vila com tantas avós e mães - *ñandesy*- só resta proteção, força e cuidado, pois as conversas daquelas senhoras eram sempre a partir de preocupações com quem morreu, com o futuro das crianças, com a falta de emprego, de alimento, com as escolas dos filhos, e seus maridos que estavam trabalhando longe de suas famílias. Reitera-se, “A mãe demonstra grande preocupação com todos os fatos que envolvem o destino de seus filhos e reivindica o direito de opinar livremente sobre as escolhas que devem ou não fazer” (PEREIRA, 2004, p. 58).

Refiro-me a isto porque, certa vez, presenciei o neto de Dona Teodócia não querendo ir à escola, pelo motivo de não possuir um tênis, e ela estava preocupada pois um membro da instituição escolar, teria ido à sua casa, mas ela não conseguiu entender o que a pessoa teria falado sobre o filho, por que a pessoa usava idioma diferente do dela. Também vi dona Olácia reclamar por depender dos filhos, e reclamar dos tratamentos da filha. Além disso, presenciei Reginaldo, um homem casado, que trouxe sua mãe para morar com ele, por ela ser viúva, e da mesma maneira sua esposa disse que eles não podem ir embora para outro lugar porque tem que cuidar de suas mães.

Em certa ocasião, dona Teodócia disse-me que seu neto, e teria ficado sob sua responsabilidade, e ainda tem uma nora, que é viúva e tinha um barraco no mesmo terreno dela. Mencionou que nunca teria participado de uma *Aty Guassu*, já sua sogra teria ido em muitas. Dona Teodócia pediu então que lhe avisasse quando tivesse assembleia, e manifestou o desejo de participar da *Aty Guassu Kuñangue* de 2017. Ela afirmou que estaria pronta, mesmo que tivesse algum problema, mas pediu sigilo as outras *ñandesy*, pois não queria que nada lhe atrapalhasse. Pois precisava se unir aos outros para rezar-*neembo'e* e conversar sobre a luta com as *ñandesy* de outros *Tekoha*. Dona Teodócia ficou doente uns dias antes do evento, mas manifestou sua necessidade de partilhar com outras lideranças como estava à espera do retorno ao *Tekoha*. Esse fato ocorreu nas vésperas do *Aty Kuñangue*, que aconteceu em *Kurusu Amba*.

Ao chegarmos lá, para buscar as pessoas que iriam ao encontro, a *ñandesy* se encontrava sentadinha, numa cadeira verde de área, a frente de sua casa. Ela nos disse que teria acordado às quatro horas da manhã para arrumar tudo e nos esperar. Além dela, foram dona Julia e Ramona, sua sobrinha. Quando Ramona veio ao carro, dona Teodócia sorriu e abraçou Julia entre sorrisos, e me disse que estavam prontas.

Isso evidencia uma ação de compromisso, pois o fato de as lideranças estarem reunidas, mantendo contatos entre indígenas e ‘não indígenas’, no movimento político como a “*Aty Kuñangue* - Grande Assembleia das mulheres, cumpre notáveis posturas de lideranças indígenas em articulação com autoridades políticas, principalmente pelo próprio movimento indígena. Nesta assembleia as mulheres indígenas reuniram deputados, líderes indígenas, outros movimentos sociais, o representante majoritário da FUNAI, e ainda contou com a presença da representante da ONU- Organização das Nações Unidas.

A presença da ONU Brasil no *Aty Kuñangue* expressa o compromisso das Nações Unidas em aprofundar o trabalho com as mulheres indígenas e de elaborar um plano de emergência frente ao agravamento da situação relatada pelas lideranças indígenas, disse Nadine (ONU, 2017).

Dessa maneira, mais uma vez, a presença indígena se sobressai em relação a todas as articulações políticas que as procuram sucumbir. Ênfase desta maneira, pois neste evento, entre cantos, rezas, sons dos *mbarakas* e das *taquaras* (instrumentos de reza), as *ñandesy* da Vila Satélite unidas a tantas outras mulheres lideranças políticas expressavam de forma uníssona uma entonação contra as opressões demandas pelo processo de expansão agrícolas. “A luta a priori da *Aty Kuñangue*, é por recuperação de seus territórios. Entretanto essa não se separa de demandas específicas as mulheres”. (SERAGUZA, 2013, p. 52)

Essas grandes assembleias têm espaços para as lideranças indígenas dialogar sobre o esforço em retornar aos *Tekoha*, e outras necessidades entre as aldeias e terras demarcadas.

Com efeito, as rezadoras conseguiram solicitar diversas demandas, e tiveram um espaço inusitadamente articulado, pois conseguiram relatar suas condições atuais em seu *Tekoha* diretamente com o “Presidente da FUNAI”, intermediado pelo representante do *Aty Guassu*, Otoniel. Foram feitas denúncias sobre o longo tempo de espera da demarcação do território tradicional, e ainda foi solicitado um esclarecimento em relação a não integração do território, mediante ao TAC (Termo de Ajuste de Conduta). Além disso, fizeram denúncias sobre os frequentes nascimentos de crianças indígenas, da Vila Satélite, no Paraguai sem o consentimento da gestante ou da família. A prefeitura do município translada, em ambulâncias, as gestantes até a cidade de Pedro Juan Caballero (PY), onde dão entrada no hospital, para que a criança nasça com identidade paraguaia.

Com isso, Dona Teodócia sentiu-se fortalecida, com apoio e conhecimento de outras lideranças da *Aty Kuñangue* e dirigentes da *Aty Guassu*.

Certa vez, estive na *Teyi Jussu*, pois foi convidada para rezar lá. Ela voltou porque recebeu um instrumento do *ñanderu* Simon, para que ela suportasse a luta por seu *Tekoha* e reunisse seus parentes em torno de cantos e rezas. “O capitão do *Teyi Jussu*, seu nome é Simón, então...ele que me deu, é para cantar, para entrar no *Tekoha*, esse é o instrumento tem força, eu uso *mbaraka*, mas uso esse também”. (Teodócia, julho, 2017).

A partir disso voltou à Vila Satélite, de posse desse instrumento, começou através de *neembo'e*, (palavra guarani que se refere as rezas e cantos), construir uma relação com o “cotidiano destas mulheres, na produção de alimentos, do corpo e na manutenção do “fogo doméstico”, gestado pela mulher” (PEREIRA, 2004).

Por fim, as *ñandesy*, sobretudo Dona Teodócia Savala, guardam os conhecimentos Kaiowá, e demonstram preocupação com os mais jovens, com as próximas gerações. Dona

Teodócia, com papel de liderança junto a outras *ñandesy* da vila, declarou diversas vezes que o *Tekoha* é o melhor lugar para viverem e por isso, a decisão de se organizarem e retomar o território tradicional *Tekoha Y'Joyvy*.

Imagem 13 – *Ñandesy* Teodócia com instrumento sagrado



Fonte: Acervo Próprio. (FERREIRA, 2017)

Imagem 14 – Dona Teodócia Ñandesy do Tekoha Y’Joivy Apyka Renda com Dona Damiana Ñandesy do Tekoha Api kay



Abraço das duas lideranças, no *Aty Kuñangue*, após a intervenção para falar com o Presidente Nacional da FUNAI.

Fonte: Acervo Próprio. (FERREIRA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que o trabalho de campo é denso e intenso, mas muito gratificante. Nele o pesquisador consegue aprender e acessar lugares que não estavam no plano inicial, assim como as várias informações obtidas. Ao considerar as investigações em interesses na pesquisa, outro fato é como o campo é bastante intervencionado pelo olhar do pesquisador, entre a relação de troca e aprendizado, penso que em diversos momentos é o campo quem passa a exigir *in loco*, o transitar por outros caminhos. Aqui nesta descrição o campo se estendeu até a aproximação de outras pessoas, e o caminhar em aldeias distintas. Mesmo porque cada campo é específico e extraordinariamente interessante, como é o caso de estar entre as *kuñangue ñandesy Kaiowá*. Elas foram solícitas, dispostas, interessadas e atenciosas.

Através das narrativas foi possível perceber que a Vila Satélite surgiu com um único objetivo; o de fixar as famílias que estavam na linha divisa, por diversos motivos, mas o maior o de atender as reclamações dos fazendeiros proprietários das terras. Assim essas famílias, foram introduzidas no conjunto popular, nomearam a vila, e somente isso. Por outro lado, não recebem nenhum tipo de programa governamental devido a especificidade cultural, a não ser a rejeição de o mínimo de direitos que poderia vir proporcionar algum acesso a dignidade como também pode se encontrar no trabalho de Butarelli (2017).

Por isso foi necessário iniciar o trabalho com destaque a especificidade das pessoas e do local, com uma descrição bastante detalhista, pois aqueles que vivem no MS, poderiam pensar que seria uma aldeia urbana, ou que aquelas pessoas vieram de outras aldeias e se aglomeraram na vila como um acampamento sob o interesse de retomar algum território. Ao contrário, em um mandato político municipal de 2002 a Vila Satélite foi construída para por indígenas em um conjunto habitacional em região urbana, sob a ótica de que os problemas de conflitos fundiários, entre outros, seriam diminuídos, e agora estes teriam casa. Pois foi feita uma interpretação de que se era um lugar que os indígenas queriam ter, e que se reunisse eles um lugar com casa para viverem com suas famílias, estes se sentiriam contemplados e estariam perante o controle da vida urbana, e a cidade tomaria a ordem normativa. Sem contar que se teria uma mão de obra acessível e barata mediante a proposta de progresso econômico urbano e rural, para aquela cidade que servia de eixo para a agroindústria embarcada no município.

Pois assim como outras cidades de Mato Grosso do Sul, Aral Moreira, também foi uma das que deveria despontar a economia com base na agroindústria, muito embora isto tem sido cada vez mais emplacado, pelas empresas privadas, pelos meios de comunicação, e pelo próprio

poder público. Os planejamentos políticos sociais de estrutura da agroindústria são enfatizados em diversos setores.

Mediante a essa alusão econômica, o exercício desse trabalho é propor uma reflexão a uma parte de pessoas que foram afetadas diretamente no passado, e no presente, estes temem pelo futuro, que este modelo de produção econômica ainda pode lhes atingir.

Por isso o tema dessa dissertação se resumiu nas lutas e resistência em manter o *ñande reko*/modo de ser kaiowá. Então o argumento de que houve o processo de territorialização na vida das famílias kaiowá ao serem fixadas na Vila Satélite procede. Pois no momento em que percebemos que as narrativas revelaram que seus antepassados viveram em lugar chamado Tekoha Y'Joivy. Depois as famílias que viviam ali foram retiradas desse lugar a força, logo ocorreu a expropriação de suas terras tradicionais, tentei confirmar esse processo ao resgatar o período que história regional enfatiza esse fenômeno, e história local tratou de “desbravamento”. E ainda através da narrativa do colono foi revelado o modo violento que se deu a processo de “desbravamento”, até a emancipação da atual cidade, sob as frestas do avanço do processo econômico agrícola, a necessidade da urbanização do local. Nisso com a afirmação da presença dos indígenas nas proximidades dos rios e que depois muitos foram levados para outros locais. Chegamos a suposições diferentes, a proposta de pensar e ver com outro olhar para esse processo de avanço econômico e emancipação que perpassou na cidade de Aral Moreira, mas que causou impactos, a indígenas que foram expulsos desse lugar e rechaçados da história local.

Nisto no terceiro capítulo com as narrativas *kuñangue ñandesy* se confirma o fenômeno de expropriação, a tentativa de confinamento nas aldeias da região, e por último, o *sarambi*. Os relatos acabaram por mostrar, como o de que alguns fugiam para as aldeias do país vizinho, outros passaram a trabalhar nas fazendas, alguns foram levados para as aldeias da região e lá permaneceram e outros fizeram o caminho de volta, e viveram parte da vida nas proximidades do antigo *tekoha*, empurrados para linhas da divisa.

Entretanto esses processos de expropriação e *sarambi*, mais tarde ocorreram de outra maneira e em tempos atuais, ou contemporâneos, no momento que são mais uma vez retirados de suas terras e colocados em uma região urbana, em condições periféricas. Violentamente isso intervêm nos modos de ser kaiowá, e mais uma vez ocorreu um processo de territorialização em nova configuração espacial, que é o de viver na “periferia da periferia”, recorro a esse termo como demonstrei, porque aos Kaiowá viver na periferia ainda é mais constrangedor do que para um não indígena.

Isto se percebe no momento em que as narrativas mostraram que eram tratados como estrangeiros, discriminados por falarem seu próprio idioma, por transitarem na fronteira e por desconsiderarem a divisão espacial, quando a estes não foi facilitado a documentação pessoal. Ao contrário, quando relataram que as gestantes indígenas eram levadas para terem seus filhos no outro lado da fronteira para que estes fossem reconhecidos com nacionalidade paraguaia, isto revela que ao serem fixados nas últimas ruas da vila, os Kaiowá estão condicionados, a viverem mais atrás dos demais periféricos, em diversos sentidos.

De certa maneira isto muito provavelmente não aconteceu com os não indígenas que estavam na mesma vila, em condições periféricas. Por isso não se trata somente de um processo de colonialismo ao lhe serem retirados as terras que lhes pertenciam, mas o modo como eram afetados, no sentido da construção da identidade, o que tratei aqui como *ñande reko*, pois as narrativas das *kuñangue ñandesy* revelavam que o viver na vila era mais duro que nas aldeias.

Contudo, essa realidade não pode ser desconsiderada, a resistência em viver no lugar de origem, mesmo que seja em situações de preferência, mesmo que se tenha que construir uma outra rotina entre o devir de ser índio e o cenário de urbanização contemporâneo. Pois se trata da relação de pertencimento ao local, viver no lugar que é seu, como muitas retrataram, isto é o modo kaiowá de ser, de não abrirem mão do universo cosmológico que perpassa por essa relação com o lugar de origem. Por isso o “*arupigua*” – somos daqui – foi enfatizado neste trabalho, o sentimento de pertencimento se revelava no momento em que não aceitaram a ordem da urbanização, ao fazerem roças no entorno das casas, e levantaram casinhas e barracos para seus parentes morarem em um mesmo quintal. Essas atitudes desconfigurava o projeto urbano de casas populares, assim como permanecem falando em guarani, quando circulam entre a fronteira, quando fazem festas, danças e rezas, nos quintais.

Outro fato relevante sobre esse contexto é como as mulheres tomam a frente das situações rotineiras, ainda que sejam conflitantes. A presença feminina no local, e de terem que tomar o controle de tudo o que acontece na vila, e de se apoiarem, diante da necessidade que surgiu de os homens saírem para trabalharem fora, revelou o importante fato de vermos que elas se unem em resistência. Ao se organizarem para uma retomada, ao enfrentarem o trabalho de diarista, ao participarem dos debates e fazerem denúncias nas *aty guassu kuñangue*, ao enobrecer o papel das *kuñangue ñandesy*, quando assumiram a frente das decisões. Seja na educação dos netos, seja o de guardar e passar seus conhecimentos, com remédios na falta de acesso a saúde, a realização do parto em casa mediante a falta de um parto seguro, e prática do *neembo'e* aos sons dos *mbarakas*. Estas mulheres possuíam um jeito único de viver e articular

o que tratei na pesquisa a partir das narrativas que as fizeram em alguns momentos circularem entre espaços públicos, outras aldeias, e eventos políticos que presenciei, onde articularam com outras lideranças e autoridades suas reivindicações e criaram aliados em suas lutas. No qual me percebi muitas vezes nesse papel em diversas formas, o que concluiu se que isto tudo seria forma de fazer política de *kuña* -mulheres- do jeito kaiowá de ser.

Assim sendo quando aparece no texto a existência de uma espécie de trocadilho em relação a dois lugares a Vila Satélite e o *Tekoha Y'Joivy*, é porque esses dois lugares são lugares de produção do *ñande reko* – modo de ser-, para aquelas mulheres. Mesmo na Vila Satélite, para as guardiãs dos mais antigos conhecimentos kaiowá, entre as adversidades cotidianas, não se pode deixar de viver o teko porã, por isso o *arupigua*. De maneira que o outro lugar está sendo preparado o “*Tekoha Y'Joivy*” que conforme as *kuñangue ñandesy* este exige o *tekoharã* (preparação para entrar no *tekoha*), por isso elas buscaram os recursos jurídicos, e mantem a lembrança do local viva em suas memórias, e reforçavam isto para as novas gerações.

De certo modo a pesquisa passa por quem nela trabalha, a pesquisa mostrou-me minhas dificuldades, mas me fez descobrir meios de superar a mim mesma, e exercitei o sentar para ler, escrever e aprender. Realmente descrever vidas vivas é um desafio, mesmo diante de algumas insuficiências, foi possível apresentar a outra face do “agronegócio”, que tem sido um opressor e um opositor às vidas e demandas indígenas. Este é um grande obstáculo, que gerou doenças naquelas pessoas, dispersão dos membros das famílias kaiowá, mortes, humilhação marginalização, condições periféricas, discriminação, estereótipos, medos, vícios, intrigas entre outros trágicos fatos. E a questão que se fica seria, o que este processo moderno econômico tratado com tanto rigor no MS, tem para oferecer no futuro para os Kaiowá e Guarani, que se reconhecem como parte dessa “terra vermelha”?

Além disso, o fato de chegar ao dado de existir um estudo de reconhecimento do *Tekoha Y' Joivy*, assim como as pessoas que anseiam por voltar habitar juntas em um mesmo lugar que sinal de produção de riquezas, e é fator gerador de conflitos devido as posturas políticas não indígenas em negar o direito aos povos tradicionais. Considero que mediante essa nova configuração espacial e social liderado pelas mulheres, que ocuparam espaços na vida política Kaiowá e Guarani, entre rezas e cantos, podem gerar esperanças, e tudo isso tem sido melhor explorado e compreendido, no fato de elas criarem aliados diversos a suas lutas.

Assim, neste ensaio etnográfico, ao montar um texto entre narrativas, traduções, versões e intervenções dos tradutores – quando estes também são indígenas, no caso da Lúcia,

Algacir, Darcy, e ainda as sugestões da banca, e outros colegas pesquisadores – a dissertação se deu como um trabalho de artesão. Em que exige ter paciência, para que o trabalho crie forma.

Portanto como opção em valorizar as narrativas, compreender a diferença de tempo entre as falas das *ñandesy*, ao desenvolver uma estratégia para assimilar e descrever os dados, e depois descobrir como inseri-las no texto. Acredito que este exercício veio a ser um dos trabalhos mais importantes em minha vivência com o povo Kaiowá e Guarani, e espero que este possa favorecer e despontar novos olhares sobre as realidades deste *ñande reko*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Silvia Maria de. Sociologia. Orgs. **Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi, Benilde Lenzi Motm.** Editora Scipione. 2. Ed. São Paulo. 2016. P. 23.

BENITES, Tônico. 2014. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowá e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-MN) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BENITES, Tônico. A educação dos jovens Guarani e Kaiowá e sua utilização das redes sociais na luta por direitos. **Desidades.** Revista Eletrônica de Divulgação Científica de Infância e Juventude. Ano 02. N. 02. P. 09-17. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. 2008. **Apropriações E Resignificações Do Mito De São Tomé Na América: A Inclusão Do Índio Na Cosmologia Cristã.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Dourados-MS. P. 221.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social Espaço Simbólico.** In. Razões Práticas. Trad. Mariza Corrêa. Edição 9. Campinas. São Paulo. Papyrus. 1996. P. 13-27.

BRAND, Antônio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis caminhos da palavra.** Tese (Doutorado em História Ibero Americana) –PUCRS. Porto Alegre. Fls. 392. 1997.

_____ Quando chegaram esses que são nossos contrários: a ocupação espacial e o processo de confinamento dos kaiowá/guarani no Mato Grosso do Sul. **Multítemas.** Campo Grande. V. 12. P. 21-51. 1998.

_____ Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus.** Campo Grande. N.6.P. 137-150. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Dos índios. In. Constituição da República Federativa do Brasil. Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação. Brasília. 2018. P. 147. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em 21, ago. 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo 15. São Paulo. UNESP. 2006.

CHAMORRO, Graciela. **Histórias Kaiowá. Das origens aos desafios contemporâneos.** Ed. Nhanduti. São Bernardo do Capo. 2015.

CMI, Conselho Missionário Indígena. Os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul e processo de confinamento “a entrada dos contrários”. In: Conflitos de Direitos sobre as Terras

Guarani e Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul. Org. **CMI Regional de Mato Grosso do Sul**. São Paulo. Palas Athena. 2000.

CRESPE, Aline Castilho. **Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados - MS: (1990-2009)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados. 2009.

_____. **Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. 2015. P. 1-427.

EMGC, Equipe Mapa Guarani Continental. **Caderno Mapa Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai**. Campo Grande, MS. Cimi, 2016.

FONSECA, Danilo Ferreira. Colonialismo, independência e revolução em Frantz Fanon. **Rev. África e Africanidades**. Ano 7. nº 1, abr. 2015.

FRANÇA, Brás de Oliveira. O índio em devir. In.: **Baré: povo do rio. Índio em devir**. HEREERO, Marina de. Disponível em:

<https://www.academia.edu/11951025/O_%C3%ADndio_em_devir_pref%C3%A1cio_ao_livro_Bar%C3%A9_povo_do_rio_> Acesso em: 18 de ago. 2015.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Relatório de Gestão FUNAI- 2008**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditoria/fundacao-nacional-do-indio/fundacao-nacional-do-indio-sede/2008-relatoriogestao_funai_2008.pdf>. Acesso em 23 de mai. 2018.

FUNAI. **Fundação Nacional do Índio. Aral Moreira/MS**. Lino Arevalo Savala. Ata da Reunião realizada no dia 07 de maio de 2015. Livro s/n. P. 20.

FUNAI. **Fundação Nacional do Índio. Aral Moreira/MS**. Família de Marcos Duarte. Ata da Reunião realizada no dia 07 de maio de 2015. Livro s/n. P. 3.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Redes de Relações nas Guianas**. Org. Dominique Tilkin Gallois. Associação Editorial Humanitas. FAPESP. São Paulo. 2005.

_____. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In. Terras indígenas e Unidades de Conservação Da Natureza. S/data de Publicação. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/files/file/PIBinstitucional/dgallois-1.pdf>>. Último acesso em 08, set. 2018.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC 1989. P. 03- 21.

GTNF/MS - Grupos de Trabalho do Núcleo de Fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul (Decreto nº 14.487 de 01 de junho de 2016). **Geoambientes da Faixa de Fronteira**. GOV. DE MATO GROSSO DO SUL, SEMAD, IMASUL, UFGD, UNIMON. 2016. P. 1-501. Disponível em: <<http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/74/2016/02/Geoambientes-da-Faixa-de-Fronteira-Versao2016.pdf>>. Acesso em 07, ago. 2018.

GOW, Peter. Da etnografia à história: Introdução e Conclusão de of Mixed Blood: Kinship and Historg in Peruvian Amazônia. **Caderno de Campos**. N. 14-15. P. 1-138. 2006.

GUTIERREZ, José Paulo; URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera. Processos de escolarização de crianças e adolescentes Kaiowá e Guarani em situação de acampamento na aldeia Laranjeira *Ñanderu*: perspectiva dos Estudos Culturais. **Textura- ULBRA**. N. 27, jan./abr. P. 33-51. 2013. Canoas. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/949/729>>. Acesso em 20, jun. 2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Mato Grosso do Sul Amambai. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500124>>. Acesso em 20 jan. 2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Mato Grosso do Sul Aral Moreira. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500124>>. Acesso em 19 jan. 2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Mato Grosso do Sul Histórico cidade Aral Moreira. V. 3. 2017. Acesso em 23 ago. 2018.

Novo conjunto habitacional já começa a receber asfalto em Aral Moreira. Jornal Aral Moreira News. Joelson Gonçalves. 22 de outubro de 2017. Disponível em:
<<http://www.aralmoreiraneews.com.br/noticia/8516/novo-conjunto-habitacional-ja-comeca-a-receber-asfalto-em-aral-moreira>>. Acesso em: 21/11/2018.

LIMA, Valdinei. **Tekoporã, reciprocidade e política entre os Guarani e Kaiowá da Aldeia Amambai, MS**. Trabalho de Conclusão. (Pós-Graduação- Lato Sensu) Instituições Políticas e Processos Sócio históricos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Amambai. 2015.

MACÊDO, Celênia de Souto. SILVA, Regina Celly Nogueira da. **A Urbanização Brasileira**. Programa de Universidade a Distância/ UNIDS, Secretaria de Educação a Distância (SEDIS)- UFRN- UEPB. 2009. P. 03, 10. Disponível em:
<http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_A05_WEB_ZBM_SF_SI_SE_161209.pdf>Acesso em 26 ago. 2018.

MACHADO, Jefferson. Análise Interpretativista do Hino do Município de Aral Moreira-MS. Notícia do jornal Aral Moreira – News. Escrita por Jefferson Machado. em 12/05/2014. Disponível em <<http://www.aralmoreiraneews.com.br/noticia/6749/analise-interpretativista-do-hino-do-municipio-de-aral-moreira-ms>>. Acesso em 22, ago. 2018.

Mato Grosso do Sul 2000-2013 / (Estudos Estados Brasileiros). **Org. Fernanda Fialho**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2014. P. 168. Disponível em:
<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/MS_web.pdf>. Último acesso em: 23, mai. 2018.

MATOS. Bruna. Projeto Brasil Cidades: repensar o urbano. **dBlog**. 10/08/2017. p. 01. Disponível em: <https://dblog.com.br/autor/dblog651_wp/>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MELIÁ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. **Los Paĩ Tavyterã Etnografía Guarani del Paraguay Contemporâneo**. Ed. 2. Asunción: CEPAG. 2008.

MELIÁ, Bartomeu. Território, Cultura, História e Identidade. In. *Identidades nas Fronteiras: território, cultura e história*. Org. **Ernelo Schallenberger**. Editora Oikos. São Leopoldo. 2011.

MPF/MS, Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul. Tekoha. **Publicação Especial do MPF/MS- Semana do Índio**. Campo Grande/ MS. Ed. 3, abril. P. 1- 26. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/MPFMS_indio_TekohaIII.pdf>. Último acesso em 19 ago. 2018.

MPF/MS, Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul. Procuradoria Da República No Município De Dourados/MS. Relatório de Visita sobre Índios do Meio Urbano na Cidade de Aral Moreira. **Nota Técnica Antropologia/RPA/Nº 1**. Dourados-MS. 10 de Junho. P. 01-47. 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia Dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais**. Rev. Mana. Volume 4 (1). P. 47-77.1988. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>>. Acesso em 29 dez. 2018.

ONU participa do Aty Kuña, grande assembleia das mulheres indígenas, em Mato Grosso do Sul. In: **ONUBR; ONU Mulheres Brasil**. [Rio de Janeiro]: UNIC Rio, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-participa-do-aty-kuna-grande-assembleia-das-mulheres-indigenas-em-mato-grosso-do-sul/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

PEREIRA, Levi Marques. “O movimento étnico-social pela demarcação de terras guarani em MS”. In: **Tellus/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas- NEPPI**. Campo Grande. Ano 3. N. 4. 2003.

_____. Esboço sociológico: morfologia social e política. In: **Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno**. Tese (Doutorado em Antropologia) Departamento de Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004.

_____. Modalidades e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. **Suplemento Antropológico**. Assuncion. V. XLII. N. 01. jun. 2007.

_____. A criança kaiowá, o fogo doméstico e o mundo dos parentes: espaços de sociabilidade infantil. In: **32. Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu- MG. 2008. P 1-22. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=335&Itemid=217>. Acesso em 14, jul. 2016.

_____. Demarcação de terras Kaiowá e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamento organizacional e gestão territorial. **Tellus**. Ano 10, N. 8. P. 115-137. 2010.

SANTOS, Milton. Categorias Tradicionais, Categorias Atuais. In. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988. P. 19-20.

SCHADEN, Egon. **Os Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo.EPU. 1974.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **A Integração do Prata no Sistema Colonial: colonialismo interno e Missões Jesuíticas do Guairá**. Ed. 2 Cascavel. EDUNIOESTE. 2015.

SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos, corpos e mulheres kaiowá e guarani: de Aña a Kuña**. Dissertação, (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados. 2013.

SERAGUZA, Lauriene; SILVESTRE, Célia M. F. Conflitos, violências e territorialidade. A resistência Guarani em Paranhos/MS. In. **Missões, Militância, Indigenista e Protagonismo Indígena**. XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas. São Bernardo do Campo. Editora: Nhanduti. V. 3. 2012. P. 261-270.

TERRAS ALHEIAS. **Produção de soja e cana de açúcar em terras Guarani em Mato Grosso do Sul**. 2009. P. 03.

VIEIRA, José Maria Trajano. 2005. **Entre a aldeia e a cidade: o “trânsito” dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba- PR. P. 143.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. Nimuendaju e os Guarani- Eduardo Viveiro de Castro. In: **As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamento da Religião dos Apapocúva- Guarani/ Curt Nimeundaju Unkel**. Ed. HUCITEC- EDUSP. 1987. P. 17- 38.